

# **RELATÓRIO E CONTAS 2016**

**APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.**



Versão 2 – Aprovada em reunião do Conselho de Administração de 05/04/2018



## INDICE

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CA	3
2. A APL	5
3. ENQUADRAMENTO	10
4. APL – Ações e projetos relevantes	14
5. ÁREAS DE NEGÓCIO	16
6. RECURSOS HUMANOS	27
7. FACTOS SUPERVENIENTES E PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	33
8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	37
9. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	66
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS	75
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	130
SIGLAS UTILIZADAS E GLOSSÁRIO	131
ANEXOS	134
Declaração de Conformidade	134
Certificação Legal de Contas	134
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	134
Relatório de Governo Societário 2016	134

*Handwritten signatures and initials:*  
Cely  
R  
R

(página deixada propositadamente em branco)

16/04  
PP 5  
RDM



## 1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CA

O ano de 2016 registou o fim do mandato da anterior gestão e a nomeação de um novo Conselho de Administração para o Porto de Lisboa.

A nova equipa de gestão, a que tenho a honra de presidir, assumiu o mandato para o exercício das suas funções associado à coordenação estratégica dos portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, sendo que os membros do novo Conselho de Administração da APL, SA, e da APSS, SA são comuns a ambas as empresas, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 15/2016, de 9 de março.

Ao longo do ano de 2016, este novo Conselho de Administração do Porto de Lisboa exerceu as suas funções com zelo e dedicação, indo ao encontro da visão global há muito identificada, no sentido de contribuir para que o Porto de Lisboa consolide a sua posição estratégica enquanto importante centro de atividade e de atração de novos investimentos, de uma forma sustentada, promovendo a criação de emprego e o bem-estar das populações.

No entanto, o ano de 2016 ficará sempre associado a um ano muito negativo no que respeita ao movimento de mercadorias no conjunto da atividade portuária, tendo atingido um valor anormalmente baixo neste segmento fundamental da sua atividade.

De facto, desde 2012, e fruto dos conflitos laborais que persistiram no Porto de Lisboa, a tonelagem movimentada desceu ano após ano atingindo os 10,3 milhões no final de 2016, perdendo peso no conjunto do movimento portuário nacional, ao mesmo tempo que o número de navios que lhe está associado baixou para os dois mil e trezentos.

Ao contrário, a atividade de cruzeiros teve o segundo melhor ano de sempre, atingindo as 311 escalas e um movimento de 522.494 passageiros. Ao mesmo tempo, o Porto de Lisboa recebeu o prémio de melhor porto de cruzeiros da Europa nos World Travel Awards Europa e a cidade de Lisboa foi galardoada como melhor destino de cruzeiros da Europa.

Esta tendência positiva e de crescimento registou-se igualmente na náutica de recreio e no crescimento exponencial da atividade marítimo-turística.

Mas o estabelecimento da paz laboral é também uma marca fundamental neste ano económico de 2016, com um ACT estabelecido para um período de seis anos, tendo-se registado um ressurgimento lento mas continuado na atividade do Porto de Lisboa, sobretudo no último trimestre do ano, que nos permite encarar o futuro com otimismo.



A integração do Porto de Lisboa na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária, definida pelo Ministério do Mar para o período de 2016-2026, a confiança na qualidade dos seus recursos humanos que são o seu capital mais valioso, permitem antever que esta empresa recupere das suas fragilidades e que o Porto de Lisboa se venha a afirmar num futuro próximo como agregador e facilitador das atividades económicas que potenciam a utilização do modo marítimo, aproveitando a sua localização geográfica junto ao maior centro de consumo do nosso país e a um dos maiores centros de consumo da Península Ibérica.

Manter a sua identidade como um porto multifuncional que se desenvolve nas duas margens do rio Tejo, servindo com eficiência, qualidade e respeito pelas normas ambientais as cidades e a população da Região de Lisboa, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e a sua vivência lúdica, é o nosso objetivo, é a nossa missão.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'L', 'E', and 'R'.



## 2. A APL

### 2.1. Caracterização

Nos termos legais, a APL, S. A., tem por objeto a administração do Porto de Lisboa, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Assim, e de acordo com os seus estatutos, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.



### Jurisdição

A área de jurisdição do Porto de Lisboa, definida no Decreto-Lei 336/98 de 3 de Novembro, abrange, na vertente terrestre 11 concelhos: Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, estendendo-se por 110 km ribeirinhos. Na sua vertente flúvio-marítima abarca uma superfície de 32500 ha, tendo como limites, a jusante, o alinhamento das Torres de São Julião e Bugio e a montante, Vila Franca de Xira.

### Património

Pertencem ao domínio público do Estado afeto à APL, S. A., os terrenos, terraplenos e obras marítimas situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, e ainda os bens afetos à atividade da pesca, serviços de primeira venda de pescado e atividades conexas. Consideram-se integrados na esfera patrimonial da APL, S. A., os bens imóveis adquiridos ou edificados pela Administração do Porto de Lisboa e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos como domínio do Estado ou omissos quer na matriz quer nos registos prediais.

### 2.2. Empresa Pública

A APL enquanto empresa pública integra o Setor Empresarial do Estado regulado pelo Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, sem contudo integrar o setor das administrações públicas nos termos do Sistema Europeu de Contas nacionais e Regionais, ou seja é uma empresa Não Reclassificada no perímetro de consolidação orçamental.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Ramon'.



A APL é uma Entidade de Interesse Público conforme definida na alínea l) do artigo 3º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015, estando consequentemente sujeita à aplicação do Regulamento (EU) 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas.

O capital social da APL, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é de € 60.000.000 atualmente constituído por 12 000 000 ações, com valor nominal unitário de 5 euros, e é detido exclusivamente pelo Estado, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

### 2.3. Missão e Valores

A prestação de um serviço multifuncional de base portuária orientada para o Cliente – nossa base de sustentação – e segundo princípios de Racionalidade Operacional e Económico-financeira, de Eficácia Social e Ambiental e de acordo com as melhores práticas de Segurança Marítima e Patrimonial.



#### Visão

Sermos herdeiros e a referência do Porto de Lisboa como Porto Atlântico e os garantes da sua multifuncionalidade segundo os melhores padrões de qualidade e eficácia.

A visão estratégica para o Porto de Lisboa baseia-se na consolidação da sua posição estratégica enquanto importante centro de atividade e na atração de novos investimentos de uma forma sustentada, servindo uma vasta zona de influência, promovendo a criação de emprego e o bem-estar das populações.

#### Valores

- A lealdade, a ética e o respeito pelo esforço de todos, e de cada um, em função das suas capacidades, competências e das responsabilidades cometidas à APL;
- A transparência de ações, atuações e decisões
- O respeito pelo esforço de cada colaborador, pelas suas expectativas e pelo seu empenho e dedicação;
- A visão global dos objetivos partilhados, de acordo com as orientações e políticas da Empresa;
- A capacidade crítica, a criatividade e a capacidade de inovar, como formas estruturadas de desenvolvimento e sobrevivência da Empresa;



- O respeito e a preocupação de cooperação ativa com os clientes da APL, dentro dos princípios de racionalidade e equidade.

## 2.4. Objetivos

A coordenação estratégica entre os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, foi considerada primordial e vertida no Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, refletida no funcionamento dos conselhos de administração de ambas as Sociedades, cujos membros são comuns e acumulam funções, auferindo apenas uma remuneração, tendo como objeto o planeamento estratégico e a promoção de sinergias organizacionais e operacionais de ambas as empresas.

As atribuições da APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A. entrecruzam-se com o Programa do XXI Governo Constitucional, em especial com os objetivos e prioridades estratégicas definidos para a área do Mar, nomeadamente quanto:

- Ao aproveitamento mais eficiente das vantagens competitivas do posicionamento estratégico do País,
- À aposta no aumento da competitividade crescente a nível global dos portos e das cadeias logísticas nacionais,
- À melhoria das acessibilidades marítimas e terrestres,
- À especialização de atividade de cada porto de acordo com o seu *hinterland* específico,
- À gestão mais eficiente da capacidade disponível,
- À simplificação de procedimentos e numa abordagem adequada à organização do território;

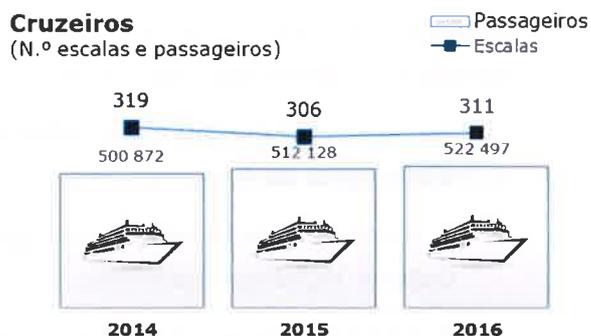
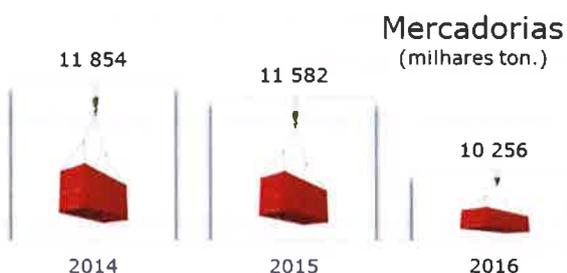
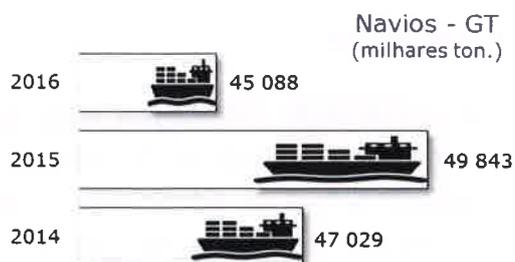
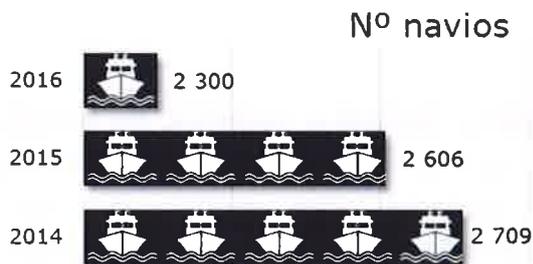
A tutela sectorial sobre a APL, S.A. pertence ao Ministério do Mar em coordenação com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, enquanto a tutela financeira é exercida pelo Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

PL  
W  
E  
R  
C  
R



## 2.5. A APL em números

### Atividade



### Recursos Humanos



### Exploração



*Handwritten signatures and initials:*  
 AP  
 UP  
 PP  
 E  
 Rhen



## 2.6. Indicadores económico Financeiros

Indicadores Económico-Financeiros	2016	2015	2014
Autonomia Financeira (Total Cap. Próprio / Ativo não corrente)	61,73%	59,74%	57,49%
Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	77,50%	84,36%	70,42%
Rentabilidade do Ativo (Resultado Líquido / Total do Ativo)	1,29%	0,36%	1,14%
Rentabilidade do Capital Próprio (Resultado Líquido / Total do Capital Próprio)	2,26%	0,66%	2,11%
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	132,38%	121,85%	117,55%
Volume de negócios da atividade corrente (ver nota 21 do Relatório e Contas) <sup>(1)</sup>	41 235 709 €	41 578 734 €	43 325 471 €
Vol. Neg. <i>per capita</i>	138 841 €	140 469 €	144 901 €
VAB	32 421 157 €	33 725 969 €	34 569 182 €
VAB <i>per capita</i>	109 162 €	113 939 €	115 616 €
Margem EBITDA (EBITDA / Ganhos Operacionais)	45,57%	45,02%	46,27%
Margem EBIT (EBIT / Ganhos Operacionais)	16,89%	11,09%	19,46%

(1) Exclui as reduções temporárias referidas na nota 21 do Relatório e Contas

PP  
R.R.  
C.R.



### **3. ENQUADRAMENTO**

3.1. Contexto Macroeconómico Internacional - 11

3.2. Enquadramento Nacional - 12

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'W Uey', 'PPÉ', and 'R. Romo'.*



### 3.1. Contexto Macroeconómico Internacional

Em 2016, acentuou-se a tendência de abrandamento da economia mundial, com o Produto Interno Bruto (PIB) global a crescer 3,1% segundo a estimativa do FMI, valor inferior aos 3,2% registados em 2015 e 3,4% em 2014.

A recuperação da atividade no presente ciclo económico é sobretudo baseada na procura interna com o setor dos serviços a assumir maior preponderância. A recuperação observada é também mais generalizada em termos de países, com destaque para a evolução positiva da Espanha, com um crescimento de 3,2%, na Alemanha o PIB cresceu 1,8%, enquanto em França cresceu ligeiramente acima de 1%. Já em Itália, o crescimento do PIB foi de 1,0%, situando-se muito abaixo dos níveis alcançados no ciclo pré-crise.

O desemprego continuou a cair na área euro, com algumas diferenças entre os diversos países, tendo-se observado quebras nas maiores economias, com exceção de Itália. Em paralelo, o emprego continuou a crescer a um ritmo moderado, acima do registado no ano de 2015.

Principais Indicadores Económicos		2014	2015	2016 <sup>P</sup>
<b>PIB em volume (%)</b>	Portugal	0,9	1,6	1,4
	Área do Euro	1,2	2,0	1,6
<b>Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (%)</b>	Portugal	-0,2	0,5	0,6
	Área do Euro	0,4	0,0	0,5

Fonte: "Boletim Económico do Banco de Portugal – Inverno", Janeiro de 2017; "Projeções Macroeconómicas para a Área Euro", Banco Central Europeu, Novembro de 2016.

No ano de 2016 a evolução da inflação medida pelo IHPC (Índice harmonizado de preços no consumidor) refletiu sobretudo a trajetória dos preços dos bens energéticos. A taxa de variação homóloga do IHPC excluindo energia e bens alimentares manteve-se estável em níveis relativamente baixos, oscilando entre 0,7 e 1,0% durante o ano.

O ano de 2016 ficou marcado pela adoção de medidas não convencionais de política monetária por parte do BCE em março e dezembro. No início do ano observou-se uma deterioração das condições económicas e financeiras e o aumento dos riscos descendentes para a inflação, o que levou o Conselho a reduzir as taxas de juro oficiais e a adotar um conjunto de outras medidas. Estas medidas incluíram a expansão do montante das compras mensais do programa de compra de ativos (Expanded Asset Purchase Program, APP) de 60 para 80 mil milhões de euros e a extensão do seu prazo até março de 2017. O BCE anunciou também uma nova série de operações de prazo alargado direcionadas, de forma a incentivar a concessão de crédito à economia.

PP  
R. Aguiar  
E



Os mercados financeiros na área do euro foram influenciados pela orientação da política monetária. A trajetória descendente das taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública da área do euro refletiu o efeito das compras no âmbito do APP e das outras medidas da política monetária implementadas pelo BCE.

O Banco Central Europeu (BCE) procurando contrariar riscos deflacionistas, optou por reforçar o grau de acomodação da sua política monetária, ao contrário do verificado nos EUA onde a Reserva Federal procurou normalizar os níveis das taxas de juros, com o correspondente efeito sobre o dólar que apresentou uma tendência de valorização face à moeda europeia.

Em resultado desta incerteza, e de acordo com os dados da Organização Mundial do Comércio, o comércio mundial terá registado um crescimento muito ténue de 1,3% em 2016.

Os fatores que contribuíram para o fraco crescimento registado em 2016, prendem-se com uma desaceleração do crescimento em algumas economias emergentes, nomeadamente a República Popular da China e o Brasil, mas também com a redução das importações dos Estados Unidos da América.

A OMC menciona ainda, entre os indicadores que melhoraram significativamente, o movimento de contentores nos portos, o que reforça a tendência verificada nos últimos anos no transporte marítimo internacional e constitui um fator estratégico determinante no desenvolvimento de futuras infraestruturas portuárias.

Segundo o Review of Maritime Transport (UNCTAD, 2016) o transporte marítimo terá representado, durante o ano transato, mais de 80% do total de comércio de mercadorias.

### 3.2. Enquadramento nacional

Apesar da incerteza reinante nos mercados externos, Portugal logrou prosseguir o seu processo de recuperação económica e de consolidação das finanças públicas e das contas externas, para tal também contribuiu a evolução do preço do petróleo que se manteve, em boa parte do ano, em níveis baixos.

Conforme o quadro supra, estima-se que em 2016 o PIB nacional tenha registado um crescimento de 1,4%, valor que sendo inferior ao registado em 2015, superou as melhores previsões, alicerçado no aumento da procura interna em 1,5%, no crescimento, em volume, das importações e exportações à mesma taxa de 4,4%, tendo-se verificado um aumento do VAB, a preços base, de 0,9%, em volume.

As finanças públicas registaram uma melhoria global tendendo para uma consolidação efetiva, fruto da recuperação da atividade económica, facto espelhado pela muito



significativa redução do défice orçamental de 4,4% para níveis de 2,0 % o que permitiu a saída de Portugal do procedimento de défices excessivos.

O Banco de Portugal, no seu boletim económico de Inverno, aponta para uma melhoria da atividade económica em 2017, tendo como principais impulsionadores as exportações de bens e serviços e a procura interna, num contexto do aumento do rendimento disponível, de uma redução da taxa de desemprego e de manutenção da confiança dos consumidores em valores elevados.



Perspetiva-se assim que 2017 seja um ano de retoma do crescimento da atividade económica com o consequente incremento das trocas comerciais e do transporte marítimo enquanto via privilegiada para o comércio mundial.

APL  
R. Lopes



#### 4. APL – Ações e projetos relevantes

Não obstante as restrições económicas que condicionaram a atividade durante o ano, a APL desenvolveu e deu continuidade a um conjunto de projetos enquadrados nas orientações dirigidas ao setor no sentido de compatibilizar a racionalização de gastos sem contudo comprometer a necessária modernização das infraestruturas portuárias e a competitividade do porto.

São de destacar alguns acontecimentos com impacto no porto de Lisboa e designadamente, na atividade da empresa e que, por esse facto, merecem referência:

- Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária para o Horizonte 2017-2026, apresentada pelo Governo em Dezembro de 2016, tendo como objetivo para o Porto de Lisboa um crescimento de 49% no total de mercadorias movimentadas e um investimento de 546 M€ na sua quase totalidade de origem privada ou comunitária;
- Projeto EIMPACT - e-freight implementation action;
- Projeto Via Lisboa Terminal Multimodal do Barreiro;
- No seguimento dos processos de regularizações de ocupações de parcelas do domínio público marítimo, destinadas a movimentações de mercadorias, no âmbito da legislação vigente para os usos privativos, nomeadamente a Lei da Água, foi atribuída à Iberol - Sociedade Ibérica de Biocombustíveis e Oleaginosas, S.A. uma Licença de Uso Privativo, do Terminal de Alhandra, pelo prazo de 10 anos;
- Início das negociações com a CIMPOR, tendo sido lançado o respetivo procedimento concursal por iniciativa de particular, para regularização do título.
- Perturbação laboral - O primeiro semestre foi bastante afetado por constantes paralisações e interrupções laborais dos trabalhadores portuários. Estas paragens tiveram, como consequência um decréscimo significativo na carga movimentada no Porto de Lisboa, nomeadamente para o segmento da Carga Contentorizada, sendo de realçar o período de 42 dias consecutivos em que o principal terminal de contentores não recebeu nenhum navio para ali operar;
- Em resultado do acordo celebrado em 27 de maio de 2016, foi assinado um novo Contrato Coletivo de Trabalho para os próximos 6 anos, entre o Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores de Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal e representantes das Associações de Operadores do porto de Lisboa. Foi assim atingido o objetivo de paz social e estabilidade, necessário ao desenvolvimento estratégico do porto;
- Recuperação de algumas linhas regulares, 2º semestre de 2016;
- The Tall Ships Races, 22-25 julho 2016;
- Apresentação da candidatura à Seatrade Cruise Med, em 30 de setembro de 2016.
- Evento da Extreme Sailing Series nos dias 6-9 outubro 2016;



- Debates do Dia do Porto, durante o mês de outubro que serviram como fator de relançamento do porto e de abordagem de novas perspectivas, como seja o transporte fluvial.

UR  
PP RRM E  
C&P



## 5. ÁREAS DE NEGÓCIO

- 5.1. Navios - 17
- 5.2. Carga movimentada - 18
- 5.3. Cruzeiros - 20
- 5.4. Náutica de Recreio e Marítimo-Turística - 25

12/12/16

PPG  
Rhone



## 5.1. Navios

Em 2016, escalaram o porto de Lisboa 2 300 navios, menos 306 comparativamente ao ano anterior (-11,7%).

Tal facto ficou a dever-se, essencialmente, ao decréscimo verificado no número de escalas de navios de transporte de carga geral (-314).

Quanto à tonelagem bruta dos navios (GT), apuraram-se pouco mais de 45 milhões de toneladas, representando um decréscimo na ordem dos 4,8 milhões, quando comparada com a verificada em 2015 (-9,5%), acompanhando a diminuição do número de escalas.



No quadro seguinte detalha-se a informação relativa ao número e tipo de navios entrados no porto de Lisboa, em 2015 e 2016, a respetiva tonelagem bruta, bem como as variações observadas:

	N.º de navios		Tonelagem Bruta (GT)		Variação 2016/2015	
	2015	2016	2015	2016	N.º navios	GT
<b>Navios Entrados</b>	<b>2 606</b>	<b>2 300</b>	<b>49 842 885</b>	<b>45 088 498</b>	<b>-11,7%</b>	<b>-9,5%</b>
Passageiros (*)	320	336	20 117 900	20 239 565	5,0%	0,6%
Carga geral	1 698	1 384	22 269 098	16 566 052	-18,5%	-25,6%
Granéis Sólidos	151	160	4 154 389	4 266 272	6,0%	2,7%
Granéis Líquidos	310	321	2 792 252	3 656 918	3,5%	31,0%
Pesca e outros	127	99	509 246	359 691	-22,0%	-29,4%

NOTA: Inclui navios de passageiro que não são de cruzeiro, nomeadamente navios escola, navio em escala técnica.

Handwritten signatures and initials: PP, Rhoque, and others.



## 5.2. Carga movimentada

O tráfego no porto de Lisboa apresentou uma variação global negativa de -11,4% no total das mercadorias movimentadas (cerca de -1 326 mil toneladas), em comparação com 2015. Este resultado deve-se fundamentalmente instabilidade laboral que ocorreu no 1º semestre, com especial incidência na movimentação da carga contentorizada em Maio, mês em que esta foi praticamente nula. O impacto foi particularmente relevante na movimentação de carga geral (-17,9%). De referir, ainda, o abrandamento da economia angolana e brasileira que impactaram igualmente nas exportações nacionais.



	2015			2016			Variação Total 2016/2015	
	Carga	Descarga	TOTAL	Carga	Descarga	TOTAL	Abs.	%
<b>CARGA TOTAL (toneladas)</b>	<b>4 630 693</b>	<b>6 951 528</b>	<b>11 582 221</b>	<b>3 881 809</b>	<b>6 374 803</b>	<b>10 256 613</b>	<b>-1 325 609</b>	<b>-11,4%</b>
<b>Carga Geral</b>	<b>3 545 581</b>	<b>1 637 603</b>	<b>5 183 184</b>	<b>2 924 690</b>	<b>1 330 938</b>	<b>4 255 628</b>	<b>-927 556</b>	<b>-17,9%</b>
Contentorizada (*)	3 307 955	1 611 439	4 919 394	2 701 934	1 316 176	4 018 110	-901 284	-18,3%
Roll-on / Roll-off	9 799	1 822	11 621	3 121	1 997	5 118	-6 503	-56,0%
Fracionada	227 827	24 342	252 169	219 635	12 766	232 400	-19 769	-7,8%
<b>Granéis Sólidos</b>	<b>985 358</b>	<b>3 992 039</b>	<b>4 977 397</b>	<b>838 190</b>	<b>3 740 635</b>	<b>4 578 825</b>	<b>-398 572</b>	<b>-8,0%</b>
oleaginosas	70 145	3 255 824	3 325 969	99 814	3 210 433	3 310 247	-15 722	-0,5%
Minérios	0	4 173	4 173	18 581	3 030	21 611	17 438	417,9%
Outros	915 213	732 042	1 647 255	719 794	527 173	1 246 967	-400 288	-24,3%
<b>Granéis Líquidos</b>	<b>99 754</b>	<b>1 321 886</b>	<b>1 421 640</b>	<b>118 930</b>	<b>1 303 230</b>	<b>1 422 160</b>	<b>519</b>	<b>0,0%</b>
Produtos refinados	10 696	900 922	911 618	9 901	970 908	980 809	69 191	7,6%
Gases Liquefeitos	0	18 547	18 547	0	14 875	14 875	-3 672	-19,8%
Outros	89 058	402 417	491 475	109 028	317 448	426 476	-65 000	-13,2%

(\*) Incluídas taras dos contentores

Da análise do quadro anterior constata-se que em 2015 a carga geral e os granéis sólidos, foram os principais responsáveis pela quebra verificada em termos globais. Relativamente a cada segmento observa-se a seguinte evolução:

- **Carga Geral** - diminuição de (-17,9%) justificada essencialmente pelo decréscimo expressivo verificado na carga contentorizada (-18,3%), segmento estratégico para o porto de Lisboa, e que registou a maior variação absoluta - cerca de 900 mil toneladas, correspondendo 90 mil TEU - comparativamente à movimentação de 2015.

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 PPE  
 RRom



As principais mercadorias desembarcadas neste segmento foram os “Leites e as natas” (10,2%) seguidos pelos “Peixes, crustáceos e moluscos” (5,4%). Quanto às principais mercadorias embarcadas, assumiram destaque o “Mármore em bruto” (9%) e os “Preparados alimentares não especificados” (7,2%).

A carga Ro-Ro, cuja movimentação no porto de Lisboa é bastante residual (0,05% de toda a movimentação de carga via marítima em 2016), atingiu pouco mais de 5 000 toneladas movimentadas, sofrendo de igual modo uma quebra de 56% em relação ao ano anterior.

Relativamente à carga fracionada, também pouco expressiva em Lisboa, registou-se em 2016 na ordem das 20 mil toneladas (-7,8%) comparativamente às quantidades movimentadas no ano anterior. As principais mercadorias desembarcadas foram os “Desperdícios e resíduos de plástico” (49,8% do total). Nas movimentações de carga o destaque vai para o “Cimento”, com 82,3% do total movimentado.

- **Granéis sólidos** - acompanhando a tendência geral verificada, registou-se uma quebra na ordem das 400 mil toneladas (-8%) face ao movimento verificado em 2015, apesar do aumento relevante na movimentação de minérios, cujo peso relativo em relação aos restantes produtos é muito pouco significativo. Este decréscimo justifica-se sobretudo pelas quebras nas movimentações de “Cimento” e de “Sucata e desperdícios de ferro”.

Por último, refira-se que os produtos agroalimentares representaram 75,24% do total movimentado.

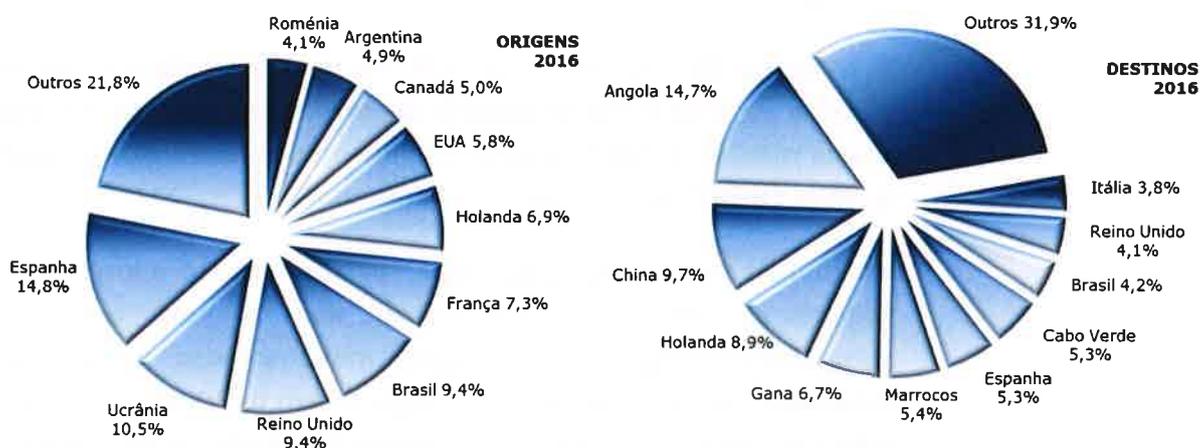
- **Granéis líquidos** – a variação neste âmbito foi praticamente nula (0,04%) face a 2015, já que os decréscimos verificados foram compensados por aumentos.

São de destacar os aumentos verificados no tráfego dos produtos refinados do petróleo (fuel, gasolina e gasóleo) - que representaram mais de metade do segmento de granéis líquidos (69%) e cuja movimentação cresceu 69 mil toneladas (+7,6%). Destaque também para a movimentação de Biodiesel com mais 6,5 mil toneladas.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "PP" and "E".



Quanto à origem e destino das mercadorias, os principais mercados do Porto de Lisboa, de acordo com o respetivo peso no comércio externo foram os indicados nos gráficos seguintes:



### TRÁFEGO FLUVIAL

A única exceção à tendência global verificada diz respeito ao tráfego fluvial de mercadorias (carga não manifestada), onde ocorreu um aumento significativo comparativamente a 2015: + 55 mil toneladas (+59%).

### 5.3. Cruzeiros

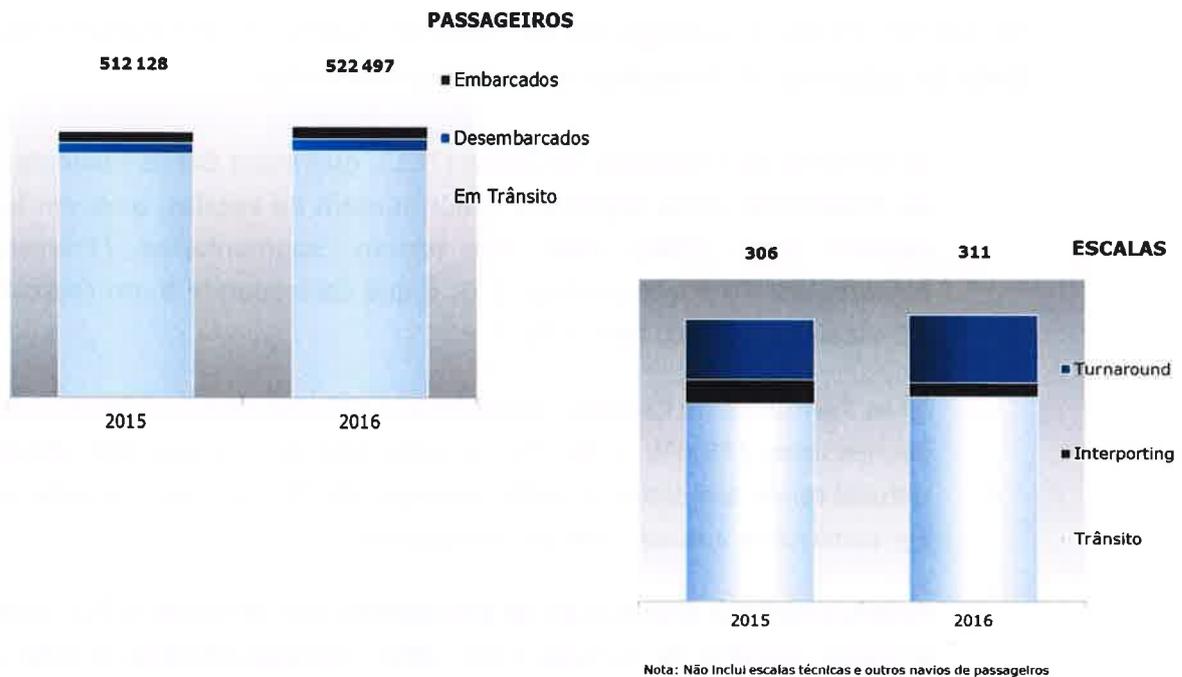
#### PASSAGEIROS E ESCALAS

Em 2016 registou-se no Porto de Lisboa um crescimento quer no movimento de passageiros, quer no total de escalas de navios de cruzeiro, 2,0% e 1,6%, respetivamente, face aos valores registados em 2015.

	2015	2016	Variação	
			N.º	%
<b>N.º DE PASSAGEIROS</b>	<b>512 128</b>	<b>522 497</b>	<b>10 369</b>	<b>2,0%</b>
Em Trânsito	469 592	474 865	5 273	1,1%
Turnaround	42 536	47 632	5 096	12,0%
Embarcados	20 796	24 107	3 311	15,9%
Desembarcados	21 740	23 525	1 785	8,2%
<b>N.º DE ESCALAS</b>	<b>306</b>	<b>311</b>	<b>5</b>	<b>1,6%</b>
Interporting	26	16	-10	-38,5%
Turnaround	65	73	8	12,3%
Trânsito	215	222	7	3,3%

NOTA: N.º de navios entrados no porto e passageiros movimentados considerando a ETD. Não inclui escalas técnicas e outros navios de passageiros

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]



No que se refere ao número de passageiros, 2016 foi o terceiro melhor ano de sempre, tendo contribuído para tal a evolução dos passageiros em *turnaround* e dos passageiros em Trânsito.

Fazendo uma análise ao segmento de *turnaround* registaram-se 24 107 passageiros embarcados (um incremento de aproximadamente 16%) e 23 525 passageiros desembarcados (uma variação positiva de cerca de 8%).

Já no que concerne ao número de escalas, a variação positiva deve-se aos acréscimos das escalas em *turnaround* (tendo os operadores Pullmantur Cruises, Oceania Cruises, Silversea Cruises e Windstar Cruises contribuído decisivamente para este incremento) e das escalas em trânsito, justificado pelo aumento do número de operações realizadas pelos operadores de cruzeiro como sejam Thomson Cruises, Tui Cruises, Oceania Cruises e Fred Olsen Cruises.

Em sentido inverso, as escalas *interporting* registaram uma quebra que se explica, essencialmente, pela redução do número de operações realizadas pela Costa Cruises e pela MSC Cruises, e pelo facto dos operadores Regent Seven Seas Cruises e Pullmantur Cruises não terem realizado qualquer operação no Porto de Lisboa, (em 2015 realizaram 1 escala cada).

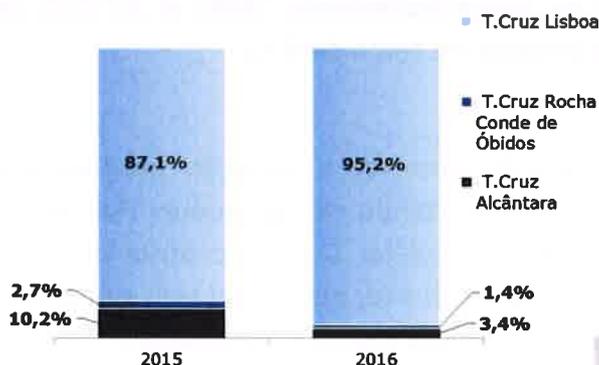


## OCUPAÇÃO DOS TERMINAIS

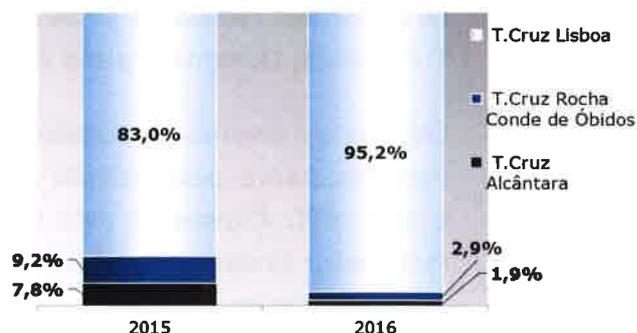
No que diz respeito à ocupação dos terminais de cruzeiro, as 311 escalas realizadas no Porto de Lisboa em 2016 distribuíram-se da seguinte forma:

- O Terminal de Cruzeiros de Lisboa (TCL), que inclui Santa Apolónia e Jardim do Tabaco, foi o que registou o maior número de escalas, quer em termos de número total (296) quer em termos segmentados (Trânsito: 211, *turnaround*: 70 e *interporting*: 15), o que corresponde a um crescimento de 42 escalas (16,5%), face a 2015.
- Já os Terminais de Cruzeiro de Alcântara e Rocha Conde d'Óbidos registaram decréscimos (75,0% e 66,7%, respetivamente), o que não deixa de ser natural tendo em conta a maior utilização do TCL no qual, recorde-se, está a ser construída a nova Gare de Passageiros.
- Relativamente à distribuição de passageiros por terminal, o TCL contabilizou o maior número de turistas (497 386), correspondentes a uma variação positiva de 11,5%, impulsionada pelos segmentos de Trânsito e *turnaround*.
- Já nos Terminais de Alcântara e da Rocha Conde d'Óbidos registaram-se decréscimos de 65,9% e 46,4%, respetivamente, motivados por uma menor procura nos segmentos atrás referidos.

OCUPAÇÃO DOS TERMINAIS - PASSAGEIROS



OCUPAÇÃO DOS TERMINAIS - ESCALAS



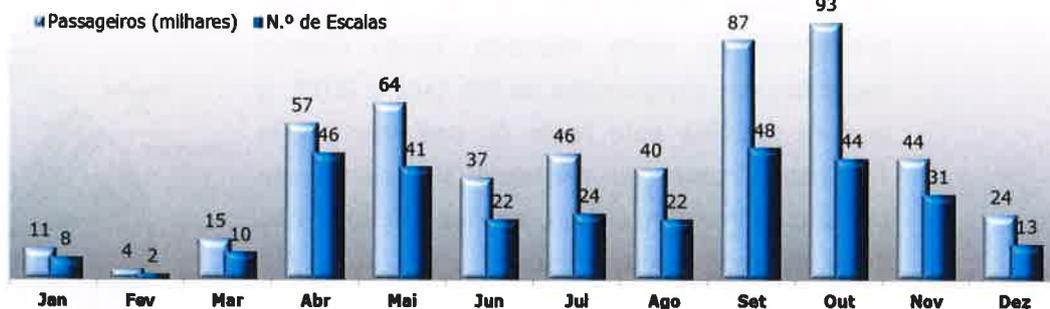
Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including 'LPE' and 'R. Rom'.



## SAZONALIDADE

Numa análise da sazonalidade de 2016 verifica-se que os meses que apresentaram os maiores fluxos de navios de cruzeiro foram setembro e abril, com 48 e 46 escalas, respetivamente.

### SAZONALIDADE 2016



Inversamente à tendência registada nos últimos anos, verificou-se uma redução do número de escalas ocorridas quer no primeiro trimestre (32 escalas, 10% do total em 2015 vs 20 escalas, aproximadamente 6% do total em 2016), quer no último trimestre (91 escalas, 30% do total em 2015 vs 88 escalas, cerca de 28% do total em 2016).

Assiste-se por outro lado a um aumento do número de escalas durante os meses de junho, julho e agosto, (48 escalas, 16% do total em 2015 vs 68 escalas, aproximadamente 22% do total em 2016), situação contribui para uma diluição da sazonalidade desta atividade.

Este facto justifica-se pela importância crescente que a região do Atlântico tem vindo a assumir no mercado de cruzeiros europeu. No caso particular dos meses de verão em Lisboa esse destaque é conseguido em detrimento do Mediterrâneo e do norte da Europa, regiões altamente concorridas durante os meses de verão.

De referir ainda que o mês de julho de 2016 foi o melhor julho de sempre da atividade de cruzeiros no Porto de Lisboa, tanto em escalas como em passageiros (24 escalas e 45 837 passageiros).

No que diz respeito ao número de passageiros, o pico foi atingido no mês de outubro com 93 496 passageiros, tendo os meses de maio e setembro registado igualmente, um elevado fluxo de passageiros.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



## NACIONALIDADE

No que diz respeito à proveniência dos passageiros, a Europa continuou a ser em 2016 o principal mercado emissor dos turistas que visitaram Lisboa.

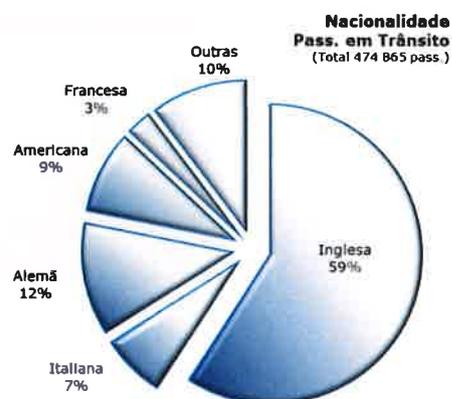
### Passageiros em trânsito

Os ingleses continuaram a ser os turistas predominantes neste mercado, tendo mesmo registado um crescimento de 8% face a 2015, o que se justifica pelo facto do operador inglês *Thomson Cruises* ter realizado 19 escalas em trânsito ao Porto de Lisboa, quando em 2015 não tinha efetuado qualquer escala.

A 2ª posição, que em 2015 tinha sido ocupada pelo mercado italiano, passou em 2016 a pertencer ao mercado alemão que registou um crescimento de 13%, justificado pelo aumento de 4 para 10 do número de escalas realizadas pelo operador alemão *Tui Cruises*.

Já o mercado americano, por via da estabilização da procura, passou da quarta para a terceira posição. O mercado italiano, com um decréscimo de 36% passou do segundo para o quarto lugar, o que ficou a dever-se ao facto de os operadores italianos *Costa Cruises* e *MSC Cruises* terem reduzido de 30 para 24 e de 14 para 11, respetivamente, o número de escalas realizadas no Porto de Lisboa. O mercado francês continuou a ocupar o quinto lugar, à semelhança de 2015, embora tenha registado um decréscimo de 10%.

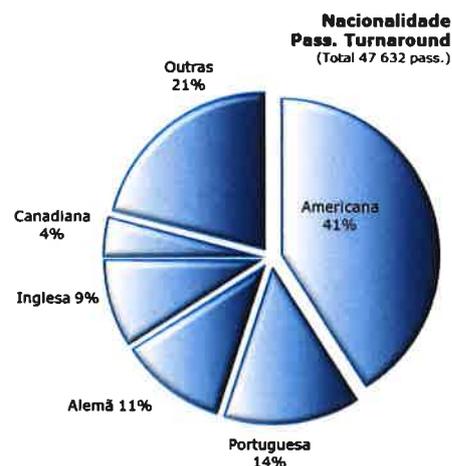
Em termos de quota de mercado, o inglês registou um aumento, passando de 55,5% em 2015 para 59,1% em 2016. Já o mercado alemão passou de uma quota de 10,8% em 2015 para 12,1% em 2016. Os mercados americano e francês mantiveram, sensivelmente, as suas quotas de mercado, 9% e 3%, respetivamente, tendo o mercado italiano sofrido uma redução da sua quota, de 10,9% para 6,9%.



### Passageiros em turnaround

Neste segmento a liderança continuou a pertencer ao mercado americano, que registou um crescimento de 15%, o que se justifica pelo aumento do número de escalas em *Turnaround* dos operadores americanos *Oceania Cruises* e *Windstar Cruises*.

O mercado português, com 5.769 passageiros, manteve o 2º lugar, ainda que tenha registado um decréscimo de aproximadamente



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Cdy', 'R', 'P.R.', and 'Rome'.



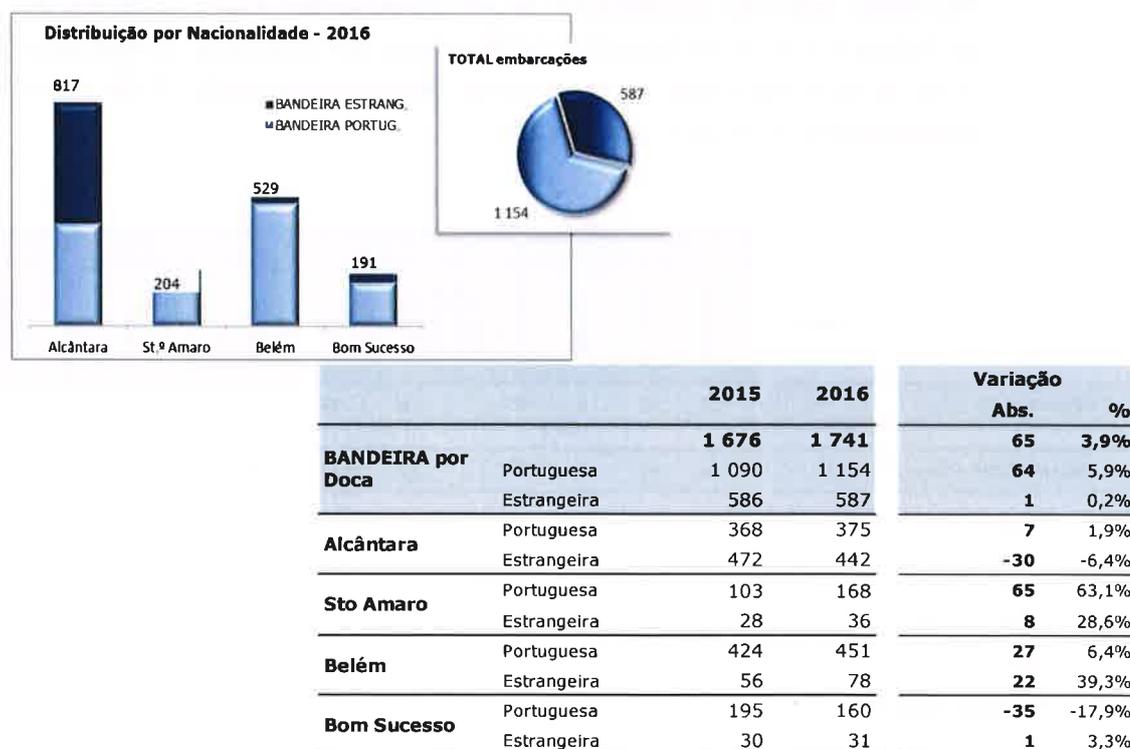
7%, o que se explica pela redução do número de escalas em *Interporting*, o que contribuiu para uma menor oferta do turismo de cruzeiros a partir de Portugal.

Em termos de quota de mercado, o americano passou de uma quota de mercado de 40,6% em 2015 para 41,9% em 2016. Já no que se refere ao mercado português, que registou uma quebra da sua quota, passou de 14,5% em 2015 para 12,1% em 2016.

#### 5.4. Náutica de Recreio e Marítimo-Turística

##### NÁUTICA DE RECREIO

No âmbito desta atividade, e no que se refere ao número de embarcações que passaram pelas quatro docas da Marina de Lisboa registou-se em 2016 um acréscimo de aproximadamente 4% face a 2015. Este crescimento é explicado, essencialmente, pelo aumento do número de embarcações de bandeira nacional já que o número de embarcações de bandeira estrangeira registou apenas uma ligeira variação positiva face ao verificado em 2015.



Para este resultado contribuíram a aposta numa dinâmica comercial mais forte e agressiva e a implementação de uma gestão virada para a fidelização de clientes, conjugados com uma melhoria do clima económico nacional e internacional.

Assim, 2016 foi um ano de continuidade da tendência de crescimento iniciada em 2014 o que, conjugado com a receção de grandes eventos náuticos internacionais

PP  
RBM  
E



como sejam a *Volvo Ocean Race* e a *The Tall Ships Races*, tem permitido confirmar a Marina de Lisboa como uma referência no panorama náutico.

## ATIVIDADE MARÍTIMO-TURÍSTICA

No que diz respeito à atividade Marítimo-Turística encontravam-se licenciados em 2016, 76 operadores (mais 10 em relação a 2015, correspondentes a mais 15%, aproximadamente). Estes operadores desenvolveram a sua atividade com 122 embarcações (menos 1 que no ano anterior, -0,8%). Esta relação inversa na evolução de operadores/embarcações é explicada pela prestação de serviços de desportos aquáticos como sejam insufláveis, gaivotas, *wakeboards*, entre outros.

A evolução da atividade nos últimos anos comprova todo o seu potencial de crescimento, incrementado por um novo conceito de turismo no estuário do Tejo, sendo também o resultado da reorganização do *layout* da Doca de Santo Amaro ocorrida em 2015, bem como da instalação do acesso montante exclusivo para os operadores de MT, que permitiram melhorar a oferta para embarcações de maior porte.

Na tabela seguinte apresentam-se as modalidades a que cada um dos operadores se dedica e o número de embarcações afetadas por atividade. A modalidade B continua a ser a mais escolhida representando, aproximadamente, 93% do total, com 113 embarcações (menos 1 que em 2015).

DOCAS	2015						2016					
	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	ÁREA de JURISDIÇÃO (instalações embarque / desemb.)	TOTAL	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	ÁREA de JURISDIÇÃO (instalações embarque / desemb.)	TOTAL
<b>N.º OPERADORES</b>	14	32	6	8	6	66	13	45	6	5	7	76
<b>N.º EMBARCAÇÕES POR ATIVIDADE</b>	24	67	7	13	12	123	22	79	6	8	7	122
A	Aluguer de motas de água e pequenas embarcações dispensadas de registo					0						0
B	Serviços efectuados por táxis, aluguer de embarcações com ou sem tripulação, pesca turística, passeios;					114	13	79	6	8	7	113
C	Restauração nos acostados					0						0
D	Passeios e restauração durante os passeios;					8	8					8
E	Passeios e restauração nos passeios e acostados.					1	1					1

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "PP E" and "Rome".



## 6. RECURSOS HUMANOS

- 6.1. Emprego e Mobilidade de Pessoal - 28
- 6.2. Prestação de Trabalho - 30
- 6.3. Formação - 30
- 6.4. Ação Social - 31
- 6.5. Segurança e Saúde no Trabalho - 32

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "LH", "Cly", "P", "R", and "E".



## RECURSOS HUMANOS

Considerando as linhas de gestão orientadoras para o Setor Empresarial do Estado, que primam pela racionalização dos gastos operacionais, nomeadamente no que respeita aos gastos com pessoal, a APL, S.A. desenvolveu, durante o ano de 2016, um conjunto de atividades assentes nos seguintes princípios:

- Gestão racional do efetivo, com adequação do quadro de pessoal às necessidades da organização, fomentando o recurso a soluções internas e/ou instrumentos de mobilidade de forma a colmatar as insuficiências funcionais diagnosticadas, salvaguardando a qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolvimento de uma política de valorização pessoal e profissional, assente na atualização constante de competências e conhecimentos, em conformidade com os valores e princípios organizacionais instituídos.

Paralelamente, assistiu-se em 2016, à vigência plena do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado em 15 de setembro de 2015 entre as Administrações Portuárias do Continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, destacando-se a adesão dos OFICIAISMAR (Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante), do SITEMAQ (Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante, Energia e Fogueiros de Terra) e do STE (Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos) a este Acordo.

A realidade sócio laboral da empresa, não tendo registado alterações significativas, pode ser retratada nas diferentes dimensões de análise no domínio dos recursos humanos que se seguem.

### 6.1. Emprego e Mobilidade de Pessoal

No final de 2016 o total de trabalhadores ao serviço era de 295, o que reflete um ligeiro decréscimo face ao período homólogo de 2015 (-2).

Tal facto decorre do saldo obtido entre 12 movimentos de saída, onde se incluem: 3 licenças sem retribuição; 2 aposentações; 2 saídas por iniciativa própria; 1 acordo de cedência ocasional; 2 falecimentos; 2 membros do Conselho de Administração.

Tendo como contrapartida 10 movimentos de entrada: 4 admissões; 1 acordo de cedência de interesse público; nomeação de 5 membros do Conselho de Administração.



Apesar da diminuição registada no final do ano, o efetivo médio de 2016 foi superior ao de 2015 na medida em que as saídas tiveram a sua maior incidência apenas no segundo semestre.

Relativamente às médias etária e de antiguidade na empresa, registaram uma evolução positiva assinalando-se, a 31 de dezembro de 2016, 48,65 anos e 18,47 anos, respetivamente. Também a distribuição por género sofreu uma ligeira alteração, passando o género masculino a representar 66,8% do total de trabalhadores, enquanto o género feminino desceu para os 33,2% (menos 1,1 p.p face a 2015).

No que respeita à distribuição do efetivo em termos jurídico-laborais, mantém-se a prevalência do pessoal do quadro (cerca de 96%), dos quais 56% integram o universo de elementos com contrato de trabalho em funções públicas, enquanto os restantes 44% estão abrangidos pelo regime do contrato individual de trabalho.

Contrariamente aos últimos 5 anos (2011-2015), em 2016 assistiu-se ao desbloqueio das valorizações remuneratórias e consequentes acessos na carreira, cujos efeitos remuneratórios se efetivaram apenas no segundo semestre do ano. Neste âmbito subiram ao patamar imediatamente superior da carreira cerca de 60% do efetivo em funções.

Por último, e no que concerne à mobilidade interna, importa referir a concretização de 3 transferências interdepartamentais, bem como 1 processo de integração no quadro de trabalhador anteriormente requisitado.

No quadro seguinte encontra-se retratada de forma mais ilustrativa a composição do efetivo:

	2015	2016
<b>EFETIVO TOTAL (31 de dezembro)</b>	<b>297</b>	<b>295</b>
<b>TIPOS DE VÍNCULOS</b>		
<b>Quadro</b>	<b>287</b>	<b>283</b>
Relação de Emprego Público	163	159
Contrato Individual de Trabalho	124	124
<b>Além-Quadro</b>	<b>10</b>	<b>12</b>
Mandato <sup>(1)</sup>	2	5
Comissão de Serviço	0	0
Requisição/Acordo de Cedência	8	7
Contrato a Termo Certo	0	0
<b>GÉNERO</b>		
Homens	195	197
Mulheres	102	98
<b>EFETIVO MÉDIO</b>	<b>296</b>	<b>297</b>

<sup>(1)</sup> No ano de 2015 inclui um trabalhador com Contrato Individual de Trabalho

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'RBM', and 'Cly'.



## 6.2. Prestação de Trabalho

Considerando os principais critérios de análise da prestação de trabalho, podemos obter as seguintes conclusões:

- A redução do efetivo anteriormente referida, aliada ao menor número de dias úteis de trabalho, para o qual contribuiu a reposição de 4 feriados, conduziu a uma diminuição do potencial de horas trabalháveis em cerca de 1,3%;
- Acréscimo do trabalho extraordinário realizado, decorrente da reposição dos dias feriados conjugada com o absentismo registado a título de doença, acidentes de trabalho e licenças de parentalidade;
- Aumento significativo do total de horas de ausência (cerca de 22%) decorrente das ausências registadas por motivo de doença, acidentes de trabalho, licenças no âmbito da proteção da parentalidade e dias de descanso adicional concedidos no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho;
- Em suma, regista-se um decréscimo no total de horas efetivamente trabalhadas (cerca de 2,5%), coerente com a diminuição do potencial assinalada.

Prestação de trabalho		2015	2016	Var.
1. Potencial Máximo de trabalho	Horas	508 254	501 452	-6 802
2. Trabalho Extraordinário	Horas	3 164	3 436	272
	Taxa	0,63%	0,69%	0,06 p.p.
3. Absentismo	Horas	24 944	30 507	5 563
	Taxa	4,88%	6,08%	1,2 p.p.
Horas efetivamente trabalhadas (1+2-3)	Horas	486 474	474 381	-12 093

## 6.3. Formação

Responder aos constantes desafios colocados às organizações implica dotar as mesmas de trabalhadores/as cada vez mais qualificados/as, detentores/as de novos conhecimentos e competências, e que sejam capazes de desempenhos mais eficazes e eficientes.

Assim, durante o ano de 2016, e conjugando as necessidades demonstradas pelos serviços e respetivos trabalhadores com o orçamento anual definido, a APL, S.A. promoveu, em termos globais, 76 ações de formação distribuídas por uma multiplicidade de áreas temáticas, num total de 4715 horas repartidas por 360 participantes.



No quadro seguinte, apresentam-se os principais indicadores da formação profissional realizada nos anos de 2015 e 2016:

<b>FORMAÇÃO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Var.</b>
<b>Interna</b>			
N.º de ações	13	18	5
Horas de formação	1 934	2 532	598
N.º de participantes	154	238	84
<b>Externa</b>			
N.º de ações	69	58	-11
Horas de formação	3 646	2 183	-1 463
N.º de participantes	163	122	-41
<b>TOTAL</b>			
N.º de ações	82	76	-6
Horas de formação	5 580	4 715	-865
N.º de participantes	317	360	43

De notar que a taxa de participação (proporção de pessoas envolvidas face ao efetivo médio da empresa) foi de cerca de 50% (149), dos quais 35% (52) frequentaram, pelo menos, 35 horas de formação.

#### 6.4. Ação Social

Subsistindo a tendência verificada nos últimos anos, também 2016 ficou marcado por mais um decréscimo no número de inscritos no sistema de Obras Sociais e Culturais (OSC) da APL, S.A., registando-se, no final do ano, um total de 2081, que traduz uma redução de cerca de 2,8% face ao mesmo período do ano anterior.

Tal variação decorreu de um cada vez menor número de inscrições face ao número de anulações registadas, quer em virtude do falecimento do titular, quer pela cessação do direito a este subsistema de acordo com o regulamento em vigor.

<b>Saúde e Apoio Social</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Var.</b>
N.º de inscritos no sistema	2 140	2 081	-59
Encargos com o sistema (€)	487 315	495 523	8 208
Saúde	283 548	305 525	
Apoio Social	203 767	189 998	
Capitação (€)	228	238	10

Os gastos contabilizados neste âmbito sofreram, pelo contrário, um agravamento na ordem dos 1,7%, facto que resulta da conjugação dos seguintes fatores:

- Acréscimo do valor pago a título de comparticipações de despesas médicas e medicamentosas;

PP  
Relatório



- Redução pouco significativa nos custos com o prémio de seguro de saúde pago pela empresa;
- Diminuição global dos encargos relativos aos apoios sociais concedidos, congregando o decréscimo dos Subsídios de Infância e Estudos com o aumento dos valores abonados a título de Subsídio de Aleitação, Auxílio para Lar e Complemento de Pensão.

## 6.5. Segurança e Saúde no Trabalho

Deu-se continuidade neste âmbito a uma estratégia de desenvolvimento das condições de segurança na empresa geradoras de um trabalho seguro nas diferentes atividades desenvolvidas.

Foi retomado o trabalho de desenvolvimento do Sistema de Gestão de Segurança no Trabalho iniciado em 2014 e que tinha sido temporariamente interrompido. Esta ação prosseguirá em 2017.

Decorrente da mudança da sede social da APL, S.A., que implicou a transferência do Conselho de Administração e seu staff para novas instalações, assim como de outras alterações relacionadas com os membros das equipas de emergência, foi atualizado o Plano de Emergência Interno.

Foram ainda desenvolvidas várias ações de formação, designadamente na área dos primeiros socorros, onde se incluiu a reciclagem de conhecimentos das equipas já existentes, bem como no âmbito de combate a incêndios.

No respeitante à coordenação de segurança manteve-se a cooperação com a Direção de Infraestruturas na fiscalização das várias empreitadas realizadas ao longo do ano.

PPE  
R.R.M.



## 7. FACTOS SUPERVENIENTES E PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

7.1. Factos supervenientes - 34

7.2. Perspetivas de evolução - 34

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "APL", "E", and "Rloym".



## FACTOS SUPERVENIENTES E PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

### 7.1. FACTOS SUPERVENIENTES

- **Fatura Única Portuária - Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2016, 16 de março** - Determina a implementação da fatura única portuária. Essa fatura, passou a integrar numa única fatura as faturas de todas as entidades envolvidas no despacho de largada.

O projeto demorou seis meses, tendo sido usada como plataforma base a JUP e integrando a sistema de faturação da APL, o que envolveu diversos recursos internos e externos.

A FUP veio irá garantir a simplificação dos processos atualmente em vigor nomeadamente por recurso à desmaterialização da faturação através da sua digitalização.

### 7.2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

- **CARGA** - Para 2017 as perspetivas são otimistas, projetando a APL um aumento da movimentação de carga em termos globais, alicerçado por uma significativa recuperação na carga contentorizada. Tal deve-se não só ao acordo assinado no final do ano anterior, como também ao forte dinamismo e empenho colocado pela APL, pelo Governo e por toda a Comunidade Portuária de Lisboa, na recuperação do tráfego, entretanto, perdido para outros portos. Para os graneis sólidos estimamos também um aumento da carga movimentada embora mais suave, sendo de salientar que este segmento de mercadorias é, atualmente, a carga mais movimentada em Lisboa alcançando especial destaque no negócio do Porto.
- **CRUZEIROS** - Para os próximos anos a estratégia para o segmento de atividade de Cruzeiros no Porto de Lisboa deverá ter em conta as linhas orientadoras a seguir elencadas:
  - Deverá prosseguir a gestão do Contrato de Concessão de Serviço Público no Terminal de Cruzeiros de Lisboa e articulação entre o concessionário Lisbon Cruise Terminals, Lda e os diferentes parceiros. Será ainda acompanhada a fase final da construção da nova Gare de Passageiros.
  - No âmbito do incremento e promoção desta atividade destacam-se em 2017:
    - Participação na *Seatrade Cruise Global*, Fort Lauderdale, (março).
    - Participação na *Seatrade Cruise Europe 2017*, Hamburgo, (setembro).
    - Participação nas Assembleias-Gerais da *MedCruise* (junho e setembro/outubro).
    - Participação nas reuniões do *Board of Directors* da *MedCruise*.



- Participação na Assembleia-Geral da *Cruise Europe* (maio).
  - Desenvolvimento do projeto *Atlantic Alliance*, em parceria com outros portos internacionais, que visa promover a região do Atlântico enquanto destino de cruzeiros.
  - *Seatrade Cruise Med 2018* - Acompanhamento e desenvolvimento das ações com vista à realização da *Seatrade Cruise Med*, sendo Lisboa o porto anfitrião.
  - Continuidade nas acções de promoção com vista a melhorar os serviços prestados aos passageiros e operadores de cruzeiro.
- **DESPORTO E NÁUTICA** – Para o ano de 2017 é expectável um incremento da Taxa Média de Ocupação Anual na Marina de Lisboa.

O acompanhamento direto do negócio e o desenvolvimento de sinergias com os operadores marítimo turísticos permitindo o estacionamento de embarcações de maior dimensão, potenciaram a incrementação deste negócio, associado a ações concretas de implementação de novas soluções como foi o caso do novo acesso à Doca de Santo Amaro disponibilizado na zona montante e que é utilizado exclusivamente pelos operadores de MT (acesso de clientes e cargas/descargas), bem como a colocação de uma rampa flutuante no topo jusante, equipamento fundamental para a atividade da Terra Incógnita - Atlantic Teams and Regattas, que é atualmente a maior escola de vela de Lisboa com aproximadamente 100 alunos regulares.

Este esforço de adaptação da oferta existente às reais necessidades dos nossos clientes, garantiu a necessária flexibilidade para que em 2017 se estime um ajustamento da procura com um crescimento da ordem dos 5%.

Com a evolução esperada para as quatro docas ou seja a consolidação dos níveis de ocupação nas Docas de Alcântara, de Belém e do Bom Sucesso e um crescimento acentuado da Doca de Santo Amaro a ocupação média em 2017 deverá atingir os 80%.

- **MARÍTIMO-TURÍSTICA** – Para o ano de 2017 prevê-se um aumento do número de operadores licenciados face a 2016, o que espelha todo o potencial desta atividade e a sua mais-valia para a evolução de um novo conceito de turismo náutico no estuário do Tejo.

De salientar ainda que a reorganização do layout da Doca Santo Amaro teve como principal intuito a melhoria da oferta Marítimo-Turística para embarcações de maior porte de forma a rentabilizar todo o seu potencial turístico, representando uma

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



aposta amplamente conseguida, sendo que esta doca é atualmente o centro nevrálgico da operação de Marítimo-Turística em Lisboa.

Assim, na perspectiva de dar seguimento à estratégia de evolução do negócio e de manutenção da qualidade de serviço prestado, será impreterível o desenvolvimento de todas as medidas que contribuam efetivamente para uma melhoria das condições globais disponibilizadas aos clientes das Docas de Recreio. Esta estratégia deverá ter como pilares fundamentais as linhas orientadoras a seguir elencadas bem como ações incisivas ao nível da comunicação e do marketing.

W2 Uq  
E  
P.P. Rom



## **8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**

- 8.1. Objetivos de Gestão - 40
- 8.2. Gestão do Risco Financeiro e Endividamento - 42
- 8.3. Prazo Médio de Pagamentos e Atrasos nos pagamentos (ARREARS) - 43
- 8.4. Recomendações do Acionista - Contas de 2013 - 44
- 8.5. Remunerações - 45
- 8.6. Complemento de Pensões - 53
- 8.7. Estatuto do Gestor Público (art.º. 32.º) - 53
- 8.8. Despesas não Documentadas - 54
- 8.9. Relatório sobre Remunerações mulheres/homens - 54
- 8.10. Contratação Pública - 55
- 8.11. Relatório Prevenção da Corrupção - 57
- 8.12. Sistema Nacional de Compras Públicas - 57
- 8.13. Frota Automóvel - 58
- 8.14. Medidas de Redução de Gastos Operacionais - 59
- 8.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado - 62
- 8.16. Auditorias do Tribunal de Contas - 62
- 8.17. Informação Sitio do SEE - 64

W. C. G.

P. C.



Apresenta-se quadro síntese relativo ao cumprimento das diversas orientações emitidas pela DGTF, sendo as mesmas objeto de comentário mais detalhado nos pontos subsequentes.

De referir que na ausência de novas orientações para o documento de 2016, foi utilizada a estrutura das orientações emitidas para o relatório de 2015, com as adaptações relativas aos IPGs2016.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	Cumprimento			Quantific. / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>1. Objetivos de Gestão / Plano de atividades e Orçamento</b>					
<b>1.1. Objetivos</b>	(a)			A identificação dos objetivos e respetivo cumprimento encontram-se no ponto 8.1. (a) Cumprimento parcial.	
<b>1.2 Gestão do Risco Financeiro</b>	x			Taxa média de financiamento de 2,7 %	Vide ponto 8.2.
<b>1.3. Limites de Crescimento do Endividamento</b>	x			Redução de 12,4% face a 2015	Vide ponto 8.2.
<b>1.4. Evolução do PMP a fornecedores</b>		x		2015 - 48 dias 2016 - 53 dias	Vide ponto 8.3.
<b>1.5. Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	x			97 827 € em 31/12/2016	Vide ponto 8.3.
<b>2. Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>					
a) Assegurar o cumprimento do estabelecido pela RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, relativamente à redução do prazo médio de pagamentos;		x			Vide ponto 8.4.
b) Dar cumprimento ao disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, relativamente aos gastos com ajudas de custos e deslocações/estadas;	x				
c) Elaborar um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, de acordo com o estabelecido no n.º 2 da RCM n.º 18/2014 de 7 de março.	x				
<b>3. Remunerações</b>					
3.1. Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei 82-B/2014	x				Vide ponto 8.5.
3.2. Órgãos Sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x				Vide ponto 8.5.
3.3. Auditor externo - redução e reversão remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014		x			Vide ponto 8.5.
3.4. Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x				Vide ponto 8.5.

Handwritten signature and initials in blue ink.



CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	Cumprimento			Quantific. / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
3.5. Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	x				Vide ponto 8.5.
<b>4. Artigo 32º do EGP</b>					
4.1. Não utilização de cartões de crédito	x				Vide ponto 8.7.
4.2. Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				
<b>5. Despesas não documentadas - nº2 do artigo 16º DL nº133/2013</b>					
5.1 Proibição de realização de despesas não documentadas	x				Vide ponto 8.8.
<b>6. Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM n 18/2014</b>					
6.1 Elaboração e divulgação do relatório sobre remuneração pagas a mulheres e homens	x				Vide ponto 8.9.
<b>7. Contratação Pública</b>					
7.1. Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				Vide ponto 8.10.
7.2. Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x		
7.3. Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
<b>8. Prevenção da Corrupção (nº1 do artigo 46º do DL nº133/2013)</b>					
Elaboração e divulgação do relatório anual	x				Vide ponto 8.11.
<b>9. Auditorias do Tribunal de Contas</b>					Vide ponto 8.16
<b>10. Parque Automóvel</b>					
N.º de viaturas	x				Vide ponto 8.13
Gastos com viaturas	x				
<b>11. Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	x				Cumprimento parcial Vide ponto 8.14
<b>12. Redução de Trabalhadores</b>	x				Vide ponto 8.14
9.1. Nº de trabalhadores	x			302 para 300 (critér. DGTF)	
9.3. Volume de negócio / Nº de Trabalhadores	x			+ 1 628 € (considerando o efetivo médio)	
9.3. Nº de cargos dirigentes			x	40 para 41	
<b>13. Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 86 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)</b>					Vide ponto 8.15
Disponibilidades centralizadas no IGCP				3 824 861,78 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregas em Receitas do Estado			x		

*Handwritten signature*

*Handwritten initials: PP e Rbm*



## 8.1. Objetivos de Gestão

### *Orientação*

*"Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado"*

A atividade desenvolvida pautou-se pelas orientações estabelecidas para o Sector Empresarial do Estado, conforme referido de forma mais detalhada nos pontos 8.14 (Plano de Redução de Gastos Operacionais) e 9 (Análise Económico-Financeira) e pela prossecução dos projetos prioritários para o porto de Lisboa definidos pela tutela setorial, uma vez que não foram fixados pelo acionista objetivos a alcançar especificamente pela APL no ano 2016.

Assim, foram tidas como referência as previsões constantes do Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2016-18. Em reunião da Assembleia Geral realizada em já em Março de 2017 foi deliberado o seguinte:

*"Não tendo sido possível assegurar o cumprimento de todos os formalismos associados ao processo de apreciação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016/18, não se encontram reunidas as condições para deliberar sobre o mesmo. Assinala-se ainda que, no âmbito da apreciação do Relatório e Contas de 2016, o acionista Estado retomará a deliberação da possível ratificação dos atos e negócios jurídicos que estiverem subjacentes à execução orçamental e à elaboração do supramencionado relatório (...)"*

Ilustram-se nos quadros seguinte os níveis de desempenho atingidos:

Handwritten signature and initials in blue ink, including the text "RRMPP E".



Indicadores		Unid.	OBJETIVO (Orçamento 2016)	Real 2016	Variação	CUMPR.
Eficiência, rentabilidade e crescimento	EBITDA	milhares €	18 250	21 994	21%	S
	EBIT	milhares €	4 316	8 149	89%	S
	Resultado Líquido	milhares €	1 277	4 815	277%	S
	Volume de negócios	milhares €	38 703	41 236	7%	S
	Gastos operacionais/EBITDA	%	134%	105%	-28,6 p.p.	S
	Gastos c/ Pessoal/EBITDA	%	92%	76%	-16,1 p.p.	S
	Taxa variação custos c/ Pessoal	milhares €	16 805	16 719	-0,5%	S
	EBITDA/Receitas	%	39,8%	45,0%	5,18 p.p.	S
	TX crescimento das Receitas	milhares €	45 868	48 911	6,6%	S
	Resultado Líquido/Capital investido	%	16,4%	276,1%	259,7 p.p.	S
	Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado Líquido/Capital próprio)	%	0,60%	2,26%	1,66 p.p.	S
Capacidade de endividamento	Dívida/Capital Próprio		0,410	0,406	-0,4%	S
	EBITDA/Juros Líquidos		8,02	8,76	9,2%	S
Estrutura	Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo não corrente)		0,61	0,62	1,8%	S
	Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo)		1,37	1,32	-3,2%	N
Liquidez	Liquidez Geral (Ativo corrente / Passivo corrente)		0,68	0,77	13,3%	S
PMP a fornecedores	Calculo nos termos da RCM nº 34/2008 c/ alteração Desp.9870/2009	Dias	41	53	29,3%	N
Grau do cumprimento dos investimentos		milhares €	7 800	1 744	22,4%	N

Indicadores		Unid.	OBJETIVO (Orçamento 2016)	Real 2016	Variação	CUMPR.
Movimento de mercadorias	Carga movimentada (marítima)	1000 ton.	10 182 496	10 256 613	0,7%	S
	Graneis líquidos	1000 ton.	1 408 578	1 422 160	1,0%	S
	Graneis sólidos	1000 ton.	4 475 195	4 578 825	2,3%	S
	Carga geral	1000 ton.	4 298 723	4 255 628	-1,0%	N
	Carga contentorizada	1000 ton.	4 029 153	4 018 110	-0,3%	N
	Carga Roll-on /Rool-off	1000 ton.	32 084	5 118	-84,0%	N
	Carga fracionada	1000 ton.	237 486	232 400	-2,1%	N
Cruzeiros	Escalas de navios	n.º	340	311	-8,5%	N
	Passageiros	n.º	570 757	522 497	-8,5%	N

Handwritten signature/initials.

Handwritten initials: PP, R. Lopes, E.



## 8.2. Gestão do Risco Financeiro e Endividamento

### *Orientação*

#### *Da gestão do risco financeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos na LOE 2016*

A gestão financeira encontra-se centralizada na direção responsável pela área de Finanças e Suporte, de acordo com orientações do Conselho de Administração e nos termos do descritor funcional da APL.

Cabe ao referido departamento assegurar a adequada gestão dos meios financeiros necessários ao investimento e ao funcionamento regular da empresa, centrando a sua atividade em particular ao nível da contabilidade e faturação, tesouraria, contas correntes de clientes e fornecedores, aprovisionamento, registo de ativos e divulgação de informação pelas entidades competentes, obedecendo ao princípio da transparência financeira. Estas funções são levadas a cabo em articulação com as restantes unidades orgânicas, em particular as responsáveis pelas áreas de negócio

Em termos de controlo interno, são ainda de referir ações pontuais de auditoria a processos e a existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que identifica os riscos existentes e medidas de prevenção/mitigação específicas para cada área de atividade, incluindo a função financeira.

No que diz respeito aos rácios de autonomia financeira, solvabilidade e de endividamento é possível verificar que a APL, S.A. tem tido uma evolução positiva constante nos últimos três anos, tendo aumentado a sua autonomia financeira e diminuído o seu nível de endividamento (Ano 2015 versus Ano 2014: -7,6%, Ano 2016 versus Ano 2015: -12,4%) o que contribui para uma melhor saúde financeira da empresa.

A diminuição do nível de endividamento conjugado com os níveis historicamente baixos das taxas de juro tem permitido à empresa obter decréscimos contínuos nos juros e gastos similares suportados (Ano 2016: 2 511 milhares de euros, Ano 2015: 3 389 milhares de euros, Ano 2014: 5 157 milhares de euros)

O risco de liquidez tem vindo a ser minimizado ao longo dos anos de 2014 a 2016, apesar dos volumes de amortização de capital realizados, decorrentes de financiamentos bancários contratualizados (Ano 2016: 12 249 milhares de euros, Ano 2015: 8 091 milhares de euros, Ano 2014: 13 750 milhares de euros), para tal, contribuíram, a racionalização de todos os gastos e investimentos da empresa e a alienação de imóveis nos anos de 2014 e 2016 sem utilidade futura para o Score Business da empresa.

O risco de crédito está maioritariamente associado às contas a receber sendo objeto de monitorização conjunta da área financeira, áreas de negócio e serviços jurídicos, com análises regulares aos valores em dívida, ponderando o perfil dos clientes, a antiguidade de saldos e a recuperabilidade dos valores a receber face às garantias existentes, permitindo ao longo dos últimos anos uma maior eficácia nas cobranças e uma diminuição do prazo médio de recebimentos.



Na sequência da análise económico-financeira dos clientes, a APL, S.A. adota políticas conservadoras constituindo perdas por imparidade referentes às contas a receber, conforme divulgado nas Notas 7 e 24 do ponto 10 – Demonstrações Financeiras e Notas.

## Endividamento

### Orientação

Nos termos da LOE / 2016, "O crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, fica limitado a 3 %.

(valores em euros)

Passivo Remunerado	2016	2015	2014	Variação 2016/15	
				Abs.	%
Financiamentos Obtidos	86 611 380	98 860 621	106 951 742	-12 249 241	-12,4%
... dos quais concedidos pela DGTF	531 223	581 933	631 154	-50 710	-8,7%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	---
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	---
Endividamento ajustado	86 611 380	98 860 621	106 951 742	-12 249 241	-12,4%

(valores em euros)

ANOS	2016	2015	2014
Encargos financeiros (€)	2 511 198	3 389 356	5 156 692
Taxa média de financiamento (%)	2,7%	3,3%	9,6%

### 8.3. Prazo Médio de Pagamentos e Atrasos nos pagamentos (ARREARS)

#### Orientação

*Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição;*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



#### ▪ PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Relativamente ao prazo de pagamentos verificou-se a seguinte evolução:

Prazo médio de pagamentos a fornecedores	2016	2015	2014	2013
Dias	53	48	56	52

De referir no entanto que no caso de alguns contratos, alguns de montante considerável, designadamente, manutenções, reparações, empreitadas e algumas prestações de serviços o prazo de pagamento acordado é de 60 dias.

#### ▪ ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

Em relação à divulgação dos atrasos nos pagamentos, conforme definido no DL nº65 A/2011, de 17 de maio (informação também disponibilizada no site da APL), a situação a 31 de dezembro de 2016 era a seguinte:

(Valores em euros)

CATEGORIAS	Entre 0 e 90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011				TOTAL
		Após 90 até 120 dias	Após 120 até 240 dias	Após 240 até 360 dias	Após 360 dias	
Aquisições de bens e serviços	979	600	738	180	11 418	13 915
Aquisições de capital	0	0	0	0	83 912	83 912
<b>TOTAL</b>	<b>979</b>	<b>600</b>	<b>738</b>	<b>180</b>	<b>95 330</b>	<b>97 827</b>

## 8.4. Recomendações do Acionista

### Orientação

*As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das últimas contas*

As contas relativas ao ano de 2015 foram aprovadas em Assembleia Geral realizada já em 2017. As recomendações constantes da respetiva Ata (nº 29) foram as seguintes:

- Assegurar o cumprimento do estabelecido pela RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, relativamente à redução do prazo médio de pagamentos; - Ver ponto 8.3

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



- Dar cumprimento ao disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, relativamente aos gastos com ajudas de custos e deslocações/estadas; - Ver ponto 8.14
- *Elaborar um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, de acordo com o estabelecido no n.º 2 da RCM n.º 18/2014 de 7 de março.* – Ver ponto 8.9

## 8.5. Remunerações

### A. Órgãos Sociais

Apresenta-se em seguida a situação remuneratória dos diversos órgãos sociais no ano 2016 bem como informação sobre a aplicação das reduções remuneratórias legalmente determinadas.

A Deliberação Social Unânime por Escrito (DSUE) datada de 23/05/2016 nomeou os membros do Conselho de Administração (CA) para o triénio 2016-2018 e fixou as correspondentes remunerações, ressalvando-se o facto dos anteriores membros do CA terem cessado funções apenas na data de produção de efeitos da referida DSUE.

Reiterando os princípios constantes da DSUE que nomeou os anteriores membros dos órgãos sociais, a DSUE vigente estabelece o seguinte:

*“(...) durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do PAEF são prorrogadas, nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (Decreto-Lei de execução do Orçamento do Estado para 2016) os efeitos temporários das normas e medidas seguintes:*

- Aplicação das reduções legalmente vigentes às remunerações auferidas;*
- Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração (...)*”

Porém, e à semelhança do verificado desde 2013 de acordo com o despacho n.º 1695/2013 – SEAP, de 05/06/2013, segundo o qual não se aplicam as reduções remuneratórias previstas em virtude de regulamentação internacional específica, associado à declaração de inconstitucionalidade da norma que estabelecia as reduções remuneratórias (vide Ac. N.º 413/2014, de 30 de maio) e mantendo-se inalteradas as circunstâncias e enquadramento próprios da atividade das administrações portuárias, estendeu-se aos membros dos órgãos sociais a partir de junho de 2014 a não aplicação das reduções remuneratórias a que se vinha procedendo desde 2011, sendo certo que tal foi oportunamente objeto de ofício da APP para a tutela setorial.

Para efeitos de identificação dos valores abonados remete-se para os quadros seguintes.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## Orientação

Das remunerações, designadamente:

Dos órgãos sociais (nos termos do Apêndice 1) confirmando a:

### 1) Mesa de Assembleia Geral

- *Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016*

(Unid: euros)

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2) + (3)
2013-2015	Presidente da Mesa	Associação Industrial Portuguesa	575,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013-2015	Secretária da Mesa	Teresa Isabel Carvalho Costa	375,00	375,00	0,00	0,00	375,00
TOTAL				375,00	0,00	0,00	375,00

## Orientação

### 2) Conselho de Administração

- *Não atribuição de prémios de gestão;*
- *Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016*

#### a) Designação

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	[Entidade Pagadora]	Origem / Destino
2013-2015	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DSUE	25-02-2013	APL, S.A.	D
2013-2015	Vogal Executivo	Ana Paula Rana Rodrigues <sup>(a)</sup>	DSUE	08-06-2015	APL, S.A.	D
2013-2015	Vogal Executivo	José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a)</sup>	DSUE	08-06-2015	APL, S.A.	D
2016-2018	Presidente	Maria Lídia Ferreira Sequeira	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Jorge de Sousa Roque	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	Carlos Alberto do Maio Correia	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D

<sup>(a)</sup> Nomeados para completar o mandato 2013-15, na sequência da renúncia dos anteriores titulares. Exerceram funções até à nomeação dos membros eleitos para o mandato 2016-2018.

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

W Ceg

PP e  
Rhom e



## b) Acumulação de funções

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	APP – Associação dos Portos de Portugal	Presidente	Público (não remunerado)
	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Presidente do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
	Infraestruturas de Portugal, SA	Presidente Comissão para as matérias financeiras do Conselho Geral e de Supervisão	Público (não remunerado)
	Carris/Metropolitano	Presidente do Conselho Fiscal até 31 de dezembro de 2016	Público (não remunerado)
	Parvalorem, Participadas e Parups	Presidente da Mesa da Assembleia Geral até junho de 2016	Público (não remunerado)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Carlos Alberto do Maio Correia	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)

## c) Estatuto gestor público / opção remuneração lugar de origem

O estatuto remuneratório encontra-se explicitado no ponto VII do Relatório do Governo Societário, anexo a este documento.

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classific.	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento Base	Despesas Representação
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira <sup>(a)</sup>	S	B	4 864,34	1 945,74
Ana Paula Rana Rodrigues <sup>(a)</sup>	S	B	3 891,47	1 556,59
José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a)</sup>	S	B	3 891,47	1 556,59
Maria Lídia Ferreira Sequeira <sup>(b)</sup>	S	B	4 864,34	1 945,74
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco <sup>(b)</sup>	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos <sup>(b)</sup>	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Jorge de Sousa Roque <sup>(b)</sup>	S	B	3 891,47	1 556,59
Carlos Alberto do Maio Correia <sup>(b)</sup>	S	B	3 891,47	1 556,59

<sup>(a)</sup> Cessou funções em 22/05/2016

<sup>(b)</sup> Iniciou funções em 23/05/2016

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



## d) Remuneração anual 2016

Membro do Órgão de administração	Remuneração Anual (€)					
	Fixa *	Variável	Bruto (1)	Reduções Remunerat. ** (2)	Reversão Remuner. *** (3)	Valor Final (4) = (1)-(2) + (3)
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira <sup>(a) (c)</sup>	43 832,78	0,00	43 832,78	-2 977,09	0,00	40 855,69
Ana Paula Rana Rodrigues <sup>(a)</sup>	27 500,15	0,00	27 500,15	-1 154,44	0,00	26 345,71
José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a) (c)</sup>	32 573,12	0,00	32 573,12	-1 637,66	0,00	30 935,46
Maria Lídia Ferreira Sequeira <sup>(b)</sup>	55 387,57	0,00	55 387,57	-2 769,34	0,00	52 618,23
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco <sup>(b)</sup>	44 310,05	0,00	44 310,05	-2 215,46	0,00	42 094,59
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos <sup>(b)</sup>	44 310,05	0,00	44 310,05	-2 215,46	0,00	42 094,59
Ricardo Jorge de Sousa Roque <sup>(b)</sup>	44 310,05	0,00	44 310,05	-2 215,46	0,00	42 094,59
Carlos Alberto do Maio Correia <sup>(b)</sup>	44 310,05	0,00	44 310,05	-2 215,46	0,00	42 094,59
<b>TOTAL</b>			<b>336 533,82</b>	<b>-17 400,37</b>	<b>0,00</b>	<b>319 133,45</b>

<sup>(a)</sup> Cessou funções em 22/05/2016

<sup>(b)</sup> Iniciou funções em 23/05/2016

<sup>(c)</sup> A respetiva remuneração inclui o pagamento de férias não gozadas, férias vencidas e proporcionais de subsídios de férias devido a cessação de funções e saída da empresa

Notas:

\* Inclui Remuneração + Despesas de Representação

\*\* Inclui os valores da Lei 12-A/2010 e o Limite RCM n.º 36 no caso da PCA em funções até 22/05/2016;

Os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL, S.A. e pela APSS, S.A.

## e) Benefícios Sociais

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	4,27	401,38	Segurança Social	9 703,23	90,79	n.a.	---	---
Ana Paula Rana Rodrigues <sup>(a)</sup>	4,27	397,11	Segurança Social	6 257,11	250,83	n.a.	---	---
José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a)</sup>	4,27	350,14	Segurança Social	7 347,17	298,54	n.a.	---	---
Maria Lídia Ferreira Sequeira <sup>(b)</sup>	4,27	305,31	Segurança Social	4 203,61	n.a.	n.a.	---	---
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco <sup>(b)</sup>	4,27	294,53	CGA	4 998,74	n.a.	n.a.	sub. p/ estudos	600,00
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos <sup>(b)</sup>	4,27	301,04	Segurança Social	4 998,74	n.a.	n.a.	sub. p/ estudos e de infância	127,50
Ricardo Jorge de Sousa Roque <sup>(b)</sup>	4,27	322,39	Segurança Social	4 998,74	69,95	n.a.	---	---
Carlos Alberto do Maio Correia <sup>(b)</sup>	4,27	275,42	Segurança Social	4 998,74	175,68	n.a.	sub. p/ estudos e p/ prática desporto	172,50
<b>TOTAL</b>		<b>2 647,40</b>		<b>47 506,05</b>	<b>885,79</b>			<b>900,00</b>

<sup>(a)</sup> Cessou funções em 22/05/2016

<sup>(b)</sup> Iniciou funções em 23/05/2016

*Handwritten signatures and initials:*  
 HF, CLG, R. P. e



## f) Comunicações Móveis

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal	Valor Anual	Observações
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	80,00	253,44	
Ana Paula Rana Rodrigues <sup>(a)</sup>	80,00	60,56	
José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a)</sup>	80,00	153,79	
Maria Lídia Ferreira Sequeira <sup>(b)</sup>	80,00	358,58	
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco <sup>(b)</sup>	80,00	161,14	
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos <sup>(b)</sup>	80,00	215,79	
Ricardo Jorge de Sousa Roque <sup>(b)</sup>	80,00	238,67	
Carlos Alberto do Maio Correia <sup>(b)</sup>	80,00	192,00	
<b>TOTAL</b>		<b>1 633,97</b>	

<sup>(a)</sup> Cessou funções em 22/05/2016

<sup>(b)</sup> Iniciou funções em 23/05/2016

NOTA: Os eventuais excedentes ao plafond fixado são suportados pelos utilizadores e não se encontram refletidos nos montantes indicados.

NOTA: os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

## g) Viaturas

Membro do CA	Encargos com viaturas									Outros Gastos anuais associados a viaturas				
	Viatura atrib. (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência a viatura	Modalidade e	Ano início	Ano termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanesc.	Plafond mensal definido (2)	Gastos Combust.	Gastos Portagens	Outras reparaç.	Seguro
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira <sup>(a)</sup>	S	N Uso de Serviço (1)	32 674	Aquisição	---	---	---	---	---	485,44	323,66	15,20	0,00	356,61
Ana Paula Rana Rodrigues <sup>(a)</sup>	S	S Uso Pessoal	32 674	Aquisição	2015	Não indicado (associado ao exercício das funções)	---	---	---	389,15	123,64	0	0,00	356,61
José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a)</sup>	S	S Uso Pessoal	37 891	Aquisição	2015	Não indicado (associado ao exercício das funções)	---	---	---	389,15	1 254,12	232,56	364,80	371,99
Maria Lídia Ferreira Sequeira <sup>(b)</sup>	S	N Uso de Serviço (1)	32 674	Aquisição	2016	---	---	---	---	485,44	1 727,56	279,47	304,90	545,84
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco <sup>(b)</sup>	S	S Uso Pessoal	37 891	Aquisição	2016	Não indicado (associado ao exercício das funções)	---	---	---	389,15	1 917,40	464,02	1 771,59	569,36
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos <sup>(b)</sup>	S									389,15	n.a.	n.a.		
Ricardo Jorge de Sousa Roque <sup>(b)</sup>	S	S Uso Pessoal	32 674	Aquisição	2016	Não indicado (associado ao exercício das funções)	---	---	---	389,15	1 772,39	740,99	413,02	545,84
Carlos Alberto do Maio Correia <sup>(b)</sup>	S									389,15	n.a.	n.a.		

NOTAS:

<sup>(a)</sup> Cessou funções em 22/05/2016

<sup>(b)</sup> Iniciou funções em 23/05/2016

(1) "Uso de Serviço" - Viatura afeta em exclusivo ao Conselho de Administração mas não existe utilização pessoal pelo titular indicado (deslocação para a residência, utilização em fins-de-semana e férias)

(2) De acordo com a alínea b) do n.º 2 da DSUE de 25/02/2013 o valor mensal de combustível e portagens é calculado globalmente correspondendo a 1/4 do valor mensal das despesas de representação fixadas, pelo que não se encontra definido um plafond específico para combustível; o valor indicado inclui combustível e portagens

NOTA: Os montantes indicados são os globais, suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

*Handwritten signatures and initials:*  
 PP  
 R  
 e



## h) Deslocações em serviço

(Unid: euros)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	0,00	0,00	280,68	Seguro Viagem*		280,68
				Táxis/Outros	0,00	
Ana Paula Rana Rodrigues José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a)</sup>	0,00	0,00	0,00	Seguro Viagem*		0,00
				Táxis/Outros	0,00	
José João Neto Rebelo Roque de Pinho <sup>(a)</sup>	196,93	78,04	69,20	Seguro Viagem*		344,17
				Táxis/Outros	0,00	
Maria Lídia Ferreira Sequeira (b)	11 925,35	3 346,79	750,60	Seguro Viagem*		16 107,32
				Táxis/Outros	84,58	
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco (b)	0,00	0,00	0,00	Seguro Viagem*		0,00
				Táxis/Outros	0,00	
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos (b)	339,72	1 238,88	813,15	Seguro Viagem*		2 391,75
				Táxis/Outros	0,00	
Ricardo Jorge de Sousa Roque (b)	0,00	101,01	0,00	Seguro Viagem*		101,01
				Táxis/Outros	0,00	
Carlos Alberto do Maio Correia (b)	0,00	198,57	0,00	Seguro Viagem*		198,57
				Táxis/Outros	0,00	

<sup>(a)</sup> Cessou funções em 22/05/2016

<sup>(b)</sup> Iniciou funções em 23/05/2016

## Orientação

## 3) Fiscalização

- Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016

## a) Conselho Fiscal

(Unid: euros)

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2013-2015	Presidente	Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	DSUE	25-02-2013	1 362,01
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Luisa Rilho	DSUE	25-02-2013	1 021,51
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Isabel Louro Caria Alcobia <sup>(a)</sup>	DSUE	08-06-2015	1 021,51
2013-2015	Vogal Suplente	Carlos Lipari Garcia Pinto	DSUE	25-02-2013	1 021,51

<sup>(a)</sup> Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito



Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória * (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	19 068,13	0,00	0,00	19 068,13
Maria Luisa Rilho	14 301,19	0,00	0,00	14 301,19
Maria Isabel Louro Caria Alcobia <sup>(a)</sup>	14 301,19	0,00	0,00	14 301,19
<b>TOTAL</b>	<b>47 670,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47 670,51</b>

<sup>(a)</sup> Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15

\* O valor das reversões remuneratórias ocorridas em 2014 está integrado na remuneração bruta.

## b) Revisores Oficiais de Contas

Mandato	Cargo	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de inscrição OROC	N.º de registo CMVM	Forma	Data	Contratada		
2013-2015	ROC	<b>Price Waterhouse Coopers e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.</b>	183						12
		Representada em 2013-2015 por:							
		- José Pereira Alves (efetivo)	711						
		- José Manuel Henriques Bernardo (suplente)	903	9077	DSUE	06-07-2013	Contrato de prestação de serviços		
		Em 15/04/2016, a sociedade passou a ser representada por:							
		- José Miguel Dantas Maio Marques (efetivo)	1271						

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções remuner. (2)	Reversão Remuner. (3)	Valor Final (1)-(2)+(3)
Price Waterhouse Coopers e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	19 068,20	0,00	0,00	19 068,20

Pela Deliberação Social Unânime datada de 25/02/2013 foi fixado o novo estatuto remuneratório dos órgãos sociais, que determinou para o ROC um "limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída (...) ao Presidente do Conselho de Administração (...)". Foi ainda determinado que seria aplicada a esta remuneração a redução da LOE.

*Handwritten signatures and initials:*  
 PP  
 E



Para 2014 e 2015 o montante anual abonado ao ROC foi o fixado no respetivo contrato de prestação de serviços: 19 068,20 euros.

De referir que este montante é superior ao que resultaria da aplicação estrita do cálculo acima referido (base 18 387,22 euros, deduzida da redução da LOE) na medida em que são aplicáveis neste caso os artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, conforme consta, aliás, da própria deliberação.

Nos termos do n.º 4 do art.º 60.º (Fixação de Honorários):

*" No exercício das funções de revisão legal das contas a remuneração do revisor oficial de contas nunca poderá ser inferior à de qualquer dos restantes membros dos órgãos de fiscalização em que se incluem".*

ou seja 19 068,14€ (base da remuneração fixada para Presidente do Conselho Fiscal x 14 meses).

## **B. Auditor Externo**

Não aplicável. Nos termos do n.º1 do art.º5.º, dos estatutos "A sociedade tem como órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração, o conselho fiscal e o revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas (...)".

## **C. Restantes Trabalhadores**

### *Orientação*

*Dos restantes trabalhadores confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2016*

Em 2016, manteve-se o entendimento de que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, que estabelece as referidas reduções remuneratórias, "... não se aplica aos trabalhadores das administrações portuárias, em razão da regulamentação internacional específica - e das condicionantes materiais relevantes do trabalho nas administrações portuárias - segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas, nos termos do artigo 27.º, n.º 13 da LOE2013".

Também no que se refere ao pagamento do trabalho extraordinário, entendeu-se de igual forma que "O disposto no artigo 45.º da LOE2013 não se aplica aos trabalhadores das administrações portuárias, sempre que o período normal de trabalho fixado no Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (...) seja de 40 horas semanais, aplicando-se o regime previsto no EPAP".

W CF  
P/E  
R...



Paralelamente, e por despacho conjunto da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças e do Ministério do Mar foi autorizada com efeitos a 1 de julho "(...) a prática de atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos/as trabalhadores/as das Administrações Portuárias, desde que:

- a) O valor correspondente não importe quaisquer reforços orçamentais; e
- b) O impacto desta medida seja neutralizado mediante compensação noutras rubricas de despesa. "

Assim, a partir de julho de 2016 foram desbloqueados os acessos e diuturnidades, passando as remunerações a refletir os acréscimos daí decorrentes.

## 8.6. Complemento de pensões

### *Orientação*

*Da suspensão do pagamento de complemento de pensões pelas empresas que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios*

Não aplicável. Apesar de não se encontrar na referida situação (resultados líquidos negativos), a APL não efetua pagamento de complemento de pensões.

## 8.7. Estatuto do Gestor Público (art.º 32.º)

### *Orientação*

*Da aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:*

- *À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;*
- *O não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.*

Conforme o disposto no art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público, os membros do Conselho de Administração da APL não utilizaram cartão de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa nem lhes foi efetuado qualquer reembolso de despesas de representação pessoal.

Vide também sobre esta matéria, o Relatório do Governo Societário (Participações Sociais e Obrigações Detidas) anexo a este documento, no que se refere à inexistência de conflitos de interesses.



## 8.8. Despesas não documentadas

### *Orientação*

*Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas*

Todas as despesas realizadas se encontram documentadas.

## 8.9. Relatório sobre remunerações

### *Orientação*

*Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março*

O referido diploma determina que "(...) as empresas do sector empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações."

A APL constituiu uma das empresas âncora no âmbito do "Projeto Igualdade de Género nas Empresas - Break Even - Promoting Gender Equality In Business", liderado pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, em parceria com o Cesis - Centro de Estudos para a Intervenção Social, o CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e o Centro de Investigação em Género (Centre for Gender Research), da Universidade de Oslo.

No ano de 2016 foi aprovada e publicada a carta de compromisso e um plano de ação neste âmbito, como culminar do trabalho de levantamento e diagnóstico realizado em 2015.

No se refere concretamente a remunerações, as mesmas são fixadas por Portaria, numa tabela salarial única e comum a todas as administrações portuárias, que assenta numa lógica de carreiras/categorias e cargos de direção e chefia. O diploma prevê ainda as regras de atribuição das remunerações acessórias. Como tal, o risco de discriminação encontra-se, por esta via, controlado.

A carta de compromisso e o plano de ação, aprovados pela ordem de serviço n.º 12/2016, de 6 de maio encontram-se publicados na intranet da empresa.

*Handwritten signatures and initials:*  
LH  
Cly  
PP E  
R...



## 8.10. Contratação Pública

### Orientação

- *Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2016, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.*
- *Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referencia à última atualização.”*

A APL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, do Setor Empresarial do Estado, dotada de jus imperium, regendo-se pelo disposto nos seus estatutos, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas, pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da sociedade, incluindo normas de direito público quando atue no uso de poderes de autoridade, e pelo direito privado, encontrando-se sujeitas às regras de concorrência.

No que respeita aos procedimentos pré-contratuais adotados existem fundamentalmente dois diplomas com particular interesse e aplicação:

- a. a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (com as respetivas retificações e diplomas de regulamentação) que aprovou a Lei da Água, que prevê a atribuição de contratos de concessão e de licenças de utilização de parcelas do domínio público por prazos superiores a um ano seja efetuada através de procedimento concursal, designadamente concurso público, e
- b. o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas retificações e diplomas de regulamentação, que veio aprovar o Código dos Contratos Públicos (CCP), estabelecendo a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

A APL é uma entidade adjudicante especial por ter sido criada para satisfazer necessidades de interesse geral, com carácter comercial, no setor dos transportes (por colocar à disposição dos transportadores marítimos e fluviais portos marítimos e interiores) sobre a qual o Estado exerce uma influência dominante (na medida em que tem a totalidade do seu capital social e dos direitos de voto e designa a totalidade dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização), nos termos do artigo 7.º n.º 1 al. a) e art.º 9.º n.º 1 al. b) subal. ii) do CCP.

Nessa medida, tem sido entendimento da APL, sufragado em parecer externo, que o regime de contratação previsto no CCP é apenas aplicável quando relativo a contratos que digam direta e principalmente respeito a uma ou várias das atividades exercidas



pela APL no setor dos transportes e, cumulativamente, o respetivo objeto abranja prestações típicas dos seguintes contratos (de acordo com os limiares fixados pelo Regulamento UE nº1336/2013, de 13 de dezembro), i.e.:

- Empreitadas de obras públicas cujo valor seja igual ou superior a 5 186 000 euros;
- Concessão de obras públicas;
- Concessão de serviços públicos;
- Locação ou aquisição de bens móveis cujo valor seja igual ou superior a 414 000 euros;
- Aquisição de serviços cujo valor seja igual ou superior a 414 000 euros.

Não é, também, vinculativa a aplicação do CCP no caso de procedimentos de contratação diretamente relacionados com atividades direta e principalmente relacionadas com colocar à disposição dos transportadores marítimos e fluviais portos marítimos e interiores, mas de valor inferior aos limites indicados.

Contudo, e sempre que por critérios materiais e de valor se justifique, os procedimentos são todos desenvolvidos no âmbito do CCP, o que, durante o ano de 2016, se fomentou consideravelmente, tendo-se incentivado o desenvolvimento de procedimentos ao abrigo do CCP.

As locações ou aquisições de bens móveis ou aquisições de serviços não abrangidos pelo regime de contratação previsto no CCP são, pois, submetidas a regulamento interno - Regulamento de Contratação de Bens, Serviços e Empreitadas da APL - (publicado pela Ordem de Serviço n.º 4/2014, de 24 de março). O referido Regulamento, promovendo medidas de transparência, igualdade, concorrência e publicidade, prevê dois procedimentos de aquisição ou locação:

- A Consulta que é aplicável:
  - i. sempre que o valor estimado do bem ou serviço a contratar seja igual ou superior a 30 000 euros ou;
  - ii. sempre que o serviço competente assim o determine;
- A Adjudicação Simples que é aplicável:
  - iii. sempre que o valor estimado do bem ou serviço a contratar seja inferior a 30 000 euros;
  - iv. sempre que, por motivos de aptidão técnica ou artística ou relativa à proteção de direitos exclusivos ou direitos de autor o objeto a contratar apenas possa ser executado por um único fornecedor, ou;
  - v. sempre que o Conselho de Administração assim o delibere fundamentadamente.

Rome  
PP



No que se refere às empreitadas, e ainda que não seja vinculativa a aplicação do CCP, são sempre tidos como referência os procedimentos previstos naquele diploma, designadamente através do recurso à Plataforma Eletrónica de Contratação que, em 2016 se maximizou, inclusivamente nos procedimentos internos de contratação, e à inclusão nos cadernos de encargos de elementos da solução de obra: programa e projeto de execução.

- *Indicação de quais os atos ou contratos celebrados, com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de contas (LOPTC)*

Em 2016 não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

### **8.11. Prevenção da Corrupção**

#### *Orientação*

- *Da elaboração e divulgação de relatório anual de prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro*

A APL, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe de Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, bem como elaborou o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativamente ao ano de 2016. Ambos os documentos estão divulgados no Portal da APL, SA.

### **8.12. Sistema Nacional de Compras Públicas**

#### *Orientação*

*"Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)"*

A APL, S.A. aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas como entidade voluntária. No entanto, e após consulta à ANCP, tem-se continuamente verificado que as aquisições correntemente efetuadas não estão contempladas nos acordos-quadro disponíveis através desta agência ou têm especificidades que não permitem o recurso àquelas prestações nos moldes definidos, sendo mais vantajoso para a APL adquire-las através de procedimentos

UP 69  
PP E  
R...



pré-contratuais de consulta, ao abrigo de regulamentação interna, ou através do lançamento de procedimento pré-contratual previsto no CCP.

### 8.13. Frota Automóvel

#### Orientação

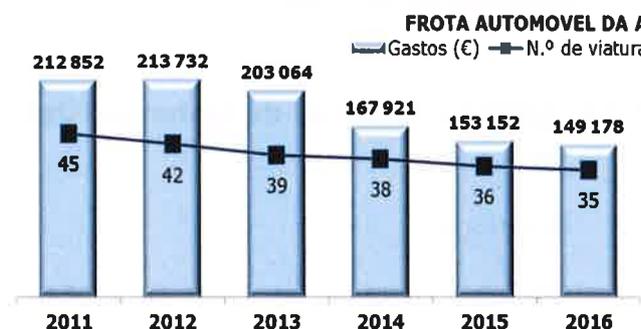
*Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas no n.º4 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos n.º1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular n.º4238, de 1 de julho) e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular n.º 7408, de 2 de dezembro).*

Nos termos do n.º 7.º do art.º 31.º da LOE 2016 “Encontra-se sujeita a parecer prévio da ESPAP, I. P., a aquisição ou locação de veículos pelas empresas do setor empresarial do Estado”.

A frota automóvel da APL tem sido alvo de reduções sucessivas. No decorrer de 2016 procedeu mais uma vez à redução do número de viaturas, sem que tenha adquirido qualquer veículo para a respetiva substituição, cumprindo-se o objetivo fixado quer ao nível da redução do número de veículos, quer no que respeita aos gastos associados.

Dos 35 veículos existentes na frota no final de 2016, apenas 22<sup>1</sup> eram propriedade da empresa, sendo os restantes, contratados em sistema de leasing operacional.

Apesar da frota da APL não integrar o Parque de Veículos do Estado, atentas as orientações da tutela sobre a redução de viaturas e gastos associados, foi solicitado à ESPAP, autorização para aquisição/leasing de viaturas, não tendo a referida entidade emitido parecer, pelo que em 2016 não se procedeu à reestruturação da frota.



<sup>1</sup> NOTA: Os dados apresentados (n.º de veículos e gastos) incluem uma viatura que, embora integrando a frota da APL, não é utilizada para deslocações, uma vez que se encontra afeta ao scanner de contentores.

*Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.*



## 8.14. Plano de Redução de Gastos Operacionais

*Orientações LOE 2016 e respetivo diploma de execução (DL n.º18/2016)*

*No caso de empresas com EBITDA positivo, deverá ser assegurada, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgado dos montantes recebidos a título de subsídios à exploração, indemnizações compensatórias e dos efeitos salariais decorrentes da Lei do Orçamento do Estado.*

- *Redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;*
- *Cada uma das rubricas de gastos com comunicações, com deslocações, com ajudas de custo, com alojamento, bem como os associados à frota automóvel devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2014 ou a 31 de dezembro de 2015, consoante o que apresentar o menor valor;*
- *Deve ser assegurada a redução do número de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, face a 31 de dezembro de 2015, maximizando o seu uso comum.*

(valores euros)

Plano redução Gastos Operacionais	Meta	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
1. CMVMC		---	---	---	---	---	---	---
2. FSEs		6 357 755	8 241 533	7 412 439	9 135 619	9 350 276	11 568 370	14 562 408
3. GASTOS COM O PESSOAL ... dos quais indemnizações		16 718 756 0	15 635 216 0	16 548 383 0	16 927 525 0	15 231 637 17 562	15 960 230 0	17 555 858 0
4. GASTOS OPERACIONAIS (1)+(2)+(3)		23 076 510	23 876 749	23 960 822	26 063 144	24 581 913	27 528 600	32 118 266
5. VOLUME DE NEGÓCIOS		41 235 709	41 578 734	41 634 634	49 406 939	50 443 513	52 021 173	49 499 811
6. PESO GASTOS OPERAC. / VOL. NEGÓC. (4) / (5) (excluídas indemnizações)	Redução	56,0%	57,4%	57,6%	52,8%	48,7%	52,9%	64,9%
7. DL 18/2016 - art.º 96, n.º3								
Comunicações	Em linha c/2014 ou 2015	88 145	102 130	113 824	127 597	136 715	173 961	209 010
Deslocações / Estadas		34 538	64 624	56 065	35 541	25 758	60 963	97 473
Ajudas de custo		7 954	18 790	14 800	9 287	20 397	16 567	32 799
Gastos com viaturas		149 178	153 152	167 921	203 064	213 732	212 852	241 852
N.º Viaturas	Menor que 2015	35	36	38	39	42	45	51

(cont.)

(valores euros)

Plano redução Gastos Operacionais	Var. 2016/2010		Var. 2016/2015		Var. 2016/2014	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1. CMVMC	---	---	---	---	---	---
2. FSEs	-8 204 653	-56,3%	-1 883 778	-22,9%	-1 054 685	-14,2%
3. GASTOS COM O PESSOAL ... dos quais indemnizações	-837 102 0	-4,8%	1 083 540 0	6,9%	170 373 0	1,0%
4. GASTOS OPERACIONAIS (1)+(2)+(3)	-9 041 756	-28,2%	-800 238	-3,4%	-884 312	-3,7%
5. VOLUME DE NEGÓCIOS	-8 264 102	-16,7%	-343 025	-0,8%	-398 925	-1,0%
6. PESO GASTOS OPERAC. / VOL. NEGÓC. (4) / (5) (excluídas indemnizações)	0	-0,1	0	0,0	0	0,0
7. DL 18/2016 - art.º 96, n.º3						
Comunicações	-120 865	-57,8%	-13 985	-13,7%	-25 679	-22,6%
Deslocações / Estadas	-62 935	-64,6%	-30 086	-46,6%	-21 527	-38,4%
Ajudas de custo	-24 845	-75,7%	-10 835	-57,7%	-6 846	-46,3%
Gastos com viaturas	-92 674	-38,3%	-3 974	-2,6%	-18 743	-11,2%
N.º Viaturas	-16	-31,4%	-1	-2,8%	-3	-7,9%

Handwritten signatures and initials, including "PP" and "Rlam".



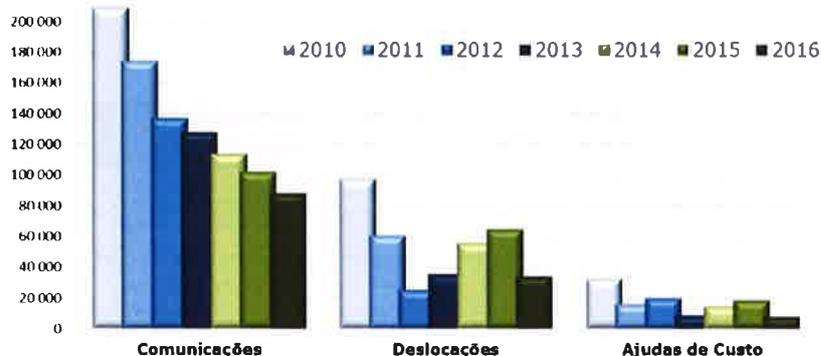
Ao contrário do que vinha sucedendo desde 2012 o rácio gastos operacionais/volume de negócios inverteu a tendência, apresentando uma redução ainda que ligeira devida essencialmente à redução dos gastos operacionais. No ponto 9 deste relatório (Análise Económico-Financeira) é abordada com maior detalhe a variação de cada uma destas rubricas.



No que respeita a gastos com comunicações, manteve-se a tendência decrescente que se observa desde 2010.

Relativamente aos gastos com deslocações e (consequentemente) ajudas de custo, inerentes às ações de promoção e divulgação relativa às diversas áreas de negócio (carga, cruzeiros e náutica de recreio), designadamente a nível internacional através da captação de novos investidores, verificou-se uma diminuição face a 2015.

Quanto à frota automóvel, remete-se para o ponto anterior.



No que respeita ao n.º de trabalhadores e gastos com pessoal, é definido na LOE 2016 (art.º 30.º) e no respetivo diploma de execução orçamental (DL 18/2016, art.º 95.º) que:

*"Durante o ano de 2016, as empresas do setor público empresarial e suas participadas devem prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando*

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, apenas podendo ocorrer aumento dos encargos com pessoal, relativamente aos valores de 2015, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, em situações excecionais, devidamente fundamentadas.

As orientações para elaboração dos IPGs 2016 definem ainda que:

"Durante o exercício de 2016, as empresas do Setor Público Empresarial (SPE) e as suas participadas devem prosseguir com a racionalização dos seus quadros de pessoal adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente.

O efetivo total manter-se-á limitado ao número verificado em 31 de dezembro de 2014, ou ao número que haja eventualmente sido superiormente autorizado no decurso do exercício de 2015."

(Unid: euros)

RECURSOS HUMANOS	Meta	2016	2015	2014	Var. 2016/2015		Var. 2016/2014	
					Abs.	%	Abs.	%
<b>1. TOTAL DE RH (n.º)</b>		<b>300</b>	<b>302</b>	<b>300</b>	<b>-2</b>	<b>-0,7%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Órgãos Sociais		10	8	8	2	25,0%	2	25,0%
Mesa de Assembleia Geral		2	2	2	0	0,0%	0	0,0%
Conselho de Administração	Em linha c/2014 ou 2015 se autoriz.	5	3	3	2	66,7%	2	66,7%
Conselho Fiscal (efetivos)		3	3	3	0	0,0%	0	0,0%
Dirigentes (a)		41	40	41	1	2,5%	0	0,0%
Restantes Trabalhadores		249	254	251	-5	-2,0%	-2	-0,8%
<b>2. TOTAL DE GASTOS (€)</b>		<b>16 718 756</b>	<b>15 635 216</b>	<b>16 548 383</b>	<b>1 083 540</b>	<b>6,9%</b>	<b>170 373</b>	<b>1,0%</b>
Órgãos Sociais (b)		334 041	357 357	333 276	-23 316	-6,5%	765	0,2%
Dirigentes		2 759 087	2 580 271	2 769 461	178 816	6,9%	-10 374	-0,4%
Restantes Trabalhadores		10 552 569	9 828 375	10 407 278	724 195	7,4%	145 291	1,4%

(a) incluídos todos os titulares de cargos de chefia exceto o CA.

(b) Considerados valores abonados aos titulares dos órgãos sociais referidos no ponto 1. A retribuição dos Revisores Oficiais de Contas é registada em Fornecimentos e Serviços - Trabalhos Especializados. A partir Março de 2016 o Conselho de Administração passou a ser comum à APL e à APSS, S.A. e as remunerações respetivas repartidas equitativamente. Foi considerada a parte suportada pela APL.

Registou-se uma diminuição no número de efetivos em 2016, comparativamente ao ano de 2015, de 297 para 295, incluindo-se aqui a nova composição do Conselho de Administração, comum à APL, S.A. e APSS, S.A., Face a 2014 o total do efetivo manteve-se estável. Relativamente aos gastos com pessoal vide ponto 9.2.

## BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Vide ponto 6.6.

*Handwritten signatures and initials:*  
 R. Lopes  
 P. P.  
 E.



## 8.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

### *Orientação*

*"Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em caso de ter sido autorizada a exceção, deverá indicar o Despacho autorizador, assim como data da entrega em receita do Estado do montante de juros auferidos em incumprimento da UTE."*

Desde o início da implementação deste normativo que a APL tem obtido autorização de exceção.

De facto, nos contactos estabelecidos com as diversas instituições bancárias, a empresa foi confrontada com sucessivas dificuldades na manutenção de linhas e no acesso a crédito, em virtude de implementação da Unidade de Tesouraria.

Outra questão relevante prende-se com os diversos meios de pagamento/recebimento automáticos instituídos e que implicam o recurso a sistemas informáticos/ficheiros com características específicas, que não estão padronizados com as exigências da banca comercial.

Acresce que a reformulação dos referidos sistemas para responder às exigências do novo enquadramento normativo envolveria alterações relevantes que, para além de morosas, e dos efeitos restritivos em termos de eficiência de resposta e esforço de adaptação dos serviços, acarretaria gastos significativos para a empresa.

Pelo ofício 577122, de 8/9/2016 foi solicitada isenção do cumprimento do princípio da UTE para os anos 2016 e 2017, ao abrigo do n.º 1 do art.º 86 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março. Até à data de elaboração deste relatório não tinha sido emitido parecer.

A 31/12/2016 as disponibilidades depositadas no IGCP eram de 3 824 861,78 euros.

## 8.16. Auditorias do Tribunal de Contas

### *Orientação*

*"Adicionalmente, deverão ser divulgadas as recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado."*

Em 2015 teve lugar uma auditoria às concessões por parte do Tribunal da Contas, cujo relatório final foi remetido à APL, S.A. em 27 de maio de 2016, transcrevendo-se de seguida as recomendações dele constantes.



Processo 07/2016-AUDIT.

Tendo em atenção as conclusões e observações de auditoria, bem como as respostas das entidades que se pronunciaram em sede de contraditório, o TdC formula as seguintes recomendações dirigidas:

Ao Governo, no quadro das respetivas atribuições e competências

1. Dada a especificidade competitiva do setor portuário e do seu papel para o desenvolvimento da economia, pondere a alteração do quadro legal em Portugal, no que concerne à duração das concessões a fim de permitir que em futuros contratos de concessões de serviço público deste setor possam ser celebrados com os prazos de referência em vigor nos ordenamentos jurídicos dos principais países concorrentes internacionais, tendo em conta a legislação nacional e europeia aplicável.
2. Desbloqueie os obstáculos legais de modo a permitir que as administrações portuárias concedentes procedam ao reforço de meios humanos necessários para permitir melhorar a eficiência dos sistemas de gestão, de acompanhamento e de fiscalização dos contratos de concessão de serviço público.

Aos Conselhos de Administração das Administrações Portuárias, na qualidade de concedentes públicos

3. Adotem uma postura pró-ativa na gestão e acompanhamento das suas concessões, no sentido de poderem implementar mecanismos eficientes de partilha de benefícios financeiros, nomeadamente em sede de revisão contratual.
4. Incluam cláusulas de partilha de benefícios com os concedentes aquando da celebração de novos contratos de concessão.
5. Implementem um controlo permanente, sistematizado, individualizado e pró-ativo do desempenho económico e financeiro das concessionárias de serviço público.
6. Em especial, que a APL, S.A., elabore os relatórios de acompanhamento dos contratos de concessão com uma periodicidade anual e circunscrita a cada concessão.
7. Adotem planos formais de gestão dos riscos para cada um dos contratos de concessão de serviço público.
8. Executem, periodicamente, uma avaliação integrada do desempenho das concessionárias, e dos riscos e dos benefícios dos contratos, no sentido de garantir o value for money e a prossecução do interesse público.



9. Realizem, com uma periodicidade regular, inquéritos de satisfação de modo a garantir que os serviços contratualizados estão a ser prestados com padrões de qualidade adequados e que permanecem alinhados com os objetivos e exigências do negócio.
10. Acionem os mecanismos contratuais de penalização das concessionárias, em caso de incumprimento das cláusulas dos contratos de concessão.
11. No âmbito de revisões/reavaliações dos contratos de concessão, ponderem a revisão de cláusulas que atribuem rendimentos excessivos às concessionárias, de modo a acautelar o interesse público.
12. Reforcem a fiscalização dos ativos que integram o estabelecimento de cada concessão e a sua adequação face aos objetivos do negócio do concedente.

Ao Presidente das Comissões de Negociação que funcionam junto da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

13. Avalie o trabalho realizado pelas Comissões de Negociação que preside, tendo em vista aferir a eficiência e eficácia destas, no âmbito dos respetivos processos

### **8.17. Informação Site do SEE**

#### *Orientação*

*"Deverá, ainda, ser preenchido o quadro infra relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2016 no site do SEE (portal da DGTF)"*

A 31/12/2016 toda a informação indicada se encontrava disponível no site do SEE. Contudo, parte dela não se encontrava atualizada devido ao atraso na aprovação das contas (o Relatório de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral no dia 14 de março de 2017).

De referir também que em maio de 2016 apenas foram nomeados, por Deliberação Social Unânime, os membros do Conselho de Administração. Até à data de encerramento deste relatório os membros dos restantes órgãos sociais para o mandato 2016-2018 não tinham ainda sido nomeados.

*Relatório  
PP E*



Informação a constar no site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N / NA	Data atualiz.	
Estatutos	S		
Caracterização da empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo / Membros dos órgãos sociais			
- Identificação dos órgãos Sociais	S		
- Estatuto remuneratório fixado	S		
- Divulgação das remunerações dos órgãos sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha síntese	S		
Informação Financeira e Histórica atual	S		
Princípios do Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
- Outras Transações	S		
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
- Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de Ética	S		

PP E



## **9. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

9.1 Rendimentos e Ganhos - 67

9.2 Gastos e Perdas - 69

9.3 Investimento - 72

9.4 Endividamento - 72

9.5 Prazos Médios de Pagamento e Recebimento - 74

Handwritten notes in blue ink at the bottom right corner, including the letters "PP" and "e", and some illegible scribbles.

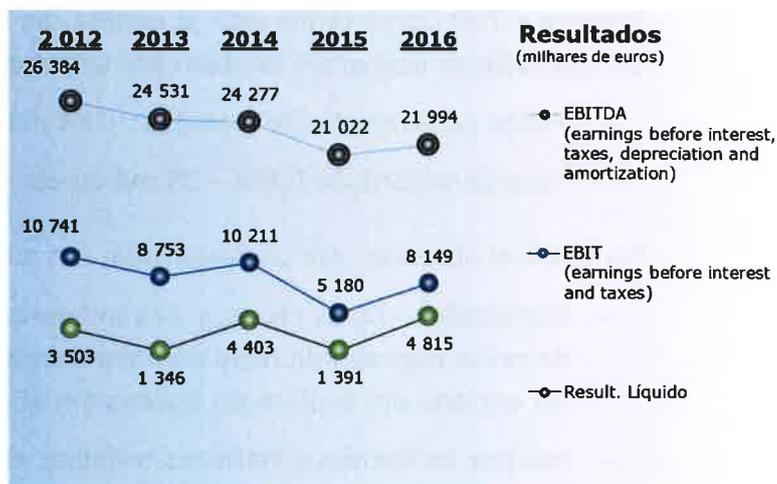


## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

APL encerrou o ano com um resultado líquido positivo de 4 815 milhares de euros, o qual constitui o mais alto dos últimos 5 anos.

Para a variação favorável face a 2015 (+ 3 424 mil euros), e independentemente de diferenças materialmente relevantes ao nível de gastos e ganhos que mais adiante se identificam, foram determinantes:

- a mais-valia obtida em 2016 com a venda do edifício sede da APL, situado na rua da Junqueira;
- a imparidade constituída, que influenciou negativamente o ano 2015, relativa ao valor a abater nos ativos fixos tangíveis devido às anomalias detetadas na empreitada "Reabilitação e Reforço do Cais entre Sta. Apolónia e Jardim do Tabaco – 2ª fase".



### 9.1. Rendimentos e Ganhos

(Unidade: Euro)

2016	2015	16/15	Rendimentos e Ganhos	2014	2013	2012	16/14	16/13	16/12
29 531 723	30 260 090	-2,4%	Vendas e Serviços Prestados	31 827 055	36 567 375	36 963 217	-7,2%	-19,2%	-20,1%
108 458	284 010	-61,8%	Trabalhos para Própria Entidade	10 487	122 530	94 604	934,2%	-11,5%	14,6%
2 964	126 579	-97,7%	Subsídios à Exploração	58 433	40 903	0	-94,9%	-92,8%	--
39 586	353 147	-88,8%	Reversões	455 082	361 082	639 939	-91,3%	-89,0%	-93,8%
497 851	590 186	-15,6%	Ganhos/Aumento Justo Valor	416 662	919 295	75 271	19,5%	-45,8%	561,4%
18 730 475	16 434 191	14,0%	Outros Rendimentos e Ganhos	20 642 116	18 217 798	19 214 598	-9,3%	2,8%	-2,5%
388	520	-25,3%	Juros e Rend. Similares Obtidos	6 541	241 371	207 620	-94,1%	-99,8%	-99,8%
<b>48 911 446</b>	<b>48 048 724</b>	<b>1,8%</b>	<b>Total</b>	<b>53 416 376</b>	<b>56 470 354</b>	<b>57 195 248</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-13,4%</b>	<b>-14,5%</b>

Com uma variação global de 863 milhares de euros relativamente ao ano anterior, destacam-se:

- **VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS** – Sofreram, no seu conjunto, uma quebra de 728 mil euros face ao período homólogo

As rubricas mais afetadas são as relacionadas com a quebra no movimento de navios (quer em número de escalas, quer em GT - vide ponto 5.1 deste relatório):

- TUP Navio: -212 mil euros

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



- Tarifa de Pilotagem: -573 mil euros
- Tarifa de Resíduos a Navios: -98 mil euros

Embora a TUP Carga tenha sido já extinta, as tarifas ainda associadas à movimentação de mercadorias acabaram também por sofrer os mesmos efeitos:

- Taxas variáveis das concessões: -164 mil euros;
- Taxa de repartição ISPS: - 38 mil euros.

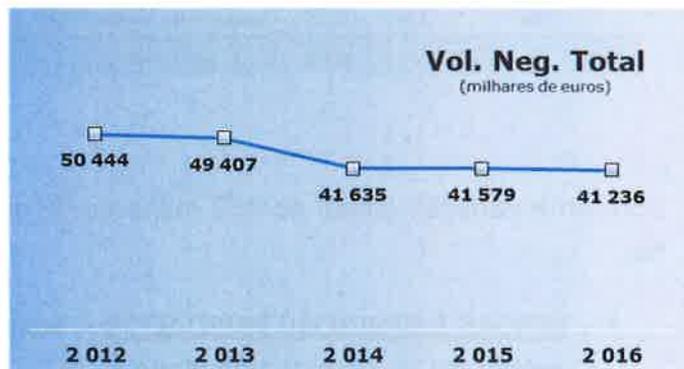
Foi possível observar, em contrapartida, um aumento nos seguintes proveitos:

- Concessões -Taxas Fixas: + 271 mil euros, que não decorrem de um real aumento de taxas mas sim do facto da nova Concessão do Terminal Multipurpose de Lisboa ter entrado em exploração apenas em abril de 2015 (9 meses);
- Náutica de Recreio e Marítimo-turística, com aumentos de, respetivamente, 81 mil euros e 47 mil euros, induzidos pelo incremento destes segmentos de atividade, conforme referido no ponto 5.4 deste relatório

- OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS – Variação de + 2 296 mil euros, para a qual contribuíram de forma mais significativa os seguintes proveitos:
  - Aumento de mais-valias: + 1 952 mil euros, principalmente pela venda do edifício sede da APL;
  - Aumento de taxa de usos de edificações (+ 790 mil euros) pela cessação de bonificações de taxas dominiais anteriormente atribuídas a alguns clientes.

### Volume de Negócios

Condicionado pelas questões atrás identificadas, o Volume de Negócios da empresa que assenta basicamente nas contas de Vendas e Serviços Prestados e em parte das contas de Outros Rendimentos e Ganhos, registou uma quebra de 343 mil euros em comparação com o ano 2015, apresentando a seguinte evolução:



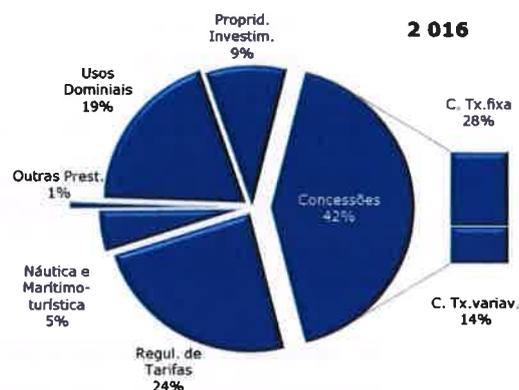
*Handwritten signatures and initials:*  
 R. Lopes  
 PP E



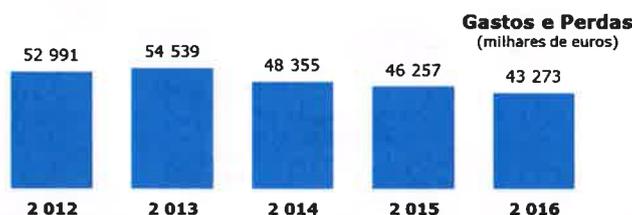
(Unidade: Euro)

2016	2015	16/15	Volume de Negócios	2014	2013	2012	16/14	16/13	16/12
9 934 675	10 863 782	-8,6%	Regulamento de Tarifas	12 020 856	16 840 355	17 620 879	-17,4%	-41,0%	-43,6%
17 367 662	17 260 669	0,6%	Concessões	17 680 780	17 580 370	16 735 940	-1,8%	-1,2%	3,8%
1 669 636	1 588 711	5,1%	Exploração da Náutica de Recreio	1 584 430	1 681 670	1 923 026	5,4%	-0,7%	-13,2%
270 294	222 828	21,3%	Exploração Ativ. Marítimo-Turística	182 787	109 001	94 817	47,9%	148,0%	185,1%
289 457	324 099	-10,7%	Outras Prestações de Serviços	358 202	355 979	588 556	-19,2%	-18,7%	-50,8%
<b>29 531 723</b>	<b>30 260 090</b>	<b>-2,4%</b>	<b>Serviços Prestados</b>	<b>31 827 055</b>	<b>36 567 375</b>	<b>36 963 217</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-19,2%</b>	<b>-20,1%</b>
7 928 746	7 406 804	7,0%	Usos Dominiais	7 009 431	8 279 169	8 999 261	13,1%	-4,2%	-11,9%
3 808 950	3 925 774	-3,0%	Rendas/Rendimentos Prop. Investimento	4 488 985	4 560 395	4 481 035	-15,1%	-16,5%	-15,0%
<b>11 737 697</b>	<b>11 332 579</b>	<b>3,6%</b>	<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>11 498 416</b>	<b>12 839 564</b>	<b>13 480 296</b>	<b>2,1%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-12,9%</b>
<b>41 269 420</b>	<b>41 592 668</b>	<b>-0,8%</b>	<b>Volume Neg. Atividade Corrente</b>	<b>43 325 471</b>	<b>49 406 939</b>	<b>50 443 513</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-16,5%</b>	<b>-18,2%</b>
-33 711	-13 934		Redução temporária das taxas dominiais e consequente redução dos prazos de concessão	-1690837,06	0	0			
<b>41 235 709</b>	<b>41 578 734</b>	<b>-0,8%</b>	<b>Volume Negócios - TOTAL</b>	<b>41 634 634</b>	<b>49 406 939</b>	<b>50 443 513</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-16,5%</b>	<b>-18,2%</b>

A composição do volume de negócios por segmentos apresentou no entanto, em 2016, uma distribuição bastante semelhante ao ano anterior em termos proporcionais:



## 9.2. Gastos e Perdas



O conjunto de gastos e perdas voltou a registar um decréscimo (- 2 984 mil euros) face ao ano transato. Verifica-se no entanto que nem todas as rubricas evoluíram no mesmo sentido. Em particular temos:

a) Como decréscimos mais relevantes em termos absolutos:

- **FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS** – Variação de - 1 884 mil euros, para a qual contribuíram de forma mais significativa:

Dragagens de manutenção (- 1 318 mil euros) devido a atrasos na campanha decorrentes de impedimentos relacionados com o processo de contratação (só em Agosto se deu início à faturação), mas também à realização em 2015 de uma

*Handwritten signatures and initials:*  
 P. Romo



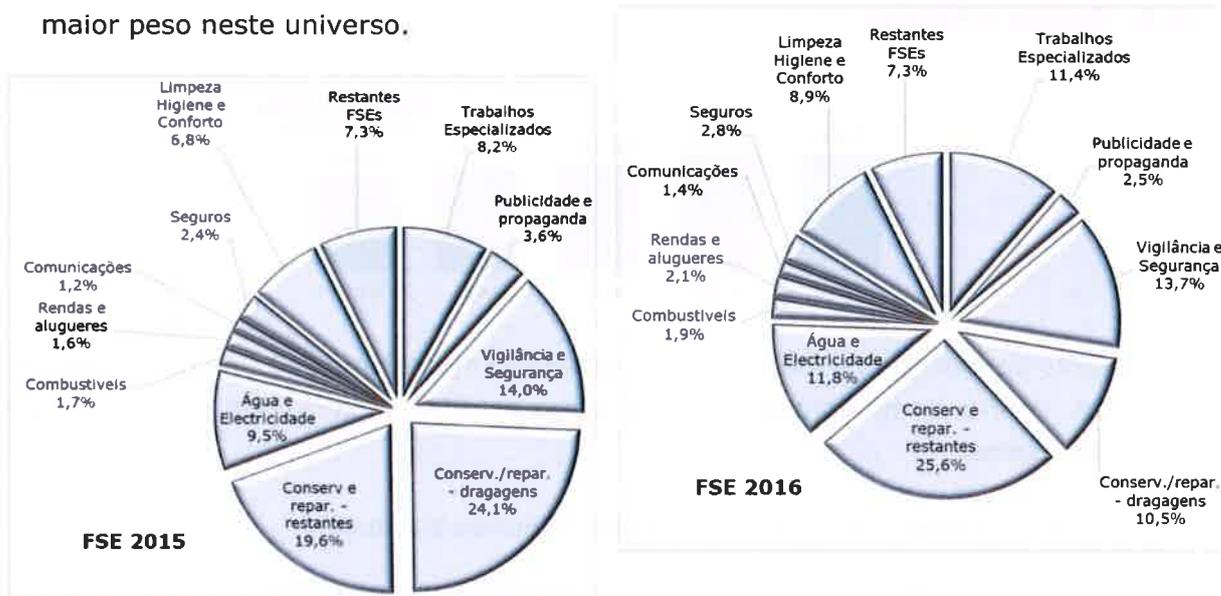
dragagem extraordinária na Doca de Pedrouços relacionada com a VOR-Volvo Ocean Race (no montante de 457 mil euros);

- Os gastos extraordinários em 2015 nas rubricas de vigilância e segurança, publicidade, conservação e reparação, entre outros, também relacionados com o evento VOR.

(Unidade: Euro)

2016	2015	16/15	Fornecimentos e Serviços Externos	2014	2013	2012	16/14	16/13	16/12
725 546	672 407	7,9%	Trabalhos Especializados	640 016	895 608	416 093	13,4%	-19,0%	74,4%
159 402	295 320	-46,0%	Publicidade e Propaganda	269 124	162 639	196 748	-40,8%	-2,0%	-19,0%
874 170	1 150 810	-24,0%	Vigilância e Segurança	1 036 554	1 240 517	1 211 889	-15,7%	-29,5%	-27,9%
668 901	1 986 465	-66,3%	Conserv.Repar. - Dragagens	1 217 958	1 247 636	1 438 163	-45,1%	-46,4%	-53,5%
1 626 454	1 616 200	0,6%	Restante Conserv.Repar.	1 403 623	1 504 466	1 486 515	15,9%	8,1%	9,4%
121 595	137 340	-11,5%	Combustíveis	141 848	181 742	179 440	-14,3%	-33,1%	-32,2%
749 285	783 451	-4,4%	Água e electricidade	824 045	888 581	1 530 742	-9,1%	-15,7%	-51,1%
134 905	132 079	2,1%	Rendas e alugueres	203 647	283 644	360 867	-33,8%	-52,4%	-62,6%
88 145	102 130	-13,7%	Comunicações	113 824	127 597	136 715	-22,6%	-30,9%	-35,5%
177 993	197 740	-10,0%	Seguros	198 026	246 326	215 821	-10,1%	-27,7%	-17,5%
566 840	563 220	0,6%	Limpeza, Higiene e Conforto	787 957	1 089 876	1 234 197	-28,1%	-48,0%	-54,1%
464 518	604 372	-23,1%	Outros FSE	575 817	1 266 987	943 086	-19,3%	-63,3%	-50,7%
<b>6 357 755</b>	<b>8 241 533</b>	<b>-22,9%</b>	<b>Total</b>	<b>7 412 439</b>	<b>9 135 619</b>	<b>9 350 276</b>	<b>-14,2%</b>	<b>-30,4%</b>	<b>-32,0%</b>

A análise da composição dos FSEs evidencia a alteração extraordinária da representatividade dos gastos com dragagens, que constituem habitualmente os de maior peso neste universo.



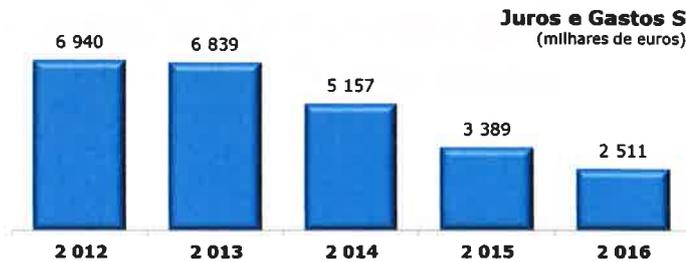
- PERDAS POR IMPARIDADE** - variação de - 2 033 mil euros devida em grande parte à constituição em 2015 de uma imparidade relativa às anomalias detetadas na

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



empreitada de “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 1ª Fase” com vista ao posterior registo de abate das colunas “jet-gouting”.

- **JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS** – variação de - 878 mil euros, que decorre naturalmente da redução do passivo remunerado e da descida das taxas de juro.



b) Como aumentos absolutos mais significativos:

- **GASTOS COM PESSOAL** – Variação de + 1 084 mil euros, para a qual contribuíram de forma mais significativa as remunerações e respetivos encargos, que acompanharam o sentido da evolução do efetivo médio ao serviço.

De referir que contrariamente aos últimos 5 anos (2011-2015), em 2016, com efeitos a 01 de julho, assistiu-se ao desbloqueio das valorizações remuneratórias e consequentes acessos na carreira, cujos efeitos remuneratórios se efetivaram apenas no segundo semestre do ano. Neste âmbito subiram ao patamar imediatamente superior da carreira cerca de 60% do efetivo em funções.

(Unidade: Euro)

2016	2015	16/15	Gastos com o Pessoal	2014	2013	2012	16/14	16/13	16/12
264 902	291 347	-9,1%	Remuneração dos Órgãos Sociais	268 265	236 923	224 385	-1,3%	11,8%	18,1%
12 787 818	11 835 104	8,0%	Remuneração do Pessoal	12 323 317	12 769 545	11 557 990	3,8%	0,1%	10,6%
2 989 875	2 801 081	6,7%	Encargos sobre Remunerações	2 967 017	2 875 113	2 211 872	0,8%	4,0%	35,2%
478 828	477 296	0,3%	Seguros e Ação Social	572 975	581 438	673 512	-16,4%	-17,6%	-28,9%
197 333	230 388	-14,3%	Outros Gastos com o Pessoal	416 809	464 506	563 879	-52,7%	-57,5%	-65,0%
<b>16 718 756</b>	<b>15 635 216</b>	<b>6,9%</b>	<b>Total</b>	<b>16 548 383</b>	<b>16 927 525</b>	<b>15 231 637</b>	<b>1,0%</b>	<b>-1,2%</b>	<b>9,8%</b>



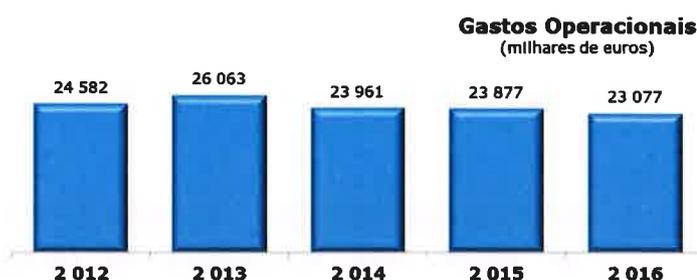
*Handwritten signatures and initials.*



- **PROVISÕES** – Variação de + 1 132 mil euros, essencialmente pela constituição de uma provisão para um processo judicial em curso (cerca de 1 040 mil euros).
- **OUTROS GASTOS E PERDAS** – Variação de + 105 mil euros, devida na sua maioria aos abates efetuados (demolição de edificações no Jardim do Tabaco para construção da Nova Gare marítima e na sequência do contrato de concessão de serviço público assinado com a LCT – Lisbon Cruise Terminals).

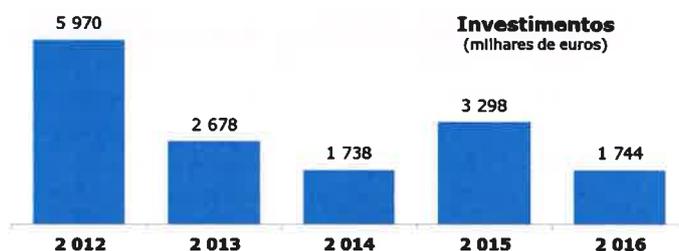
### Gastos Operacionais

Considerando os gastos operacionais no seu conjunto, enquanto indicador relevante em termos de cumprimento de orientações legais de redução de custos, verificou-se um decréscimo total de 800 mil euros (-3,4%), em resultado do aumento de gastos com pessoal e diminuição de fornecimentos e serviços externos.



### 9.3. Investimento

No ano 2016 o volume total de investimento ficou aquém do realizado no ano anterior uma vez que em 2015 decorriam ainda empreitadas no Cais do Trigo e no Barreiro que implicaram montantes elevados.



Pelos valores envolvidos destacam-se em 2016 o Projeto Via Lisboa (cerca de 34% do total) e a conclusão da Reabilitação da Gare Marítima de Alcântara para instalação do Conselho de Administração (14%).

A pilotagem e segurança da navegação (16%) e ainda de projetos relativos aos sistemas de informação e atualização de sistemas e equipamentos nesta área (19%) continuam a ser vertentes relevantes para o investimento da empresa. De referir que a Fatura Eletrónica e a Fatura Única Portuária resultam de orientações governamentais extensivas a todos os portos nacionais.

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 PP  
 RDM



ÁREA de ATIVIDADE	Montante (euros)
<b>PROJETOS / intervenções</b>	
<b>Autoridade Portuária</b>	
<b>Reabilitação Gares Marítimas</b>	
Gare Alcântara - Instalação do CA - obra e mobiliário	236 734
<b>Pilotagem e Segurança da navegação</b>	
Lanchas - Equipamentos e reparações	96 466
Balizagem e monitorização	83 035
Pontões - Equipamentos e reparações	89 756
VTS - gerador site Cacilhas	7 685
<b>Segurança Portuária</b>	
Equipamentos CCTV	1 038
Projeto MOVE	4 950
<b>Hidrografia e topografia</b>	
SIG - NOVO GEOPORTAL DA APL	10 073
<b>TIC - Atualização de Sistemas e Equipamentos</b>	
Atualização de Sistemas e equipamentos	140 347
<b>TIC - Projetos</b>	
Projeto E-Impact *	173 341
Fatura Eletrónica	1 154
Fatura Única Portuária	23 040
<b>Outros Investimentos</b>	933
<b>Carga</b>	
<b>Via Lisboa - Reordenamento Plataforma Multimodal do Porto de Lisboa *</b>	598 804
<b>Cruzeiros</b>	
<b>Reabilitação do Cais de Cruzeiros</b>	
Obra	1 862
<b>Novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa</b>	
Assistência Técnica ao Projeto	63 750
<b>Náutica de Recreio</b>	
<b>Docas - Melhoria de Infraestruturas e Equipamentos</b>	
Doca St.º Amaro	5 200
Parque reparações de Belém	2 050
<b>Doca de Pedrouços - VOR</b>	
Doca de Pedrouços - Intervenção na envolvente e armazém	107 457
<b>Reorganiz. Interna e remodelação de instalações</b>	
Edifício Infante D. Henrique	95 566
<b>Sub-Total</b>	<b>1 743 240</b>
Fundo Compensação Trabalho (1)	1 162
<b>Total</b>	<b>1 744 402</b>

\* Inclui trabalhos para a própria entidade

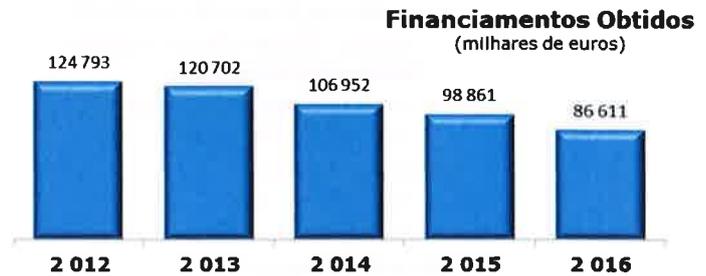
(1) O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.



#### 9.4. Endividamento

Com uma redução de 12 249 milhares de euros (-12,4%) a APL mantém o enfoque no controlo do passivo remunerado, uma das questões mais relevantes para o equilíbrio financeiro da empresa

O aumento das disponibilidades obtidas pela venda de ativos tem vindo a ser canalizada para amortização do passivo remunerado. A receita proveniente da alienação do edifício-sede da APL, lançada em 2016, contribuiu também para fazer face aos compromissos do serviço da dívida calendarizados para o ano.



#### 9.5. Prazos Médios de Pagamento e Recebimento

Relativamente ao prazo de pagamentos verificou-se um aumento de 5 dias face ao registado no final de 2015.

Já o prazo médio de recebimentos teve uma evolução inversa (- 4 dias).

2016	2015	Clientes e Fornecedores	2014	2013	2012
		<b>Prazo Médio de Pagamentos</b>			
53	48	(nos termos da RCM 34/2008, de 22 fev., com alteração Despacho 9870/2009, de 13 abril)	56	52	145
		<b>Prazo Médio de Recebimentos</b>			
49	53	(Saldo clientes/Vol negócios) *365	53	65	77

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## **10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS**

- 10.1. Demonstrações financeiras - 76
  - Balanço - 77
  - Demonstração de Resultados por Naturezas - 78
  - Demonstração de Fluxos de Caixa - 79
  - Demonstração de Alterações do Capital Próprio - 80
- 10.2. Notas às Demonstrações Financeiras - 81

*Handwritten signature and initials:*  
4  
Rome  
PP e





## Balança nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016

(Unidade: Euro)

Rubricas	Notas	2 016	2 015
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	4	259 657 074	268 428 477
Propriedades de Investimento	5	57 760 148	59 920 655
Ativos Intangíveis	6	27 768 093	21 619 221
Outros ativos financeiros	12	1 596	435
Clientes	7	950	4 044
Outras Contas a Receber	9		1 565 919
Diferimentos	10	142 298	175 734
<b>Total do Ativo não Corrente</b>		<b>345 330 158</b>	<b>351 714 484</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Clientes	7	6 002 235	6 452 274
Adiantam. <sup>tos</sup> a Fornecedores e Depósitos Caução		1 651	1 651
Estado e Outros Entes Públicos	8	247 247	937 772
Outras Conta a Receber	9	6 104 644	4 857 260
Diferimentos	10	373 738	391 016
Ativos não Correntes detidos para Venda	11		2 815 021
Caixa e Depósitos Bancários	12	16 118 074	15 367 671
<b>Total do Ativo Corrente</b>		<b>28 847 589</b>	<b>30 822 665</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>374 177 748</b>	<b>382 537 149</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Realizado	13	60 000 000	60 000 000
Reservas Legais	13	3 926 328	3 787 184
Outras reservas	13	71 077 304	71 077 304
Reservas não Distribuíveis	13	7 851 761	6 856 530
Resultados Transitados	13	17 274 285	17 017 221
Outras variações do capital Próprio	13	48 213 293	49 979 121
Resultado Líquido do Período	13	4 815 421	1 391 439
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>213 158 390</b>	<b>210 108 798</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Provisões	14	2 435 867	1 643 435
Financiamentos obtidos	15	64 967 103	80 089 808
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	16	9 688 683	10 013 779
Passivos por Impostos Diferidos	17	2 568 785	2 279 543
Passivos Financeiros detidos para Negociação	20	788 944	1 286 795
Diferimentos	10	32 218 449	28 880 766
Outras Contas a Pagar	18	11 126 828	11 695 038
<b>Total do Passivo não Corrente</b>		<b>123 794 659</b>	<b>135 889 164</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	19	900 411	1 427 267
Adiantamentos de Clientes	7	486 553	404 193
Estado e Outros Entes Públicos	8	1 515 658	1 225 498
Financiamentos Obtidos	15	21 644 277	18 770 813
Outras Contas a Pagar	18	4 653 079	6 771 768
Diferimentos	10	8 024 721	7 939 650
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>37 224 699</b>	<b>36 539 188</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>161 019 357</b>	<b>172 428 352</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>374 177 748</b>	<b>382 537 149</b>

Diretora  
Finanças e  
Suporte

Conselho de Administração

Ana Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal


**Demonstração de Resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016**

(Unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e Serviços Prestados	21	29 531 723	30 260 090
Subsídios à Exploração		2 964	126 579
Trabalhos para a Própria Entidade		108 458	284 010
Fornecimentos e Serviços Externos	22	-6 357 755	-8 241 533
Gastos com o Pessoal	23	-16 718 756	-15 635 216
Imparidades de Dividas a Receber	24	-376 685	-797 586
Provisões (Aumentos/Reduções)	14	-1 168 922	151 706
Aumentos/Reduções do Justo Valor	20,28	497 851	590 186
Outros Rendimentos e Ganhos	25	18 730 475	16 434 191
Outros Gastos e Perdas	26	-2 255 741	-2 150 732
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>21 993 611</b>	<b>21 021 695</b>
Gastos/Reversões de Depreciações e Amortizações	4,5,6	-13 844 525	-14 354 027
Imparidade de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis (Perda/Reversão)	4,5		-1 487 202
<b>Resultados Operacionais</b> (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		<b>8 149 087</b>	<b>5 180 466</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	27	388	520
Juros e Gastos Similares Suportados	28	-2 511 198	-3 389 356
<b>Resultado antes de Imposto</b>		<b>5 638 277</b>	<b>1 791 631</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	29	-822 856	-400 192
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>4 815 421</b>	<b>1 391 439</b>
Resultado por Ação		0,40	0,12

Diretora  
Finanças e  
Suporte

Conselho de Administração

Ana Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal


**Demonstração de Fluxos de Caixa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016**

(Unidade: Euro)

	2016	2015
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Clientes	39 299 134	46 940 326
Pagamentos a Fornecedores	-8 343 634	-7 378 158
Pagamentos ao Pessoal	-17 334 443	-16 608 395
<b>Caixa Gerada pelas Operações</b>	<b>13 621 057</b>	<b>22 953 773</b>
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento	227 831	-384 572
Outros Recebimentos/Pagamentos	-1 471 569	-3 469 515
<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)</b>	<b>12 377 319</b>	<b>19 099 687</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	-1 565 142	-3 320 993
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	4 289 058	500 317
Subsídios ao Investimento	383 672	362 036
Juros e recebimentos Similares	409	503
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)</b>	<b>3 107 997</b>	<b>-2 458 137</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos		10 000 000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	-12 268 495	-18 114 830
Juros e Gastos Similares	-2 466 418	-3 647 717
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)</b>	<b>-14 734 913</b>	<b>-11 762 547</b>
<b>Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)</b>	<b>750 403</b>	<b>4 879 003</b>
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	15 367 671	10 488 668
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	16 118 074	15 367 671
Variação de Disponibilidades	750 403	4 879 003

Diretora  
Finanças e  
Suporte

Conselho de Administração

Ana Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal



## Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos Períodos Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015

(Unidade: Euro)

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Reservas não Distribuíveis	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	60 000 000	3 346 852	71 077 304	5 710 535	14 200 229	50 022 753	4 403 318	208 760 991
<b>Alterações no Período</b>								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						-43 632		-43 632
Aplicação do Result. Líquido do Período Findo em 31/12/2014		440 332		1 145 994	2 816 992		-4 403 318	
<b>Movimentos do Período</b>		440 332		1 145 994	2 816 992	-43 632	-4 403 318	-43 632
Resultado Líquido do Período Findo em 31/12/2015							1 391 439	1 391 439
<b>Resultado Integral</b>	60 000 000	3 787 184	71 077 304	6 856 530	17 017 221	49 979 121	1 391 439	210 108 798
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>								
Realização de Capital								
Distribuições								
Outra Operações								
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	60 000 000	3 787 184	71 077 304	6 856 530	17 017 221	49 979 121	1 391 439	210 108 798
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2016</b>	60 000 000	3 787 184	71 077 304	6 856 530	17 017 221	49 979 121	1 391 439	210 108 798
<b>Alterações no Período</b>								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						-1 765 829		-1 765 829
Aplicação do Result. Líquido do Período Findo em 31/12/2015		139 144		995 231	257 064		-1 391 439	
<b>Movimentos do Período</b>		139 144		995 231	257 064	-1 765 829	-1 391 439	-1 765 829
Resultado Líquido do Período Findo em 31/12/2016							4 815 421	4 815 421
<b>Resultado Integral</b>	60 000 000	3 926 328	71 077 304	7 851 761	17 274 285	48 213 293	4 815 421	213 158 390
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>								
Realização de Capital								
Distribuições								
Outra Operações								
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	60 000 000	3 926 328	71 077 304	7 851 761	17 274 285	48 213 293	4 815 421	213 158 390

Diretora  
Finanças e  
Suporte

Conselho de Administração

Ana Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal



## 10.2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Nota 1 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras - 84
- Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas - 84
- Nota 3 – Fluxos de Caixa - 92
- Nota 4 – Ativos Fixos Tangíveis - 94
- Nota 5 – Propriedades de Investimento - 95
- Nota 6 – Ativos Intangíveis - 98
- Nota 7 – Clientes - 100
- Nota 8 – Estado e Outros Entes Públicos - 100
- Nota 9 – Outras Contas a Receber - 101
- Nota 10 – Diferimentos - 102
- Nota 11 – Ativos não Correntes Detidos para Venda - 103
- Nota 12 – Caixa e Depósitos Bancários - 103
- Nota 13 – Capital Próprio e Resultados Transitados - 104
- Nota 14 – Provisões - 105
- Nota 15 – Financiamentos Obtidos - 107
- Nota 16 – Benefícios Pós-Emprego - 107
- Nota 17 – Passivos por Impostos Diferidos - 109
- Nota 18 – Outros Passivos - 109
- Nota 19 – Fornecedores - 110
- Nota 20 – Outros Passivos Financeiros - 110
- Nota 21 – Rédito - 111
- Nota 22 – Fornecimentos e Serviços Externos - 111
- Nota 23 – Gastos com o Pessoal - 112
- Nota 24 – Imparidades de Dívidas a Receber - 112
- Nota 25 – Outros Rendimentos e Ganhos - 113
- Nota 26 – Outros Gastos e Perdas - 113
- Nota 27 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos - 114
- Nota 28 – Juros e Gastos Similares Suportados - 114
- Nota 29 – Impostos Sobre o Rendimento - 114
- Nota 30 – Partes Relacionadas - 116
- Nota 31 – Locações - 116
- Nota 32 – Garantias - 116
- Nota 33 – Subsídios do Governo e Apoios do Governo - 117
- Nota 34 – Matérias Ambientais - 118
- Nota 35 – Outras informações - 118
- Nota 36 – Eventos Subsequentes - 126
- Nota 37 – Instalações Portuárias de Serviço Público - 127

Udy  
R. Romeu



## Identificação da Entidade e Enquadramento

Denominação Social: APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

Natureza Jurídica: Sociedade Anónima de Capitais Exclusivamente Públicos

Sede: Gare Marítima de Alcântara 1350-355 Lisboa

Número de Pessoa Coletiva: Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – 1ª Secção – sob o n.º 501202021 (anterior matrícula n.º 7913/1998-11-26).

A APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. foi inicialmente constituída sob a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo Decreto-Lei nº336/98, de 3 de novembro, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APL, S.A. passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da empresa.

A APL, S.A. sucedeu assim automática e globalmente à Administração do Porto de Lisboa. Manteve a personalidade jurídica, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à APL, S.A. os terrenos, terraplenos e molhes de proteção situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafetados do domínio público do Estado e integrados no património da APL, S.A., S.A., todos os equipamentos e edifícios (ainda que implantados sobre terrenos dominiais) afetos à Administração do Porto de Lisboa.

A empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Lisboa do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passaram também a constituir património da APL, S.A., a imóvel do INPP afeto ao Departamento de Pilotagem de Lisboa.

A área de jurisdição do Porto de Lisboa, definida no Decreto-Lei 336/98 de 3 de Novembro, abrange, na vertente terrestre 11 concelhos: Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, estendendo-se por 110 km ribeirinhos. Na sua vertente fluvio-marítima abarca uma superfície de 32500 ha, tendo como limites, a jusante, o alinhamento das Torres de São Julião e Bugio e a montante, Vila Franca de Xira.



A APL, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Lisboa nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

Assim, são competências da empresa:

- A atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução modificação e extinção da licença ou concessão;
- O licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- A expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, no termos legais;
- A fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- A proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- O uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização;
- A assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a APL, S.A. pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APL, S.A., incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

A APL, S.A. terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela proteção do ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da Política Comum de Transportes e da Política Nacional para o Sector Marítimo-Portuário, a empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do acionamento dos processos de concessão ao sector privado das operações e infraestruturas portuárias, com o conseqüente afastamento da área operacional (cada vez mais *Landlord Port* e menos *Tool Port*) e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos contratuais das atuais concessões portuárias variam entre 6 e 30 anos.

A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 14 963 937 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 60 000 000 euros (ver Nota 13). Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.



### Nota 1 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período de 2016 foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF").

### Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das referidas demonstrações.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### - Ativos Fixos Tangíveis (Nota 4)

Os ativos fixos tangíveis, integrados à data de constituição da empresa, (ver "Identificação da Entidade e Enquadramento") foram subsequentemente registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do "Valor em Uso Continuado".

Os bens adquiridos posteriormente à data de constituição da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e respetivas despesas de compra, bem como quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração das respetivas instalações que a empresa espera incorrer. A metodologia adotada para cálculo foi o "custo considerado" à data de transição.

Os ativos tangíveis em curso representam os que se encontram em fase de construção, sendo a respetiva depreciação iniciada a partir do momento em que se encontram na condição de uso pretendida pela gestão.

As reparações que se estimam aumentar a vida útil dos bens que lhe estão subjacentes são registadas em ativos fixos tangíveis, sendo as restantes registadas como gastos do período em que são efetuadas.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido como outros rendimentos e ganhos no período em que ocorre a alienação, quando seja apurada uma mais-valia ou como gastos e perdas, quando seja apurada uma menos-valia.

#### - Depreciações

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da data em que o bem se encontra em condição de uso. As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens e que refletem o padrão de consumo dos benefícios económicos dos bens.



A APL, S.A. não tem registado nas suas contas de ativos fixos tangíveis os bens de domínio público por não constituírem bens controlados pela empresa. (ver “Identificação da Entidade e Enquadramento”).

O método de amortização utilizado para os ativos tangíveis é o das quotas constantes, sendo as principais taxas de depreciação consideradas as seguintes:

- Edifícios e Outras Construções (Infraestruturas Marítimas) - 2% e 1%
- Equipamento básico - 10% e 5%
- Equipamento de transporte - 25% e 20%
- Equipamento administrativo - 33,33% e 10%
- Outros ativos fixos tangíveis - 20% e 10%

#### – Bens de Áreas Concessionadas (Nota 2)

As alienações de ativos fixos tangíveis - equipamento básico, realizadas no ano 2000 e 2014 aos concessionários foram as seguintes:

Concessionário	IVA	Valor (€)
Sotagus, S.A.	s/ iva	11 472 352
Terminal Multiusos do Beato	Isento	1 047 476
ETE - Empresa de Trafego e Estiva, S.A.	Isento	62 350
LCT - Lisbon Cruise Terminals, Lda	c/ iva	317 100

Na alienação de ativos fixos ao concessionário LCT - Lisbon Cruise Terminals, L.da, a APL,S.A. auferiu no ano de 2014 de mais-valias no montante de 215 803 €, reconhecidas ao longo do prazo da concessão, que finaliza no ano 2049.

No que se refere às infraestruturas as mesmas mantêm-se incluídas no património da APL, S.A. e encontram-se relevadas nos seus ativos fixos tangíveis (vide nota 4).

Como contrapartida da cedência dessas infraestruturas, a APL, S.A. recebe uma renda durante o período da concessão. Essas rendas encontram-se registadas na rubrica de prestações de serviços (vide nota 21).

A APL, S.A. procedeu ao registo contabilístico no seu ativo fixo tangível e intangível dos bens a reverter gratuitamente das concessões portuárias de serviço público, que à data do final do prazo da concessão apresentavam valor efetivo, mediante a atribuição da vida útil económica estimada pela APL, S.A.. (vide nota 6 e nota 37).

#### • Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento, e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, foi incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que foram

Uly  
PP E  
R.P.m



incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideraram-se como infraestruturas portuárias os cais e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível foi reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível foi reconhecido em subconta apropriada da 4326 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo será amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos foram reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível/tangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

#### . Mensuração

A mensuração inicial foi realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário foi obtido com base em informação contabilística a fornecida pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

#### . Venda de ativos ao concessionário

A mais-valia obtida no início do contrato e apurada na venda de ativos a concessionários é diferida pelo período de vigência do contrato de concessão.

#### . Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ulay', 'RDM', 'WSP', and 'PPE'.*



do ativo é realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 4326 – Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

Procedeu-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação a ocorrer no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

– Caixa e equivalentes a caixa (Nota 3)

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor e com prazo inferior a 90 dias.

– Propriedades de Investimento (Nota 5)

As propriedades de investimento compreendem bens detidos pela empresa pelos quais se obtêm rendimentos. As propriedades são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, sendo mensuradas subsequentemente pelo modelo do custo. Os ativos incluídos nesta rubrica estão mensurados ao custo de aquisição, apurado à data da transição.

O método de depreciação utilizado para as propriedades de investimento é o das quotas constantes, sendo a vida útil considerada de 50 anos.

Os rendimentos relacionados com propriedades de investimento em utilização são registados na rubrica outros rendimentos e ganhos e reconhecidos no período a que se referem (vide nota 25).

– Ativos Intangíveis (Nota 6)

São constituídos essencialmente por projetos e programas de informática e encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis em curso representam os que se encontram em fase de implementação, sendo a respetiva depreciação iniciada a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso.

O método de amortização utilizado para os ativos intangíveis é o das quotas constantes, sendo as vidas úteis consideradas as seguintes:

- Programas de Computador - 33,33%
- Outros Ativos Intangíveis - 10% e 3,33%

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



– Contas a Receber de Clientes e Outras Contas a Receber (Notas 7 e 9)

As contas a receber de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas das respetivas perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia registada e o seu valor recuperável, determinado com base numa avaliação económico-financeira (vide nota 24). O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

– Ativos Não Correntes Detidos para Venda (Nota 11)

Os ativos são classificados desta forma quando a sua quantia escriturada for recuperada através da venda e não pelo seu uso continuado. Considera-se que esta condição apenas se verifica quando a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. Essa venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como detido para venda.

Estes ativos encontram-se mensurados pelo valor contabilístico à data da transição.

No início de 2016 a APL procedeu à alienação do único ativo desta natureza que ainda detinha, pelo que a 31/12/2016 não existiam quais bens registados.

– Provisões (Nota 14)

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. Pondera-se que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste na melhor estimativa dos recursos necessários para regularizar a obrigação.

As provisões são revistas na data do relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A empresa possui provisões para processos judiciais em curso destinadas a fazer face a encargos esperados decorrentes dos referidos processos.

A provisão constituída tem como base a informação prestada pelo gabinete jurídico e os pedidos de indemnização existentes, devidamente ponderados pelo expectável desfecho da decisão judicial.

– Financiamentos Obtidos (Nota 15)

Os financiamentos obtidos são reconhecidos no passivo corrente (curto prazo) e não corrente (médio/longo prazo) pelo valor da obrigação, tendo por base o custo amortizado (método do juro efetivo).

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including 'CPX', 'PP E', and 'RSM'.



Os juros decorrentes destes empréstimos são reconhecidos como juros e gastos similares suportados na demonstração dos resultados.

– Benefícios Pós-Emprego (Nota 16)

A empresa adota como política contabilística para reconhecimento das responsabilidades acima referidas, o critério previsto na NCRF 28 – contabilização dos juros e dos serviços correntes em gastos do período e dos ganhos e perdas atuariais em capitais próprios.

Para a cobertura destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudos atuariais desenvolvidos anualmente por entidade independente, foram constituídas provisões, as quais se encontram registadas na rubrica de benefícios pós-emprego - pensões e assistência médica e medicamentosa.

o Pensões

· Nos termos do artigo nº 2 do Dec. Lei nº 336/98, de 3 de novembro, a APL, S.A. ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras administrações portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do ex-INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o Departamento de Pilotagem do Porto de Lisboa.

· A empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados, no âmbito do Dec. Lei nº 42 880 de 21 de março de 1960, Dec. Lei nº 605/73 de 13 de novembro e Dec. Lei nº 404/82 de 24 de setembro, respetivamente.

o Ação Social

· Assistência Médica e Medicamentosa e Assistência Hospitalar

A empresa tem instituídos determinados benefícios de ação social pós-emprego para os colaboradores afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares.

No ano 2009 o Regulamento das Obras Sociais e Culturais sofreu uma alteração significativa com a integração na ADSE dos beneficiários (ativos, aposentados e outros titulares, admitidos até 1 de Janeiro de 1998) que à data de 31 de dezembro de 2009 ainda se encontravam inscritos nas OSC.

A comparticipação da empresa passou a corresponder a 50% do montante suportado pelo beneficiário relativamente às despesas médicas previamente comparticipadas pela ADSE, até ao limite fixado por esta entidade.

– Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 20)

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em cotações de mercado. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

*Handwritten signatures and initials:*  
APL  
E



Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

#### – Rédito (Nota 21)

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, bem como das taxas dominiais e das rendas de propriedades de investimento, cobradas aos utilizadores de espaços na área de jurisdição da APL, S.A..

Esses valores são registados líquidos de impostos e de eventuais descontos.

#### – Impostos Sobre o Rendimento (Nota 29)

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, a empresa adota o disposto na NCRF 25.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Estes impostos são registados em resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos ganhos e perdas, apenas dedutíveis ou tributáveis noutros períodos.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São geralmente reconhecidos ativos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formal ou substancialmente emitidas na data do relato.

#### – Locações (Nota 31)

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração estão contabilizados pelo método da locação operacional, sendo as rendas pagas reconhecidas como gasto do período a que respeitam.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'Rome', and 'Udy'.*



– Subsídios do Governo (Nota 33)

Em conformidade com a NCRF 22, os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, são contabilizados quando existe confirmação do valor a receber, sendo os mesmos registados em capitais próprios e posteriormente reconhecidos como rendimentos ao longo da vida útil estimada dos bens que lhes estão subjacentes, em consonância com as correspondentes amortizações (ver Nota 25).

Nos capitais próprios – Outras variações no capital próprio, estes subsídios são apresentados líquidos do efeito fiscal, os quais a partir de 2013 passaram a ser registados em Outras Contas a Pagar, conforme preconizado pela CNC – FAQ13.

– Matérias Ambientais (Nota 34)

Por norma, os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incursos, salvo exceções, em que os estudos ambientais levados a cabo no âmbito de projetos de construção, caso em que são registados como ativos tangíveis em curso. Concluída a obra, e com o início da utilização, são transferidos para ativos tangíveis.

– Especialização de Exercícios

A empresa regista os seus ganhos e perdas de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual os ganhos e perdas são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou liquidadas, sendo as diferenças registadas na rubrica de diferimentos.

– Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

Durante o período findo em 31/12/2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e pressupostos subjacentes à preparação das demonstrações financeiras foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Ativos Fixos Tangíveis/ Estimativas de Vidas Úteis

*Handwritten signature and initials:*  
A. W. C. G.  
R. M. E.  
P. P. E.



As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição/obra, sendo utilizado o método da linha reta a partir da data em que se encontra na condição de uso pretendido pela gestão.

As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens, as quais se enquadram nos limites previstos no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

– Passivos por Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e nos valores contabilísticos dos passivos e respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas.

– Imparidade de Ativos (Notas 5 e 24)

O valor da perda por imparidade corresponde à totalidade do valor da dívida e é reconhecido na demonstração de resultados.

### Nota 3 – Fluxos de Caixa

▪ Movimentos do período

Apesar de evidenciar uma variação global positiva, o ano 2016 apresenta uma expressão bem mais reduzida que o ano anterior (-84,6%) já que as receitas associadas a atividades operacionais conheceram um decréscimo relevante (-34%) ao passo que os financiamentos representaram em termos líquidos variações negativas superiores a 2015 em 25%.

O facto determinante em termos de variação positiva do cash-flow foi no essencial a alienação do imóvel sito na Junqueira.

	(Unidade: Euro)	
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)	12 377 319	19 099 687
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)	3 107 997	-2 458 137
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)	-14 734 913	-11 762 547
<b>Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)</b>	<b>750 403</b>	<b>4 879 003</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Início do Período</b>	<b>15 367 671</b>	<b>10 488 668</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>16 118 074</b>	<b>15 367 671</b>

a. Atividades Operacionais

Com referência aos fluxos de caixa da atividade operacional no ano de 2016 e comparando com o ano de 2015 (Fluxos de caixa operacional ano 2016: 12 377 319 euros, Fluxos de caixa operacional ano 2015: 19 099 687 euros) constata-se um decréscimo acentuado no fluxo de caixa operacional de 6 722 368 euros, refletindo essencialmente a diminuição nos recebimentos

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



de clientes no valor de 7 636 512 euros que não foi devidamente compensada com a redução no valor dos pagamentos que totalizou, 914 145 euros.

b. Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa das atividades de investimento com o valor positivo de 3 107 997 € reflete sobretudo a alienação do imóvel Palacete da Junqueira, antiga sede social da APL, S.A., pelo valor líquido de 4 289 058 €, enquanto que o valor de investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis no ano de 2016 não ultrapassou os 1 565 142 €

c. Atividades de Financiamento

Nos fluxos de caixa das atividades de financiamento salientamos a realização de amortizações de capital ordinárias e extraordinárias no total de 12 268 495 euros, referentes aos financiamentos de médio/longo prazo contratualizados, permitindo, assim, relativamente ao ano de 2015, uma redução de 12,4% do passivo remunerado.

O valor despendido em juros e gastos similares no total de 2 466 418 euros representou, com referência ao ano de 2015, uma redução de 1 181 299 euros (juros e gastos similares, ano 2015: 3 647 717 euros) resultado da contínua redução do passivo remunerado e manutenção das taxas de juro em mínimos históricos.

▪ Desagregação de caixa e depósitos bancários

A desagregação dos montantes que integravam a rubrica de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2015 e de 2016 é a seguinte:

<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa	10 113	14 928
Depósitos bancários	16 107 961	15 352 743
D. Ordem		
D. Prazo		
<b>Total Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>16 118 074</b>	<b>15 367 671</b>

▪ Saldos não disponíveis para uso

Para a construção dos edifícios sitos no Cais do Sodré destinados à instalação das Agências Europeias, AESM – Agência Europeia de Segurança Marítima e OEDT – Observatório Europeu contra a Droga e Toxicodependência em Portugal foi obtido um financiamento de médio/longo prazo junto a um sindicato bancário constituído pelas Entidades Bancárias, Caixa Geral de Depósitos e Novo Banco.

Para efeitos de liquidação do referido empréstimo foi constituída uma conta reserva consignada exclusivamente para o depósito das rendas e o serviço da dívida.

A 31 de dezembro de 2015 e de 2016 os saldos constantes da referida conta eram os seguintes:

2015 - 3 122 090 euros

2016 - 1 068 904 euros

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



- Disponibilidades depositadas no IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública eram as seguintes:

2015 - 2 789 787 euros

2016 - 3 824 862 euros

#### Nota 4 – Ativos Fixos Tangíveis

(Unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Edifícios (432)	Equipam. <sup>to</sup> Básico (433)	Equipam. <sup>to</sup> Transporte (434)	Equipam. <sup>to</sup> Administrat. (435)	Outros Ativos Fixos Tangíveis (437)	Perdas por Imparidade Acumuladas (439) (a)	Ativos Fixos Tangíveis em Curso (453)	TOTAL
<b>1 de janeiro de 2015</b>								
Custo de Aquisição	414 087 212	16 615 435	378 522	5 256 716	9 520 912		2 665 722	448 524 517
Depreciações Acumuladas	-142 183 216	-13 867 238	-300 462	-4 665 245	-8 820 419			-169 836 580
<b>Valor Líquido a 01/01/2015</b>	<b>271 903 996</b>	<b>2 748 197</b>	<b>78 060</b>	<b>591 470</b>	<b>700 493</b>		<b>2 665 722</b>	<b>278 687 938</b>
<b>Movimentos do Período</b>								
Aumentos								
Aquisições	761 997	300 606		35 350	5 531,49		2 010 369,31	3 113 854
Aquisições de Bens reversíveis								
Depreciações - Alienações/Abates	136 413			2 099 362				2 235 775
Outras								
Transferências	205 597	92 259						297 856
Diminuições								
Depreciações	-8 519 860	-915 031	-20 648	-107 274	-333 890,49			-9 896 704
Depreciações de Bens reversíveis	-342 277							-342 277
Alienações/Abates	-155 491			-2 099 678				-2 255 169
Outras								
Perdas por imparidade						-3 114 940		
Transferências							-297 856,04	-297 856
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-7 913 621</b>	<b>-522 166</b>	<b>-20 648</b>	<b>-72 240</b>	<b>-328 359</b>	<b>-3 114 940</b>	<b>1 712 513</b>	<b>-10 259 461</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>								
Custo de Aquisição	414 899 315	17 008 300	378 522	3 192 388	9 526 443	-3 114 940	4 378 235	446 268 262
Depreciações Acumuladas	-150 908 940	-14 782 269	-321 110	-2 673 157	-9 154 309			-177 839 786
<b>Valor Líquido a 31/12/2015</b>	<b>263 990 375</b>	<b>2 226 031</b>	<b>57 412</b>	<b>519 230</b>	<b>372 134</b>	<b>-3 114 940</b>	<b>4 378 235</b>	<b>268 428 477</b>
<b>1 de janeiro de 2016</b>								
Custo de Aquisição	414 899 315	17 008 300	378 522	3 192 388	9 526 443	-3 114 940	4 378 235	446 268 262
Depreciações Acumuladas	-150 908 940	-14 782 269	-321 110	-2 673 157	-9 154 309			-177 839 786
<b>Valor Líquido a 01/01/2016</b>	<b>263 990 375</b>	<b>2 226 031</b>	<b>57 412</b>	<b>519 230</b>	<b>372 134</b>	<b>-3 114 940</b>	<b>4 378 235</b>	<b>268 428 477</b>
<b>Movimentos do Período</b>								
Aumentos								
Aquisições	220 052	279 435		240 665	3 667		791 812	1 535 632
Aquisições de Bens reversíveis								
Depreciações - Alienações/Abates	785 241	176 659		106 338	11 802			1 080 040
Outras								
Transferências	1 581 393	320 983						1 902 376
Diminuições								
Depreciações	-8 491 906	-866 584	-20 648	-99 162	-271 781			-9 750 082
Depreciações de Bens reversíveis	-342 276							-342 276
Alienações/Abates	-923 059	-176 704		-125 028	-12 358			-1 237 149
Outras							-57 568	-57 568
Perdas por imparidade								
Transferências							-1 902 376	-1 902 376
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-7 170 555</b>	<b>-266 211</b>	<b>-20 648</b>	<b>122 813</b>	<b>-268 670</b>		<b>-1 168 132</b>	<b>-8 771 403</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>								
Custo de Aquisição	415 777 701	17 432 013	378 522	3 308 025	9 517 753	-3 114 940	3 210 103	446 509 177
Depreciações Acumuladas	-158 957 881	-15 472 193	-341 758	-2 665 982	-9 414 289			-186 852 103
<b>Valor Líquido a 31/12/2016</b>	<b>256 819 820</b>	<b>1 959 820</b>	<b>36 764</b>	<b>642 043</b>	<b>103 464</b>	<b>-3 114 940</b>	<b>3 210 103</b>	<b>259 657 074</b>

(a) Constituição de imparidade para o abate de colunas "jet-grouting" na sequência das anomalias de tetadas na empreitada de "Reabilitação e Reforço do Cais entre St.ª Apolónia e Jardim do Tabaco - 2.ª fase" - Ver enquadramento na NOTA 35

Handwritten signatures and initials: "PP", "u", "W. P. P.", "u", "u".



Indicam-se em seguida as variações dos ativos fixos tangíveis da empresa no período de 01/01/2015 a 31/12/2016:

Das aquisições efetuadas em 2016 destacam-se:

- . Projeto Via Lisboa – Reordenamento da Plataforma Multimodal do Porto de Lisboa - 598 804 euros
- . Reabilitação de edifícios para reinstalação dos serviços (EIDH e Estação Marítima de Alcântara) - 219 874 euros
- . Docagem de Lanchas e pontões - 186 222 euros
- . Equipamento Informático - 128 240 euros
- . Balizagem - 74 995 euros

Foram ainda capitalizados os Trabalhos para a própria entidade correspondentes aos gastos com pessoal diretamente envolvido no projeto Via Lisboa – Reordenamento da Plataforma Multimodal do Porto de Lisboa (2015: 223 254 euros, 2016: 54 992 euros).

#### Nota 5 – Propriedades de Investimento

Encontram-se registados como Propriedades de Investimento:

- a. O edifício “Vasco da Gama”, registado com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”;
- b. Edifícios e terreno situado junto à Av. Da Ribeira das Naus, no Cais do Sodré, ocupados pela Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) e pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), tendo sido registados pelo valor de construção dos imóveis, acrescido do valor do respetivo mobiliário e equipamento audiovisual;
- c. Edifícios situados em Pedrouços para utilização da Fundação Champalimaud, registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”;
- d. Todos os outros edifícios situados na área de jurisdição do porto de Lisboa que, à data do balanço não estão a ser utilizados na atividade da APL, S.A., encontrando-se arrendados ou para arrendamento num futuro próximo, registados com base em avaliação patrimonial efetuada por entidades independentes, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Apesar de a empresa adotar como critério de registo o do valor contabilístico à data da transição do sistema POC para o SNC, relativamente ao grupo de bens referidos na alínea d) foi elaborada para o fecho do ano 2010 (com recurso a meios internos da APL, S.A.) uma avaliação destinada a determinar o Valor Razoável de Mercado (valor estimado de transação do imóvel) em uso continuado de cada imóvel, baseada nos seguintes pressupostos:

- Não foi considerado o valor do terreno;
- Não são propriedades de investimento os imóveis cujo uso está afeto aos serviços da Administração Portuária ou a quaisquer outras entidades ou autoridades, de natureza pública ou privada, que prossigam

*Handwritten signature and initials:*  
R. Almeida  
P. P. E.



fins relacionados com a atividade portuária nas suas diversas vertentes de carga, passageiros, náutica de recreio ou outras atividades de apoio;

- Não são Propriedades de Investimento os imóveis cuja demolição ou eventual venda, se prevê venha a ocorrer no futuro próximo.
- Tomou-se por referência o rendimento efetivo dos imóveis, isto é, a taxa/renda em vigor para cada um, dado que, independentemente de quaisquer análises de mercado, sendo os contratos estabelecidos objeto de concurso ou consulta ao mercado, considera-se que o rendimento efetivo é ajustado ao seu valor de mercado.
- No que se refere à taxa de rendimento optou-se por utilizar a taxa média definida pela entidade supracitada, isto é, 6 %.
- No caso de imóveis devolutos, optou-se por uma taxa/renda potencial que, por comparação com outros imóveis com idênticas características, quer ao nível da localização, quer ao nível do tipo de utilização e estado de conservação, possam ser considerados similares quanto ao valor de mercado à data de 31/12/2010.
- Não obstante constituírem propriedades de investimento, excluíram-se desta avaliação interna os imóveis situados na zona ribeirinha entre Santos e o Cais do Sodré, dado que os mesmos foram, com referência a Agosto de 2010, objeto de uma avaliação realizada por uma entidade independente.

Apesar de a avaliação ter sido efetuada em 2010, nos exercícios seguintes têm sido efetuados testes de imparidades às propriedades de investimento por forma a detetar algum indício de imparidade e proceder ao reconhecimento de eventuais perdas, sempre que aplicável.

No ano 2013 a empresa registou uma imparidade no montante de 476 589 euros referente ao parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro.

No ano 2014 verificou-se que a construção do parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro apresentou uma imparidade inferior, resultando numa reversão de 352 979 euros.

No ano 2015 verificou-se a reversão da imparidade da construção do parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro, no montante de 123 610 euros. Registou-se por outro lado uma perda por imparidade de 42 838 euros por decréscimo de valor patrimonial de uma parcela de terreno na Rua do Açúcar conforme notificação da Autoridade Tributária para efeitos de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

Valor das avaliações das Propriedades de Investimento (referidas na alínea d):

- Avaliação Interna de Propriedades de Investimento 54 685 975 euros.
- Avaliação de Propriedades de Investimento da zona ribeirinha entre Santos e o Cais do Sodré realizada por entidade independente – 20 381 621 euros.

À data de 31/12/2016 não foi efetuada qualquer atualização às avaliações anteriores por se considerar que as mesmas continuam a apresentar valores em linha com a evolução do mercado.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ug', 'PP', and 'e'.



O montante das rendas referentes a propriedades de investimento em 2015 e 2016 foi o seguinte:

(Unidade: Euro)

Propriedades de Investimento	2016	2015
Valor das rendas	8 477 628	7 804 772

Indicam-se em seguida os movimentos registados em propriedades de investimento nos períodos de 2015 e 2016:

(Unidade: Euro)

Propriedades de Investimento	Terrenos e Recursos Naturais (421)	Edifícios e Outras Construções (422)	TOTAL
<b>1 de janeiro de 2015</b>			
Custo de Aquisição	1 989 954	82 304 553	84 294 507
Imparidades acumuladas		-123 610	-123 610
Depreciações Acumuladas		-22 113 485	-22 113 485
<b>Valor Líquido a 01/01/2015</b>	<b>1 989 954</b>	<b>60 067 458</b>	<b>62 057 412</b>
Aumentos			
Aquisições		16 371	16 371
Depreciações			
Imparidade - redução		123 610	123 610
Diminuições			
Depreciações		-2 233 900	-2 233 900
Alienações/Abates			
Outras	-42 838		
Transferências em Curso			
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-42 838</b>	<b>-2 093 919</b>	<b>-2 136 757</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>			
Custo de Aquisição	1 989 954	82 320 924	84 310 878
Imparidades acumuladas	-42 838		-42 838
Depreciações Acumuladas		-24 347 385	-24 347 385
<b>Valor Líquido a 31/12/2015</b>	<b>1 947 116</b>	<b>57 973 539</b>	<b>59 920 655</b>
<b>1 de janeiro de 2016</b>			
Custo de Aquisição	1 989 954	82 320 924	84 310 878
Imparidades acumuladas	-42 838		-42 838
Depreciações Acumuladas		-24 347 385	-24 347 385
<b>Valor Líquido a 01/01/2016</b>	<b>1 947 116</b>	<b>57 973 539</b>	<b>59 920 655</b>
Aumentos			
Aquisições			
Depreciações		207 007	
Imparidade - redução			
Diminuições			
Depreciações		-2 019 293	-2 019 293
Alienações/Abates		-348 221	
Outras			
Transferências em Curso			
<b>Movimentos do Período</b>		<b>-2 160 507</b>	<b>-2 160 507</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>			
Custo de Aquisição	1 989 954	81 972 703	83 962 657
Imparidades acumuladas	-42 838		-42 838
Depreciações Acumuladas		-26 159 671	-26 159 671
<b>Valor Líquido a 31/12/2016</b>	<b>1 947 116</b>	<b>55 813 032</b>	<b>57 760 148</b>

AP E



#### Nota 6 – Ativos Intangíveis

À data de 31 de dezembro de 2016, os Ativos Intangíveis são constituídos por programas informáticos, encontrando-se ainda nos intangíveis em curso os seguintes projetos :

- E-impact - E-Freigth Implementation Action;
- MOVE - Projeto de Gestão de Movimentos de Veículos e Mercadorias nos acessos portuários;
- SIG – Novo Geoportal da APL;
- Fatura Única Portuária e Fatura Eletrónica;
- Projeto da Gare de Passageiros do Terminal de Cruzeiros de Lisboa.

Foram ainda incluídos, conforme critérios estabelecidos para as administrações portuárias após consulta à Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os bens a reverter de concessões portuárias de serviço público e respetivas amortizações.

Relativamente ao ano de 2016, foram registados em ativos intangíveis em curso de bens a reverter, 7 655 747 euros, referentes a projetos e início de construção da Nova Gare Marítima do Terminal de Cruzeiros de Lisboa e 18 390 euros de bens a reverter de outras concessões portuárias de serviço público.

Das aquisições efetuadas em 2016 destacam-se ainda os projetos Sistema de Informação Geográfica, Fatura Única, Fatura eletrónica e E-Impact, num total de 207 609 euros.

Foram ainda capitalizados os Trabalhos para a própria entidade correspondentes aos gastos com pessoal diretamente envolvido nos projetos E-Impact e Anna (2015: 60 756 euros, 2016: 29 100 euros).

Indicam-se em seguida os movimentos registados nos períodos de 2015 e 2016:

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "UP", "PP", and "E".



(Unidade: Euro)

Ativos Intangíveis	Programas de Computador (443)	Bens Reversíveis (445)	Outros Ativos Intangíveis (446)	Ativos Intangíveis em Curso (454)	TOTAL
<b>1 de janeiro de 2015</b>					
Custo de Aquisição	7 292 481	48 392 019	299 279	19 225	56 003 003
Depreciações Acumuladas	-6 123 376	-27 663 317	-34 085		-33 820 777
<b>Valor Líquido a 01/01/2015</b>	<b>1 169 105</b>	<b>20 728 702</b>	<b>265 194</b>	<b>19 225</b>	<b>22 182 226</b>
<b>Aumentos</b>					
Aquisições	112 402	7 669		1 210 270	1 330 341
Depreciações - Alienações/Abates					
Transferências em curso	13 125				13 125
Outras					
<b>Diminuições</b>					
Depreciações	-621 201	-1 249 969	-9 976		-1 881 146
Alienações/Abates				-12 200	-12 200
Outras					
Transferências				-13 125	-13 125
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-495 674</b>	<b>-1 242 300</b>	<b>-9 976</b>	<b>1 184 945</b>	<b>-563 005</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>					
Custo de Aquisição	7 404 883	48 399 688	299 279	1 229 495	57 333 344
Alienações/Abates				-12 200	
Transferências	13 125			-13 125	
Depreciações Acumuladas	-6 744 577	-28 913 286	-44 061		-35 701 923
<b>Valor Líquido a 31/12/2015</b>	<b>673 431</b>	<b>19 486 402</b>	<b>255 218</b>	<b>1 204 170</b>	<b>21 619 221</b>
<b>1 de janeiro de 2016</b>					
Custo de Aquisição	7 404 883	48 399 688	299 279	1 229 495	57 333 344
Alienações/Abates				-12 200	-12 200
Transferências	13 125			-13 125	
Depreciações Acumuladas	-6 744 577	-28 913 286	-44 061		-35 701 923
<b>Valor Líquido a 01/01/2016</b>	<b>673 431</b>	<b>19 486 402</b>	<b>255 218</b>	<b>1 204 170</b>	<b>21 619 221</b>
<b>Aumentos</b>					
Aquisições		18 390		7 863 356	7 881 746
Depreciações - Alienações/Abates					
Transferências em curso					
Outras					
<b>Diminuições</b>					
Depreciações	-471 924	-1 250 974	-9 976		-1 732 874
Alienações/Abates					
Outras					
Transferências					
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-471 924</b>	<b>-1 232 584</b>	<b>-9 976</b>	<b>7 863 356</b>	<b>6 148 872</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>					
Custo de Aquisição	7 404 883	48 418 078	299 279	9 092 851	65 215 090
Alienações/Abates				-12 200	
Transferências	13 125			-13 125	
Depreciações Acumuladas	-7 216 501	-30 164 260	-54 037		-37 434 797
<b>Valor Líquido a 31/12/2016</b>	<b>201 507</b>	<b>18 253 818</b>	<b>245 242</b>	<b>9 067 526</b>	<b>27 768 093</b>

E  
PP  
Rdopu



### Nota 7 – Clientes

Nos períodos de 2015 e 2016 a rubrica referente a Clientes apresentava a seguinte composição:

(Unidade: Euro)

<b>Clientes</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo não Corrente</b>		
Clientes Conta Corrente	950	4 044
<b>Total Ativo Não Corrente</b>	<b>950</b>	<b>4 044</b>
<b>Ativo Corrente</b>		
Clientes Conta Corrente	5 251 721	5 386 548
Clientes c/ Cheques s/ Provisão	25 759	25 759
Clientes de Cobrança Duvidosa	21 214 945	22 890 722
Clientes c/ Juros de Mora	15 153	16 349
<b>Subtotal Clientes Devedores</b>	<b>26 508 528</b>	<b>28 323 422</b>
Perdas por Imparidade (ver nota 24)	-20 505 343	-21 867 104
<b>Total Ativo Corrente</b>	<b>6 002 235</b>	<b>6 452 274</b>
<b>Total Clientes Devedores Corrente e N/ Corrente</b>	<b>6 003 185</b>	<b>6 456 319</b>
Adiantamentos de Clientes	-486 553	-404 193
<b>Total Clientes</b>	<b>5 516 632</b>	<b>6 052 126</b>

As variações mais expressivas ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

- “Clientes Conta Corrente” (2016: 5 251 721 euros, 2015: 5 386 548 euros) essencialmente pela redução do Volume de Negócios (2016: 41 235 709 euros, 2015: 41 578 734 euros, ver Nota 21) com a rúbrica das Tarifas Portuárias a reduzir 929 107 euros apesar do aumento verificado nas restantes rúbricas do Volume de Negócios, ver Nota 21;
- “Perdas por imparidade”, devido à necessidade de reforço por incumprimento de pagamentos por parte de clientes da área de negócios - usos dominiais.

### Nota 8 – Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos de 2015 e 2016 a rubrica referente a Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte composição, não se verificando qualquer situação de atraso ou incumprimento nas obrigações para com estas entidades:



(Unidade: Euro)

<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo Corrente</b>	<b>247 247</b>	<b>937 772</b>
Estimativa de Impostos sobre o rendimento (IRC)		-111 254
Aplicações Financeiras (IRC) - Retenções		126
Retenções na fonte		
Pagamento por Conta		426 903
Pagamento Especial por Conta		
Pagamento Adicional por Conta		11 526
IVA regularizações	21 004	11 020
IVA reembolsos pedidos	200 177	569 399
IVA liquidações Oficiosas	2 288	2 288
Outras tributações	23 778	27 764
<b>Passivo Corrente</b>	<b>1 515 658</b>	<b>1 225 498</b>
Estimativa de Impostos sobre o rendimento (IRC)	533 615	
Aplicações Financeiras (IRC) - Retenções	-102	
Retenções na fonte		
Pagamento por Conta	-74 013	
Retenção de Impostos sobre o rendimento (IRS)	370 344	318 866
IVA a pagar		
Contribuições para Segurança Social	87 663	110 183
Contribuições para a CGA	230 574	237 111
Outras tributações	367 577	559 339

#### Nota 9 – Outras Contas a Receber

Nos períodos de 2015 e 2016 a rubrica referente a Outras Contas a Receber apresentava a seguinte composição:

(Unidade: Euro)

<b>Outras Contas a Receber</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo não corrente</b>		<b>1 565 919</b>
Outros Devedores		1 565 919
- Contrato Concessão TML		1 565 919
<b>Total Ativo não Corrente</b>		<b>1 565 919</b>
<b>Ativo Corrente</b>	<b>6 104 644</b>	<b>4 857 260</b>
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	2 531 838	1 655 956
Outros Devedores	5 817 360	5 450 045
- Beneficiários Plano Assistência Médica Medicamentosa	101 875	134 267
- Reestruturação do Trabalho Portuário	691 983	691 983
- Contrato Concessão TML	1 661 381	1 565 919
- Diversos	3 362 121	3 057 877
Perdas por Imparidade	-2 244 554	-2 248 741
<b>Total Ativo Corrente</b>	<b>6 104 644</b>	<b>4 857 260</b>
<b>Total Outras Contas a Receber</b>	<b>6 104 644</b>	<b>6 423 178</b>

PP E



No ativo não corrente – outros devedores:

- Relativamente ao Contrato de Concessão TSA (Ex TML) procedeu-se ao reconhecimento da fatura a emitir no ano 2017 ao concessionário TSA, nos termos do contrato celebrado para a exploração do Terminal Multipurpose de Lisboa.

No ativo corrente – outros devedores:

- = A rubrica Diversos inclui o valor da garantia bancária do consórcio empreiteiro no valor de 1 546 967 euros não liberada pela APL e que decorre das anomalias detetadas nas colunas "jet-grouting" da empreitada "Reabilitação e Reforço do Cais entre St.ª Apolónia e Jardim do Tabaco" – 2ª Fase.

### Nota 10 – Diferimentos

Nos períodos de 2015 e 2016 a rubrica referente a Diferimentos apresentava a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Diferimentos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo não Corrente</b>	<b>142 298</b>	<b>175 734</b>
Gastos a reconhecer Contratos Financiam. <sup>to</sup>	129 862	167 290
Gastos a reconhecer Diversos	12 436	8 444
<b>Ativo Corrente</b>	<b>373 738</b>	<b>391 016</b>
Gastos a reconhecer Contratos Financiam. <sup>to</sup>	37 429	37 429
Gastos a reconhecer Diversos	336 310	353 587
<b>Total Diferimentos do Ativo</b>	<b>516 036</b>	<b>566 750</b>
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>32 218 449</b>	<b>28 880 766</b>
Assistência Médica	427 455	480 887
Rendas Usos Dominiais	3 097 131	3 176 441
Bens das concessões - a reverter (ver nota 2)	27 692 876	22 901 488
Mais Valias - TCL (Terminal Cruzeiros Lisboa) (ver nota 2)	195 144	201 309
Concessão TSA/TML (contrato <i>lump sum</i> )	805 844	2 120 641
<b>Passivo Corrente</b>	<b>8 024 721</b>	<b>7 939 650</b>
Comparticipação Futura constr. Bom Sucesso		
Assistência Médica	53 432	53 432
Rendas Usos Dominiais	4 829 690	4 494 125
Bens das concessões - a reverter (ver nota 2)	2 880 956	2 876 973
Mais Valias - TCL (Terminal Cruzeiros Lisboa)	6 166	6 166
Concessão TSA/TML (contrato <i>lump sum</i> )	254 477	508 954
<b>Total Diferimentos do Passivo</b>	<b>40 243 169</b>	<b>36 820 416</b>

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "Uly", "R. Aguiar", "PC", and "L".



### Nota 11 – Ativos não Correntes Detidos para Venda

Em 15 de março de 2016 foi assinada a escritura para alienação do Palacete da Junqueira (sede social da APL, S.A.), que constituía o único ativo ainda detido para venda à data. As mais-valias decorrentes da alienação do edifício, terreno e bens associados foram registadas pela diferença entre o montante da alienação e o valor contabilístico à data, deduzida ainda a comissão de venda.

(Unidade: Euro)

Ativos não correntes detidos para venda	Palácio da Junqueira e terreno (Rua da Junqueira, 94)	TOTAL
<b>1 de janeiro 2015</b>		
Custo de aquisição	3 260 299	3 260 299
Depreciações acumuladas	-445 278	-445 278
<b>Valor líquido a 01/01/2014</b>	<b>2 815 021</b>	<b>2 815 021</b>
Alienações/Abates		
Depreciação-alien/Abates		
Valor líquido		
<b>31 de dezembro de 2015</b>		
Custo de aquisição	3 260 299	3 260 299
Depreciações acumuladas	-445 278	-445 278
<b>Valor líquido a 31/12/2015</b>	<b>2 815 021</b>	<b>2 815 021</b>
<b>1 de janeiro 2016</b>		
Custo de aquisição	3 260 299	3 260 299
Depreciações acumuladas	-445 278	-445 278
<b>Valor líquido a 01/01/2014</b>	<b>2 815 021</b>	<b>2 815 021</b>
Alienações/Abates		
Depreciação-alien/Abates	-3 260 299	-3 260 299
Valor líquido	445 278	445 278
	-2 815 021	-2 815 021
<b>31 de dezembro de 2016</b>		
Custo de aquisição		
Depreciações acumuladas		
<b>Valor líquido a 31/12/2016</b>		

### Nota 12 – Outros Ativos Financeiros

Integram esta rubrica os montantes relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto. Os saldos acumulados no final de 2015 e de 2016 eram os seguintes:

(Unidade: Euro)

Outros ativos financeiros	2016	2015
Fundo de Compensação do Trabalho	1 596	435

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "CG", "PP", and "E".



### Nota 13 – Capital Próprio e Resultados Transitados

Na demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos de 2015 e 2016 analisam-se as seguintes rubricas:

#### – Capital Realizado

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 336/98, de 3 de novembro (ver “Identificação da Entidade e Enquadramento”), o Capital Social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 14 963 937 euros.

Subsequentemente, o capital passou para 60 000 000 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção-Geral das Finanças.

O capital atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 12 000 000 ações, com o valor nominal de 5 euros. As ações são nominativas e revestem a forma escritural. O valor do capital, detido exclusivamente pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e Finanças, é de 60 000 000 euros.

#### – Reserva Legal

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da empresa, anualmente deverá ser transferido para Reserva Legal, no mínimo 10% do lucro do exercício até que seja atingido pelo menos 20% do capital.

A reserva legal não se encontra disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar capital ou para compensar prejuízos.

No ano de 2016, foram aplicados parte dos resultados líquidos do ano de 2015, no montante de 139 144 euros (10 % do resultado líquido de 1.391.439 euros).

#### – Reservas não Distribuíveis – Concessões

Foram relevadas na conta 553 – Reservas não distribuíveis, as quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do Ativo Intangível/Tangível e o rendimento do período, incluídas nos Resultados Líquidos anuais.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do Ativo Intangível seguido do reconhecimento no Ativo Fixo Tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O Ativo Tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no Capital Próprio – Concessões.

No ano de 2016, foi aplicado nesta rubrica parte do resultado líquido de 2015, no montante de 995 231 euros (72% do total do resultado líquido de 1.391.439 euros).



#### - Resultados Transitados

Nesta rubrica procede-se ao registo do valor remanescente dos Resultados Líquidos do ano anterior após a aplicação em Reserva Legal e em Reservas não Distribuíveis.

No ano de 2016, foi aplicado nesta rubrica parte do resultado líquido de 2015, no montante de 257 064 euros (18% do total do resultado líquido de 1.391.439 euros).

#### - Outras variações no Capital Próprio

Foram reconhecidos nesta rubrica os Subsídios ao Investimento (líquidos de impostos), sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como Rendimentos e Ganhos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam (débito em Outras variações de Capital Próprio e crédito em Outros Rendimentos e Ganhos).

Em 2016 as variações desta rubrica foram as seguintes:

- . Imputação de subsídios ao investimento - 1 304 399 euros;
- . Ganhos/Perdas atuariais relativos aos Planos de pensões e Assistência Médica/Medicamentosa - 461 430 euros.

#### - Resultado Líquido

A aplicação de resultados de 2015 foi efetuada por proposta da Assembleia Geral na sessão realizada em 14 de Março de 2017, com a distribuição que se segue:

	(Unidade: Euro)	
	<b>RL 2014</b> (aplicado em 2015)	<b>RL 2015</b> (aplicado em 2016)
<b>Resultado Líquido Total</b>	<b>4 403 318</b>	<b>1 391 440</b>
Reservas Legais	440 332	139 144
Reservas não Distribuíveis	1 145 994	995 231
Resultados Transitados	2 816 992	257 064

#### Nota 14 - Provisões

As provisões constituídas apresentavam no final de 2016 um saldo de 2 435 867 euros e eram referentes a Processos Judiciais em Curso.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP" and "R.D.". There is also a small blue stamp or mark.



Em 2016 foram efetuados os seguintes movimentos:

(Unidade: Euro)

Provisões	Processos Judiciais em curso	TOTAL
<b>Quantia escriturada a 01/01/2015</b>	<b>1 795 140</b>	<b>1 795 140</b>
<b>Aumentos</b>	<b>71 357</b>	<b>71 357</b>
Constituição	16 000	16 000
Reforço	3 543	3 543
Reforço - efeito temporal	51 814	51 814
Outros	0	0
<b>Diminuições</b>	<b>-223 063</b>	<b>-223 063</b>
Uso	-130 456	-130 456
Reversão	-92 606	-92 606
Outras	0	0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-151 706</b>	<b>-151 706</b>
<b>Quantia escriturada a 31/12/2015</b>	<b>1 643 435</b>	<b>1 643 435</b>
<b>Quantia escriturada a 01/01/2016</b>	<b>1 643 435</b>	<b>1 643 435</b>
<b>Aumentos</b>	<b>1 203 558</b>	<b>1 203 558</b>
Constituição	1 138 587	1 138 587
Reforço	0	0
Reforço - efeito temporal	64 971	64 971
Outros	0	0
<b>Diminuições</b>	<b>-411 126</b>	<b>-411 126</b>
Uso	-376 490	-376 490
Reversão	-34 636	-34 636
Outras	0	0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>792 432</b>	<b>792 432</b>
<b>Quantia escriturada a 31/12/2016</b>	<b>2 435 867</b>	<b>2 435 867</b>

- Foram constituídas novas provisões no montante total de 1 138 587 euros referentes a 4 processos judiciais a correr no Tribunal Administrativo de Lisboa;
- Foram efetuados reforços de provisões no montante total de 64 971 euros referentes a juros de mora do ano de 2016;
- Foi utilizada a provisão na sequência da decisão do Tribunal Arbitral referente ao litígio entre a APL, S.A. e a Sotagus – Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A., tendo sido a APL, S.A. condenada ao pagamento do montante de 376 490,40 euros com um pedido inicial de 506 946,80 euros. A reversão do montante de 130 456,40 euros foi efetiva no ano de 2015;
- Foram anuladas as provisões no valor total de 34 636 euros referentes a dois processos do Tesouro da Fazenda Pública NI 649/06 e NI 652/06 e do processo nº 2174/07.OBELSB que corria no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'R.Roy', and 'E'.



### Nota 15 – Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos apresentavam no final de 2015 e 2016 a seguinte composição:

(Unidade: Euro)		
<b>Financiamentos de Instituições de Crédito e Outras Entidades</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Curto Prazo (até 1 ano):</b>	<b>21 644 277</b>	<b>18 770 813</b>
CGD	625 000	625 000
Sindicato Novo Banco/CGD	1 300 000	1 300 000
BBVA	2 150 000	2 150 000
BPI	4 000 000	2 000 000
Banco Santander Totta	12 911 771	11 434 577
Sindicato BPI/Millennium BCP	605 263	1 210 526
Empréstimo Interno do Tesouro Público	52 242	50 710
<b>Médio/Longo Prazo (Superior a 1 ano):</b>	<b>64 967 103</b>	<b>80 089 808</b>
CGD	9 375 000	9 375 000
Sindicato Novo Banco/CGD	26 191 633	31 610 047
Sindicato BPI/Millennium BCP		605 263
BBVA	4 272 106	6 402 852
BPI	14 000 000	18 000 000
Banco Santander Totta	10 649 384	13 565 423
Empréstimo Interno do Tesouro Público	478 980	531 223
<b>Total de Financiamentos</b>	<b>86 611 380</b>	<b>98 860 621</b>

No ano de 2016 o endividamento bancário apresentou um decréscimo de 12,4 % (-12 249 241 euros) face a 2015. Esse decréscimo decorre das amortizações de capital efetuadas, sendo que 33,4% corresponde a amortizações extraordinárias.

Não se procedeu durante o ano a qualquer reestruturação do passivo bancário.

### Nota 16 – Benefícios Pós-Emprego

Tal como sucede anualmente, a APL solicitou a uma entidade independente a elaboração de estudos atuariais relativos a Pensões (Fundo de Pensões ex-INPP, Pensões de Sobrevivência, Vitalícias e de Sangue) e a Assistência Médica/Medicamentosa reportados a 31/12/2016.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP", "R", and "E".



- Pensões

A empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do ex-INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo DL nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o departamento de pilotagem do Porto de Lisboa e possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados no âmbito do DL nº 42 880 de 21 de março de 1960, DL nº 605/73 de 13 de novembro e DL nº 404/82 de 24 de setembro, respetivamente.

(Unidade: Euro)

<b>Fundo de Pensões ex-INPP, Pensões de Sobrevivência, Vitalícias e de Sangue</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>-6 783 988</b>	<b>-8 153 296</b>
Gastos financeiros	-111 881	-115 328
Ganhos e (perdas) actuariais	-239 324	659 163
Pagamentos efetuados no exercício	799 301	825 474
<b>Saldo Final</b>	<b>-6 335 891</b>	<b>-6 783 988</b>
Provisão em balanço	-6 335 891	-6 783 988
Percentagem de cobertura da provisão	100%	100%
Pressupostos:		
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Percentagem de casados	75,00%	75,00%
Diferença de idades entre conjuges	3	3
Taxa de desconto	1,25%	1,75%
Taxa crescimento pensões	1,00%	1,00%
Taxa inflação	2,00%	2,00%

- Assistência médica e medicamentosa

(Unidade: Euro)

<b>Assistência Médica e Medicamentosa - Responsabilidade por Serviços Passados</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>-3 229 791,32</b>	<b>-3 863 866,46</b>
Gastos financeiros	-55 110,00	-56 592,00
Gastos Correntes	-20 260,00	-24 299,00
Ganhos e (perdas) actuarias	-222 106,00	564 014,00
Pagamentos efetuados no exercício	174 475,49	150 952,14
<b>Saldo Final</b>	<b>-3 352 791,83</b>	<b>-3 229 791,32</b>
Provisão em balanço	-3 352 791,83	-3 229 791,32
Percentagem de cobertura da provisão	100%	100%
Pressupostos:		
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	1,25%	1,75%
Taxa de inflação nos cuidados de saúde	3,00%	3,00%

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "PP", "E", and "R. Ramos".



### Nota 17 – Passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 os passivos por impostos diferidos respeitam aos ganhos líquidos reconhecidos no âmbito dos ativos das concessões (ver nota 2).

Os movimentos ocorridos em 2015 e 2016 foram os seguintes:

	(Unidade: Euro)	
<b>Passivos por Impostos Diferidos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>2 279 543</b>	<b>1 990 605</b>
Subsídios ao investimento		
Efeito alteração taxa Imposto diferido - Subsídios		
Transferência para Outras contas a Pagar		
Bens a reverter no final da concessão	289 241	288 938
Efeito alteração taxa Imposto diferido - Concessões		
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>2 568 785</b>	<b>2 279 543</b>

A empresa não tem impostos diferidos ativos registados, devido a incerteza quanto à sua recuperação.

A taxa de imposto aplicada em 2016 foi de 22,5%.

### Nota 18 – Outras Contas a Pagar

As Outras Contas a Pagar apresentavam no final de 2015 e 2016 a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Outras Contas a Pagar</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Passivo não Corrente - Outras Contas a Pagar</b>	<b>11 126 828</b>	<b>11 695 038</b>
Credores - Ajustamentos em Subsídios	10 901 899	11 245 179
Credores diversos	224 929	449 859
<b>Passivo Corrente - Outras Contas a Pagar</b>	<b>4 653 079</b>	<b>6 771 768</b>
Pessoal	6 879	6 238
Fornecedores de investimento	412 751	341 950
Credores por acréscimo de gastos	2 627 921	2 648 047
Credores Notas Crédito a emitir		1 240 543
Credores - Ajust. subsídios	357 915	393 332
Credores diversos	1 247 613	2 141 658
<b>Total Outras Contas a Pagar</b>	<b>15 779 908</b>	<b>18 466 806</b>

A rubrica mais relevante - Credores – ajustamentos em subsídios – refere-se ao imposto diferido do período corrente respeitante a subsídios ao investimento. Inclui o efeito do desreconhecimento do subsídio na sequência da constituição de imparidade pelo abate das colunas “jet-grouting” da empreitada “Reabilitação e Reforço do Cais entre St.ª Apolónia e Jardim do Tabaco – 2.ª fase”.

190 Udy  
PP E RApme



Em 2015 destaca-se ainda a rubrica Credores – Notas de crédito a emitir que decorre de acordos contratuais celebrados em 2015 com alguns clientes dominiais, cujas notas de crédito foram emitidas em 2016.

#### Nota 19 – Fornecedores

Os Fornecedores apresentavam no final de 2015 e 2016 a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Fornecedores</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores c/c	899 506	1 427 267
Fornecedores c/ Depósito Caução	905	
<b>Total Fornecedores</b>	<b>900 411</b>	<b>1 427 267</b>
Depósito de Garantia	-750	-750
Adiantamentos a Fornecedores	-901	-901
<b>Total Fornecedores c/ Adiantamentos</b>	<b>898 760</b>	<b>1 425 616</b>
Fornecedores de Investimentos (Valores incluídos na nota 18, na rubrica "Outras contas a pagar")	412 751	341 950
Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (RCM 34/2008, de 22 fev)	53	48

#### Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

Em 27/12/2007 a APL, S.A. financiou-se junto de uma instituição bancária no montante de 21 500 000 euros, com o objetivo de reestruturar o passivo financeiro de curto prazo em médio e longo prazo. Este financiamento vence-se em 2019, sendo o reembolso efetuado através de 20 prestações semestrais.

Durante os primeiros dois semestres, o financiamento venceu juros a uma taxa de 3,90%. Durante os restantes semestres, a taxa aplicável resulta da aplicação de uma fórmula que tem por base observações diárias da Euribor a 6 meses face a um intervalo pré-estabelecido, com um mínimo de 4,30% e um máximo de 6,70%.

Em qualquer um dos semestres a partir do 2º ano de vigência do contrato a instituição bancária poderá optar por alterar a taxa de juro do contrato para Euribor 6 meses mais 0,12% de *spread*.

O reembolso antecipado total ou parcial do financiamento implicará o cancelamento da estrutura de taxa de juro subjacente, sendo que, tal cancelamento originará o apuramento do correspondente "valor de mercado" com referência à data da cessação da operação, que deverá ser deduzido ou acrescido ao montante do reembolso pretendido.

A 31 de dezembro de 2016, o justo valor do derivado embutido no financiamento, ascende a 788 944 euros (2015: 1 286 795 euros).

*C. B. U. J.*  
*APL Rhom*



### Nota 21 – Rédito

O Rédito apresentava no final de 2015 e 2016 a seguinte composição:

(Unidade: Euro)		
<b>Rédito</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Serviços Prestados</b>	<b>29 531 723</b>	<b>30 260 090</b>
Regulamento de Tarifas	9 934 675	10 863 782
Concessões	17 367 662	17 260 669
Exploração de Náutica de Recreio	1 669 636	1 588 711
Exploração da Atividade Marítimo-Turística	270 294	222 828
Outras Prestações de Serviços	289 457	324 099
<b>Usos Dominiais</b>	<b>7 757 900</b>	<b>7 232 396</b>
Taxas dominiais	6 976 709	6 349 324
Licenças em fase de decisão	814 902	897 007
Redução temporária das taxas dominiais com a consequente redução dos prazos de concessão *	-33 711	-13 934
<b>Juros do TSA (exTML)</b>	<b>120 744</b>	<b>131 837</b>
<b>Outros</b>	<b>16 392</b>	<b>28 637</b>
<b>Rendas de Propriedades de Investimento</b>	<b>3 808 950</b>	<b>3 925 774</b>
<b>Total Volume de negócios</b>	<b>41 235 709</b>	<b>41 578 734</b>
<b>Total do rédito</b>	<b>41 235 709</b>	<b>41 578 734</b>

\* NOTA: Valores atribuídos no presente exercício e referentes a exercícios anteriores e registados na conta 78813

A variação registada decorre dos fatores indicados no [ponto 7](#) deste relatório.

### Nota 22 – Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentavam no final de 2015 e 2016 a composição indicada no quadro seguinte.

Relativamente às variações identificadas, vide ponto 9.2 deste relatório.

(Unidade: Euro)		
<b>Fornec. e Serviços Externos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Subcontratos</b>		
<b>Serviços especializados</b>	<b>4 126 495</b>	<b>5 757 576</b>
Trabalhos especializados	725 546	672 407
Publicidade e propaganda	159 402	295 320
Vigilância e segurança	874 170	1 150 810
Honorários	41 418	11 368
Outras comissões		
Conservação e reparação	2 295 355	3 602 665
Outros serviços especializados	30 603	25 006
<b>Materiais</b>	<b>38 035</b>	<b>78 222</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>896 393</b>	<b>951 081</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>107 718</b>	<b>154 054</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>1 189 113</b>	<b>1 300 600</b>
Rendas e alugueres	134 905	132 079
Comunicações	88 145	102 130
Seguros	177 993	197 740
Royalties	140 398	152 032
Contencioso e notariado	18 006	51 793
Despesas de representação	30 512	37 040
Limpeza, higiene e conforto	566 840	563 220
Outros serviços	32 314	64 567
<b>Total</b>	<b>6 357 755</b>	<b>8 241 533</b>

*E. J. L. G.*  
*PP*  
*Rhony*



### Nota 23 – Gastos com o Pessoal

Os Gastos com Pessoal apresentavam no final de 2015 e 2016 a composição indicada no quadro seguinte.

(Unidade: Euro)

<b>Gastos com o Pessoal</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remunerações dos órgãos sociais	266 353	293 670
Redução decorrente da RCM 36/2012	-1 452	-2 322
<b>Remunerações Líquida dos órgãos sociais (Nota 30)</b>	<b>264 902</b>	<b>291 347</b>
Remunerações do pessoal (*)	12 790 661	11 838 406
<b>Remunerações Líquida do Pessoal</b>	<b>12 790 661</b>	<b>11 838 406</b>
Benefícios pós-emprego	111 881	115 328
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	2 989 875	2 801 081
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	136 153	133 021
Gastos de ação social	342 676	344 275
Outros	82 609	111 757
<b>Total</b>	<b>16 718 756</b>	<b>15 635 216</b>

\* Nota: Inclui pensão transitória paga pela empresa ao pessoal que aguarda aposentação

Relativamente às variações mais relevantes identificadas, vide ponto 9.2 deste relatório.

O efetivo médio evoluiu de 296 trabalhadores em 2015 para 297 em 2016.

### Nota 24 – Imparidades de Dívidas a Receber

Nos períodos de 2015 e 2016 a rubrica referente a Imparidades apresentou a seguinte evolução:

(Unidade: Euro)

<b>Imparidades</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Reforço</b>	<b>Reversão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo Final</b>
Clientes	21 265 189	732 158		-130 244	21 867 104
Devedores diversos	1 430 943	76 919	-5 016	-5 016	1 497 830
OSC-Plano assist. médica e medicament.	66 401		-6 475		59 926
Oper. CCTPL	690 985				690 985
<b>Total 2015</b>	<b>23 453 518</b>	<b>809 077</b>	<b>-11 490</b>	<b>-135 260</b>	<b>24 115 845</b>
Clientes	21 867 104	534 538	-165 102	-1 731 197	20 505 343
Devedores diversos	1 497 830	12 200			1 510 030
OSC-Plano assist. médica e medicament.	59 926		-4 951	-11 437	43 538
Oper. CCTPL	690 985				690 985
<b>Total 2016</b>	<b>24 115 845</b>	<b>546 738</b>	<b>-170 053</b>	<b>-1 742 634</b>	<b>22 749 897</b>

PP Rhoju



### Nota 25 – Outros Rendimentos e Ganhos

Os Outros Rendimentos e Ganhos apresentavam no final de 2015 e 2016 a composição indicada no quadro seguinte.

	(Unidade: Euro)	
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Rendimentos suplementares	39 217,69	32 431,38
Descontos de pronto pagamento obtidos	87,77	258,72
Recuperação de dívidas a receber	2,92	
Alienações - Mais valias (ver nota 11)	1 958 480,61	6 166,81
Juros de mora	73 938,61	125 338,02
Outros	5 058 185,90	5 097 891,40
Anulação de gastos de anos anteriores	4 297,16	73 360,26
Rendimentos de anos anteriores	-33 711,03	-13 934,36
Excesso de Estimativa para impostos	4 680,45	
Imputação de subsídios ao investimento (a)	2 066 767,24	1 996 627,90
Regularização de IVA		
ORG - Coimas aplicadas	250,00	
Imputação Rendimentos Bens Reverter - Concessões (b)	2 878 767,00	2 876 415,00
Benefícios de penalidades contratuais		4 948,99
Juros do TSA (exTML)	120 743,50	131 837,00
Outros	16 391,58	28 636,61
Rendimentos e outros rendimentos de propried. Investimento	3 808 950,29	3 925 774,40
Outros Rendimentos suplementares - Taxas Domínias (ver nota 21) (c)	7 791 611,41	7 246 330,64
<b>Total Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>18 730 475,20</b>	<b>16 434 191,37</b>

Relativamente às variações mais relevantes identificadas, vide ponto 9.1 deste relatório.

### Nota 26 – Outros Gastos e Perdas

Nos períodos de 2015 e 2016 as rubricas referentes a Outros Gastos e Perdas apresentaram os seguintes valores:

	(Unidade: Euro)	
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Impostos indiretos <sup>(1)</sup>	515 749	698 912
Dívidas incobráveis	21 666	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	276 601	19 078
Outros	1 441 725	1 432 742
Anulação receitas anos anteriores		
Gastos de anos anteriores	74 916	38 583
Donativos e quotizações	39 937	67 587
Insuficiência da Estimativa para Impostos	30 034	
Compactic. APP - Associação de Portos de Portugal	20 544	34 882
Complicações IMT e DGRM	1 264 610	1 286 582
Multas fiscais e não fiscais	308	129
Juros de Mora e Compensatórios	40	467
Outros	11 336	4 511
<b>Total Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2 255 741</b>	<b>2 150 732</b>

(1) Corresponde essencialmente a IVA dado que a empresa apresenta IVA numa base de pro-rata.



### Nota 27 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Os Juros Obtidos são registados como ganhos do período, tendo apresentado em 2015 e 2016 os seguintes valores:

(Unidade: Euro)		
<b>Juros e Rendimentos Similares Obtidos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros obtidos	388	520

O ganho financeiro referente ao derivado embutido no financiamento do BBVA (vide [nota 20](#)) foi de 497 851 euros em 2016 (2015: 590 186 euros) e encontra-se registado na rubrica de aumentos de justo valor.

### Nota 28 – Juros e Gastos Similares Suportados

Os Juros Suportados por financiamentos são registados como gastos do período:

(Unidade: Euro)		
<b>Juros e Gastos Similares Suportados</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros suportados	2 511 198	3 389 356

A redução dos encargos financeiros decorre da redução do capital em dívida em conjugação com a descida das taxas de juro, conforme referido no [ponto 6.2](#) deste Relatório.

### Nota 29 – Imposto Sobre o Rendimento

O pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é efetuado com base em declarações de autoliquidação, que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estas podem ser sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais por um período de 12 anos. A partir de 2014 os prejuízos fiscais de um determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos doze anos seguintes, limitados a 70% do lucro tributável.

(ver quadro página seguinte)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'E', and 'R. Lopes'.



RECONCILIAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL	2016		2015	
	Art.º	Montante (€)	Art.º	Montante (€)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>4 815 421</b>		<b>1 391 439</b>
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1,5 e 6 do DL159/2009, de 13/07)				
<b>TOTAL</b>		<b>4 815 421</b>		<b>1 391 439</b>
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	(art.º 18.º, n.º 2)	17 348	(art.º 18.º, n.º 2)	38 138
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor	(art.º 18.º, n.º 9)	19 254	(art.º 18.º, n.º 9)	23 710
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(art.º 18.º, n.º 12)	133 819	(art.º 18.º, n.º 12)	61 896
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	(art.º 23.º-A, n.º1,al.a))	563 649	(art.º 23.º-A, n.º1,al.a))	111 254
Impostos diferidos	(art.º 23.º-A, n.º1,al.a))	289 241	(art.º 23.º-A, n.º1,al.a))	288 938
Despesas não documentadas	(art.º 23.º-A, n.º1,al.b))	262	(art.º 23.º-A, n.º1,al.b))	907
Ajustamentos em inventários para além dos limites legais e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais	---		---	71 903
Perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais	(art.ºs 28.º-A a 28.º-C)	275 734	(art.ºs 28.º-A a 28.º-C)	
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações	(art.º 23.º-A, n.º1,al.e))	337	(art.º 23.º-A, n.º1,al.e))	498
Indemnizações por eventos seguráveis	(art.º 23.º-A, n.º1, al.g))	2 376	(art.º 23.º-A, n.º1, al.g))	2 120
Encargos não devidamente documentados	(art.º 23.º-A, n.º1, al.c))	166	(art.º 23.º-A, n.º1, al.c))	172
Encargos com combustíveis	(art.º 23-A, n.º1, al. j))	18	(art.º 23-A, n.º1, al. j))	196
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	(art.º 31.º-B), (art.º 34.º, n.º1)	1 653 082	(art.º 31.º-B), (art.º 34.º, n.º1)	3 213 333
Créditos incobráveis não aceites como gastos	(art.º 41.º)	21 666	(art.º 41.º)	8 008
Realizações de utilidade social não dedutíveis	(art.º 43.º)	10 428	(art.º 43.º)	14 689
Menos-valias contabilísticas		352		
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias sem intenção de reinvestimento	(art.º46.º)	769 351	(art.º46.º)	1
Donativos não previstos ou além dos limites legais	(art.ºs 62.º e 62.º-A do EBF)		(art.ºs 62.º e 62.º-A do EBF)	20 305
Outros		1 749		1 135
<b>TOTAL</b>		<b>8 574 255</b>		<b>5 248 641</b>
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor	(art.º 18.º, n.º 9)	-497 851	(art.º 18.º, n.º 9)	-590 186
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(art.º 18.º, n.º 12)	-973 777	(art.º 18.º, n.º 12)	-976 426
Reversão de ajustamentos em inventários tributados e de perdas por imparidade tributadas	(art.º 28.º, n.º 3), (art.º 35.º, n.º 3)	-4 951	(art.º 28.º, n.º 3), (art.º 35.º, n.º 3)	-6 475
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores	(art.ºs 28º, 28.º-A, n.º1 e 31.º-B, n.º7)		(art.ºs 28º, 28.º-A, n.º1 e 31.º-B, n.º7)	-116 619
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores	(art.º 20º, do DR 25/2009, de 14/9)	-32 646		
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa para impostos		-4 680		
Benefícios Fiscais		-21 291		-23 314
Mais-valias contabilísticas		-1 952 315		-1
Imputação de rendimentos de bens a reverter		-2 884 933		-3 164 036
<b>LUCRO TRIBUTÁVEL</b>		<b>2 201 811</b>		<b>371 584</b>
<b>PREJUÍZO FISCAL DEDUZIDO</b>				
<b>MATÉRIA COLETÁVEL</b>		<b>2 201 811</b>		<b>371 584</b>
Imposto à taxa normal		462 380		82 401
<b>COLETA</b>		<b>462 380</b>		<b>82 401</b>
Benefícios Fiscais				
Pagamento especial por conta	(art.º93.º)		(art.º93.º)	
<b>Total das Deduções</b>				
<b>Total do IRC Liquidado</b>		<b>462 380</b>		<b>82 401</b>
Retenções na fonte		102		126
Pagamento por conta	(art.º 105.º)	74 013	(art.º 105.º)	426 903
Pagamento Adicional por conta				11 526
<b>IRC a Pagar</b>				
<b>IRC a Recuperar</b>		<b>388 265</b>		<b>-356 154</b>
Derrama Municipal		33 027		5 886
Derrama Estadual (art.º 87º - A)		21 054		82 401
Tributações Autónomas		17 153		22 967
<b>TOTAL A RECUPERAR</b>				<b>-244 899</b>
<b>TOTAL A PAGAR</b>		<b>459 499</b>		
<b>Imposto Corrente</b>		<b>533 615</b>		<b>111 254</b>
<b>Impostos Diferidos</b>		<b>289 241</b>		<b>288 938</b>
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>		<b>822 856</b>		<b>400 192</b>

RPP



### Nota 30 – Partes Relacionadas

As remunerações dos órgãos sociais nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 foram os seguintes:

(Unidade: Euro)		
<b>Partes Relacionadas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Remuneração dos Órgãos Sociais</b>		
Vencimento base	139 732	183 046
Subsídio de férias	10 500	19 992
Subsídio de natal	8 924	11 118
Ajudas de custo	1 976	4 160
Despesas de representação	55 794	51 392
Subsídio de alimentação	2 319	2 109
Comissão de fiscalização	46 734	21 148
Assembleia geral	375	705
Redução decorrente da RCM 36/2012	-1 452	-2 322
<b>Total Partes Relacionadas</b>	<b>264 902</b>	<b>291 347</b>

### Nota 31 – Locações

Relativamente às viaturas utilizadas pela APL, S.A. em regime de leasing operacional, verificou-se uma evolução de 14 em 2015 para 13 em 2016 (a 31 de dezembro de cada ano).

A situação relativa às rendas vincendas nos períodos de 2015 e 2016 é a indicada no quadro, sendo que nenhuma é de duração igual ou superior a 1 ano.

(Unidade: Euro)		
<b>Locações</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Prazo de vencimento /tipo de viatura</b>		
<b>até 1 ano</b>	<b>66 298</b>	<b>74 441</b>
Mercadorias	8 215	9 557
Passageiros	58 083	64 884
<b>1 ano ou superior</b>		
Mercadorias	--	--
Passageiros	--	--
<b>Total</b>	<b>66 298</b>	<b>74 441</b>

### Nota 32 – Garantias

Garantias bancárias prestadas pela APL, S.A. a terceiros:

- Garantia bancária no valor de 500 000 euros prestada a favor da Câmara Municipal de Lisboa, para garantir os trabalhos de escavação e contenção periférica no processo de empreitada de construção dos edifícios sede da AESM – Agência Europeia de Segurança Marítima e OEDT – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência;
- Garantias bancárias nos valores de 7 466,04 euros, 7 684,23 euros e 7 184,47 euros prestadas a favor do chefe dos serviços de finanças do 6.º bairro fiscal de Lisboa, nos termos do n.º 1 do art.º 199 do Código do Procedimento e do Processo Tributário.

Empréstimo da APP - reestruturação do sector portuário

A APL, S.A. é solidariamente responsável, em conjunto com as restantes Administrações dos Portos, pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP – Associação dos Portos de Portugal - junto de um sindicato bancário em julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'E', and 'R.R.M.'.



A partilha da referida responsabilidade era determinada em função do peso relativo dos proveitos operacionais das entidades solidariamente envolvidas, sendo essa percentagem recalculada numa base anual.

Em janeiro de 2007 o empréstimo sob forma de mútuo foi renegociado pelas Administrações Portuárias, contraindo, cada uma delas, um empréstimo individual com o sindicato de bancos constituído pelo Millennium BCP e pelo BPI. No caso da APL, S.A., o empréstimo totalizava o montante de 11 500 000 euros no final de 2007.

Em 31 de dezembro de 2016 o empréstimo sob a forma de mútuo ascendia a 605 263 euros.

A APL, S.A. e as outras AP's constituíram-se também como fiadoras solidárias das obrigações do empréstimo contraído para o mesmo efeito pela APP – Associação dos Portos de Portugal.

Em janeiro de 2013 a APP – Associação dos Portos de Portugal procedeu à liquidação antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se assim a responsabilidade da APL, S.A. como fiadora, perante o referido empréstimo.

O empréstimo individual da APL, S.A. encontra-se registado na rubrica de Financiamentos Obtidos (Nota 15), e os respetivos juros são registados na rubrica de Gastos Financeiros (Nota 28).

### Nota 33 – Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios auferidos pela APL em 2016 foram os seguintes:

(Unidade: Euro)

Subsídios do Governo e Apoios do Governo	Subsídios do Estado e outros entes públicos			Subsídios de outras entidades					
	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Outras entidades			Dos quais, da União Europeia		
				Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
<b>Subsídios relacionados com ativos/ao investimento (1)</b>									
Ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	16 786 805		268 196	50 112 242		1 113 889	50 062 209		1 109 718
Equipamento básico	94 197		9 421	1 484 153		80 703	148 415 337		80 703
Outros				501 370		69 756	501 370		69 756
Ativos intangíveis									
Programas de computador				246 303	383 673	402 381	246 303	383 673	402 381
Outros ativos	2 983 320		63 656	1 322 125		58 765	1 322 125		58 765
<b>Subsídios relacionados com rendimentos à exploração (2)</b>									
						2 964			
Valor dos reembolsos no período respeitantes a:									
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento									
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração									
<b>Totais</b>	<b>19 864 323</b>		<b>341 273</b>	<b>53 666 194</b>	<b>383 673</b>	<b>1 728 458</b>	<b>200 547 344</b>	<b>383 673</b>	<b>1 724 287</b>

NOTA: Os subsídios ao investimento e à exploração obtidos foram provenientes de fundos europeus.

(1) Projeto MIELE e Projeto PIPE (2) Projeto Cruise Atlantic Europe

Handwritten signatures and initials: "Clay", "Rafael", "PPZ".



### Nota 34 – Matérias Ambientais

Em 31 de dezembro de 2016 não se encontrava registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carater ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da empresa que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a empresa.

Os dispêndios de carater ambiental refletidos nas contas de 2015 e 2016 foram os seguintes:

	(Unidade: Euro)	
<b>Dispendios de carater ambiental</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Gastos de Exploração</b>	<b>637 942</b>	<b>532 741</b>
Recolha de resíduos sólidos, saneamento urbano e rede de saneamento no porto de Lisboa	254 953,52	239 828
Recolha de resíduos a embarcações *	158 111,62	150 944
Manutenção de Espaços Verdes	69 726,98	94 534
Estudos de Impacto Ambiental e Caracterização de Sedimentos	142 965,34	24 750
Limpeza de esteiros e remoção de areias	12 185,00	22 685
<b>Valores integrados no Ativo</b>	<b>434 615</b>	<b>12 998</b>
Estudos de impacto Ambiental	434 614,88	1 848
Equipamento de combate à poluição - barreira flutuante		11 150
<b>TOTAL</b>	<b>1 072 557</b>	<b>545 739</b>

\* NOTA: Parte significativa dos gastos incorridos com recolha de resíduos a embarcações são posteriormente faturados a terceiros, encontrando-se o rendimento registado em prestações de serviços - Tarifa de resíduos

### Nota 35 – Outras informações

#### 1. Recomendações e Reservas da Certificação Legal de Contas (CLC)

##### 1.1. Recomendações da IGF

Recomendações decorrentes da inspeção realizada pela IGF no seguimento do despacho nº 381/13-SET, de 21 de outubro, da Secretária de Estado do Tesouro (SET), exarado sobre a informação nº 1300/2013, de 18 de outubro, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), tendo como objetivo a realização da Assembleia Geral para a aprovação das contas do ano 2012 que se concretizou no dia 4 de março de 2014.

##### 1.2. Recomendações do Tribunal de Contas

O relatório de auditoria do Tribunal de Contas n.º 19/2007 – 2ª secção refere na pág. 10, paragrafo 23 que, "Quanto à dívida da Parque Expo, S. A. 23. Desde 1993 que os sucessivos Ministros da tutela da APL, em desrespeito pelo DL 207/93, de 14-06, não fixaram, através de despacho conjunto, o valor da

Handwritten signature and initials in blue ink.



*compensação que a Parque Expo, S. A. deve pagar à APL pelos prejuízos económicos decorrentes da desafecção dos terrenos onde se realizou a Expo 98.”*

Em consequência, o referido relatório recomenda ao Estado, enquanto entidade tutelar da empresa, que *“Cumpra o n.º 2 do artº 4 do DL 207/93, de 14-06, que determina que os ministros tutelares da APL devem fixar, através de despacho conjunto, o valor da compensação que a Parque Expo, S. A. tem de pagar à APL pelos prejuízos económicos decorrentes da desafecção de terrenos, onde se realizou a Exposição Internacional de Lisboa de 1998.”*

Estando a quantificação do valor da indemnização devida à APL pela desapropriação dos terrenos correspondentes à área de intervenção da Expo 98, pendente de publicação do referido despacho conjunto, não é possível relevar o mesmo nas contas da APL. Contudo, a situação está devidamente evidenciada no presente relatório em conformidade com o cálculo efetuado para o impacto da compensação devida à APL, S.A. pela Sociedade Parque Expo 98, S.A. pela desafecção dos terrenos inclusos na área de jurisdição da APL, S.A..

Efetivamente, pelo Decreto-Lei nº 207/93, de 14 de junho, foram desafetados do domínio público os bens imóveis compreendidos na zona de intervenção da Expo 98, situados na área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, bem como extintos os direitos de uso privativo constituídos sobre os mesmos. Nos termos do artigo 4º do citado diploma, a sociedade Parque Expo 98, S.A. devia compensar a APL, S.A. pelos prejuízos efetivos sofridos, atendendo, nomeadamente, ao valor das taxas dominiais e portuárias que vinham sendo cobradas e ponderando a duração prevista em tais usos.

O critério estabelecido pelo normativo em apreço apenas teve subjacente a previsão do decréscimo das receitas da APL, S.A., resultante da extinção dos usos privativos perspetivados à luz da precariedade contratual decorrente das licenças outorgadas ou do prazo dos contratos de concessão celebrados. Não se tomaram em consideração, quer as áreas dominiais desafetadas, mas livres de ocupação titulada, quer a circunstância de o recurso a títulos precários de curta duração, em regra anualmente renováveis, constituir um procedimento corrente da APL, S.A..

Tendo em consideração o exposto, o montante da compensação, atualizada à data de 31/12/2016, totalizava 12 269 926 euros.

O Conselho de Administração tem desenvolvido junto das Tutelas, as diligências para a resolução desta matéria para que a APL, S.A. venha a ser ressarcida pelo montante em dívida.

### 1.3. Reservas constantes da CLC de 2015

A CLC de 2015 evidenciou cinco reservas por limitação de âmbito e uma reserva por desacordo.

A opinião expressa pelo auditor sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016 deixou de mencionar duas das reservas por limitação de âmbito, sendo uma delas relativa a ativos contingentes relacionados com a identificação de anomalias técnicas numa infraestrutura portuária, conforme descrição que consta do ponto 2.4. da presente nota e que originou o registo da respetiva imparidade a 31 de dezembro de 2015.



A segunda reserva era relativa a responsabilidades potenciais perante a Câmara Municipal de Oeiras que, caso se venham a confirmar, não excederão o valor que se encontra registado no ativo como montante a receber da mesma entidade, para o qual se encontra registada a correspondente imparidade de idêntico montante.

Efetivamente, desde o ano de 1994 foram celebrados diversos protocolos entre a CMO – Câmara Municipal de Oeiras e a APL, SA, nomeadamente, quatro protocolos, datados de 2 novembro 1994, 26 março 1998, setembro 2000 e 17 janeiro 2002.

Os protocolos celebrados têm por objeto a definição dos termos de cooperação para a valorização e requalificação da zona ribeirinha de Oeiras, bem como o estabelecimento das responsabilidades na intervenção, repartição nos encargos e distribuição de receitas, que tem como princípio geral, a equidade entre ambas as entidades.

Em 16 de fevereiro de 1990 foi também celebrado um contrato de concessão, entre a CMO e a APL, S.A., que concede à Câmara Municipal de Oeiras o direito de utilização de parte da zona ribeirinha, pertencente ao domínio público marítimo, sita no Concelho de Oeiras, onde foram construídos pela CMO a Piscina Oceânica, um porto de recreio e pesca e um passeio marítimo. A CMO, como concessionária, ficava também responsável pela conservação/manutenção, limpeza e segurança até ao final do prazo de concessão, cuja duração é de 30 anos.

No final do prazo de concessão todos os bens construídos reverterem para o Estado com integração do domínio afeto à APL, SA. Em contrapartida da utilização da área em terra como a área do leito do rio a CMO pagaria à APL, S.A. taxas dominiais.

No seguimento do desenvolvimento dos protocolos e contrato de concessão verificaram-se alguns diferendos entre ambas as partes, tendo a CMO, a partir de 1996 deixado de proceder ao pagamento das taxas dominiais decorrentes do contrato de concessão. Por seu lado, a APL,S.A. interrompeu a faturação das taxas dominiais em abril de 2002, sendo que, posteriormente retomou a mesma faturação, com efeitos retroativos.

Em 2011 foi assinado um novo protocolo entre a APL e a Câmara Municipal de Oeiras (CMO), cujo objetivo principal é servir de base ao estabelecimento legal de um novo regime de jurisdição de áreas, entre a APL, S.A. e a Câmara Municipal de Oeiras.

#### Objetivos acessórios:

- Substituir todos os outros protocolos já celebrados entre estas entidades
- Permitir o encontro de contas entre a APL, S.A. e a CMO, nomeadamente, no que se refere às taxas dominiais em dívida pela Câmara Municipal de Oeiras, decorrentes do contrato de concessão e participações da APL, S.A. em intervenções nas frentes ribeirinhas executadas e financiadas totalmente pela CMO.

Não tendo sido ainda possível a concretização do encontro de contas, a APL,S.A. tem procedido ao ajustamento em imparidades da faturação anual das taxas dominiais, decorrentes do contrato de



concessão. A imparidade constituída para o efeito totalizava, em 31 de dezembro de 2016, 4 195 753 euros.

Relativamente às outras duas reservas por limitação de âmbito, a informação disponibilizada permitiu eliminar tais limitações, nomeadamente, no que respeita ao enquadramento da empresa em sede de IVA e aos Terrenos da Expo 98 conforme mencionado no ponto 1.2. da presente nota.

No que se refere à reserva por desacordo expressa na CLC de 2015, o auditor considerou que, *"... para além de os valores envolvidos estarem abaixo do valor de materialidade que definimos, entendemos que o seu reconhecimento como ativo cumpre com o normativo aplicável."*

#### 1.4. Certificação Legal de Contas (CLC)

A opinião emitida pelo auditor na certificação das demonstrações financeiras de 2016 mantém uma reserva por limitação de âmbito referindo que o ativo intangível e o passivo (Rendimento a Reconhecer) encontram-se subavaliados pelo facto de não ser possível quantificar o impacto decorrente da celebração, em 2008, do aditamento ao contrato de concessão celebrado entre a APL e a LISCONT.

A legalidade deste aditamento está a ser questionada nas instâncias respetivas e, em 2011, o projeto apresentado pela concessionária para dar sequência ao contrato, foi objeto de Declaração de impacto ambiental desfavorável não havendo até ao momento conhecimento de ações subsequentes em relação a esta exigência legal. Dada a incerteza existente, a APL não reconheceu os ativos desta concessão que possam vir a reverter no âmbito dos contratos assinados, pese embora o concessionário esteja a usufruir dos benefícios contratados. Desconhecendo-se o desfecho desta situação, não estamos em condições de determinar os seus efeitos nas demonstrações financeiras, bem como os impactos em outros projetos e investimentos existentes na zona abrangida por aquele contrato.

A Assembleia da República aprovou a Lei n.º 14/2010, de 23 de julho, que revogou o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro, na execução do qual tinha sido celebrado, em 21 de outubro de 2008, entre a APL e a concessionária LISCONT aditamento que, como contrapartida de significativos investimentos por esta última, prorrogou o prazo da concessão de 2015 para 2042 e concedeu isenções parciais de taxas, designadamente em determinadas áreas da concessão (no prolongamento do cais a construir pela concessionária, por exemplo).

Perante a recusa da concessionária em reconhecer o efeito invalidante da Lei n.º 14/2010 sobre o Aditamento a APL, S.A., interpôs ação (para tribunal arbitral, como legalmente previsto), pedindo a apreciação da invalidade do Aditamento tendo, no dia 15 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral proferido acórdão recusando a aplicação, por inconstitucionalidade, das normas da Lei n.º 14/2010, e, em consequência, julgou improcedente o pedido de anulação do aditamento. Na sequência deste acórdão o Ministério Público interpôs recurso para o Tribunal Constitucional. Entretanto o projeto para a "Expansão do Terminal de Contentores de Alcântara", apresentado pela concessionária no âmbito do aditamento de 2008 foi objeto de Declaração de Impacto Ambiental desfavorável, datada de 22 julho de 2011, encontrando-se em apreciação as suas consequências e medidas a desenvolver.

Até à extinção ou declaração de invalidade do Aditamento outorgado em 2008 as obrigações decorrentes do Aditamento (prazo de concessão, taxas, isenções,...) mantém-se nos termos nele estipulado e das demais normas aplicáveis.



A APL, S.A. aguardava a decisão do tribunal constitucional, a qual foi proferida a 3 de março de 2014 no acórdão nº 202/2014 do Tribunal Constitucional em que concluem pela inconstitucionalidade das normas constantes da lei de 2010, por violação do princípio da proteção da confiança legítima.

O despacho n.º 4550-A/2014 de 27 de março do Ministério das Finanças, UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos refere o despacho datado de 14 de março de 2014 de Sua Exa.

O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações que determinou nos termos da referida disposição legal, o lançamento de procedimento de negociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas em que sejam parte as Administrações Portuárias dos postos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal e cujo termo ocorra após 31 de dezembro de 2020. Por via do mesmo despacho, Sua Exa. O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações veio indicar os membros efetivos e respetivo suplente das comissões de negociação, nomeadas porto a porto.

Posteriormente, já em 2016, Sua Ex.ª a Sr.ª Ministra do Mar procedeu à atualização dos elementos que constituíam as referidas Comissões com o objetivo de prosseguir as negociações.

## 2. Outras matérias referentes ao ano de 2016 e anos anteriores

### 2.1. Assembleia Geral

Na Assembleia Geral realizada a 5 de março de 2014 que aprovou as contas do ano de 2012, o representante do acionista Estado, na qualidade de detentor direto da totalidade do capital da APL,SA aprovou a alienação dos imóveis que sejam desafetados do domínio público do Estado afeto à administração da APL,S.A. e integrados no domínio privado, sitos na envolvente da Doca de Pedrouços, no concelho de Lisboa e Oeiras, pelo valor que vier a ser determinado pela DGTF devidamente homologado.

### 2.2. Alienação de ativos não correntes detidos para venda

A 15 março 2016 procedeu-se à alienação do último imóvel detido para venda – Palacete da Junqueira (ver nota 11 – Ativos não correntes detidos para venda).

### 2.3. Nomeação do novo Conselho de Administração da APL, S.A.

Iniciou funções em 24 de maio de 2016 o novo Conselho de Administração da APL, SA, presidido por Maria Lídia Ferreira Sequeira, e composto ainda pelos seguintes vogais: José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco, Ricardo Miguel Medeiros dos Santos, Ricardo Jorge de Sousa Roque e Carlos Alberto do Maio Correia.

A eleição destes membros para o mandato correspondente ao triénio 2016-2018 foi feita na sequência da decisão do Governo através do Decreto-Lei nº 15/2016, de 9 de março, de estabelecer uma coordenação estratégica entre os portos de Lisboa e o de Setúbal e Sesimbra, para efeitos de planeamento estratégico e promoção de sinergias, pelo que a Presidente e os quatro administradores são comuns às duas administrações.



#### 2.4. Anomalias detetadas nas colunas “jet grouting” da empreitada – “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 2ª Fase”

O projeto “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 1ª e 2ª Fase” foi realizado em duas empreitadas distintas, por um valor global de 51,1 milhões de euros que resultou de dois concursos públicos, um para a empreitada de “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim – 1ª Fase” e outro para a 2ª Fase.

Em 11 de outubro de 2006, a APL procedeu à abertura do concurso público internacional para a empreitada de “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 1ª Fase”, na execução desta empreitada constatou-se que os comprimentos das estacas de fundação da nova estrutura acostável medidos em projeto, eram inferiores aos necessários, face às condições geológicas do leito do fundo do rio encontradas, assim, na empreitada da 1ª Fase não ocorreram incidentes com colunas “jet grouting”, dado que estas foram adotadas como cortina de impermeabilização no tardo dos cais antigos, como aliás já fora utilizado em situações semelhantes noutros terminais da APL com excelentes resultados.

As anomalias verificaram-se na empreitada da 2ª Fase quando o “jet grouting” foi adotado como elemento estrutural de suporte ao aterro da doca sobre lodos. Efetivamente, no início da fase de execução da obra da nova Gare Marítima de passageiros de Lisboa, foi detetado um problema de falha de integridade das colunas de “jet grouting” que suportam a área destinada ao edifício da nova Gare, facto que impossibilitava a implementação do projeto de construção da nova Gare cujas fundações originais deveriam ser reforçadas por micro-estacas.

Em novembro de 2015, a APL, para além de outras iniciativas, solicitou ao LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil a elaboração de parecer sobre as anomalias detetadas.

Já no início do ano de 2016, o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil procedeu à elaboração de um relatório preliminar designado “Parecer preliminar sobre anomalias associadas ao tratamento da fundação do aterro com “jet grouting” elaborado com base em análise documental sendo, planeados e iniciados testes e estudos de prospeção geológico-geotécnica.

Para prossecução dos trabalhos planeados foi necessário proceder à construção de um aterro experimental inserido na zona concessionada à LCT – Lisbon Cruise Terminals, Lda onde já estão em fase de finalização os trabalhos de testes.

Em função dos resultados obtidos nos testes e da análise da documentação solicitada, o LNEC elaborará um relatório final com a emissão de parecer sobre as anomalias detetadas.

Ao aproximar-se a data prevista para a receção definitiva da empreitada “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 2ª Fase” a APL comunicou ao consórcio empreiteiro responsável pela obra a intenção de não proceder à receção definitiva da empreitada por ter “detetado várias anomalias nas colunas “jet grouting”.

Efetivamente, dentro do prazo contratual a APL procedeu à não receção definitiva da empreitada e não liberou a garantia bancária prestada pelo consórcio empreiteiro no valor de 1.546.967 euros.

No relatório preliminar do LNEC é referido que na fase de implementação das fundações da gare, não foram encontradas algumas colunas de “jet grouting” realizadas na empreitada anterior, sendo

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Cleg', 'RR', and 'PP'.*



que noutras, foram identificados problemas de integridade. Estas anomalias inviabilizaram a realização de micro-estacas para as fundações da nova Gare, no interior das colunas “jet grouting”, tendo-se registado a necessidade da APL proceder à revisão do projeto das fundações da nova Gare.

Em resumo, na página 13 do relatório preliminar do LNEC refere-se que de um total de 169 colunas “jet grouting” monitorizadas, 62 não foram encontradas, 47 encontram-se parcialmente consolidadas e as restantes 60 estavam em condições normais de utilização. Assim, sendo, em limite o número de colunas a abater nos Ativos Tangíveis da APL relativos à totalidade da área seria de 64,5% do total das colunas “jet grouting”.

Os testes e estudos de prospeção geológico-geotécnica a realizar pelo LNEC decorram ao longo do ano de 2016, a APL procedeu à constituição no ano de 2015 de uma imparidade no valor de 3 114 940 euros. Só em meados de 2017 o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil publicou o relatório final, prevendo-se proceder ao abate efetivo nos Ativos Tangíveis das colunas “jet grouting” inexistentes e deterioradas.

Caberá ao consórcio empreiteiro, projetistas e fiscalização ressarcir a APL por todos os gastos adicionais apurados com os testes e estudos realizados, assim como, pelo abate das colunas “jet grouting” e projetos de alteração às fundações da nova Gare e parque de estacionamento.

2.5. Ação Administrativa 3.ª U.O., Proc. 1700/16.9BELSB referente ao Contrato 2009/022/INAG – Empreitada de “Alimentação Artificial das Praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica – 2009”, com citação à data de 21 de setembro de 2016

No seguimento de concurso público internacional lançado pelo INAG – Instituto da Água I.P., em 27 de julho de 2009 foi celebrado um contrato entre o INAG – Instituto da Água, I.P. a APL – Administração de Lisboa, S.A. e a Rohde Nielsen A/S para a realização da empreitada de “Alimentação Artificial das Praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica – 2009”.

No âmbito do contrato celebrado, nº 2009/022/INAG, era da responsabilidade da empresa Rhode Nielsen a realização da dragagem em zonas específicas do Canal da Barra do Estuário do Tejo e posterior transporte e colocação do volume dragado (areias) nas Praias da Costa Caparica e de S. João da Caparica.

Com relevância para a APL, S.A. seria a dragagem de zonas específicas no canal de acesso ao Porto de Lisboa e para o INAG a alimentação artificial de areias das praias da Costa da Caparica e de S. João da Costa da Caparica.

Conforme estipulado pelo contrato, caderno de encargos, protocolo de 2008 e adendas posteriores assinados pela APL, S.A. e o INAG, o volume dragado seria apurado através de levantamentos hidrográficos efetuados por uma entidade terceira independente, o Instituto Hidrográfico que ao contrário de outros Laboratórios Nacionais está particularmente vocacionado para o mar.

Na 2ª adenda ao protocolo (para que também remetia o nº 5 da cláusula 16.ª do contrato nº 2009/022/INAG) é referido que “Os custos decorrentes dos trabalhos a realizar em 2009, a que se refere esta adenda, serão suportados da seguinte forma:

PP R. R. E



- *Pela APL, S.A. em montante não inferior a 1,88€/m<sup>3</sup> de volume efetivamente dragado no Canal da Barra Sul, nas condições técnicas definidas no projeto, e depositado, acrescido do IVA em vigor até ao total de 1 000 000 m<sup>3</sup>;*
- *Pelo INAG, I.P., o diferencial entre o valor pago pela APL, S.A. e os demais custos contratados com a empresa adjudicatária dos trabalhos de dragagem.”*

A 2ª adenda vem também atualizar o protocolo inicial no que respeita à zona que seria dragada, o Canal da Barra Sul e já não a zona do “Cachopo Sul/Banco do Bugio”.

Efetivamente a APL, S.A. apurou, em colaboração com o Instituto Hidrográfico o volume de 653 630 m<sup>3</sup> na dragagem realizada no Canal da Barra Sul que à razão de 1,95€/m<sup>3</sup>, totalizou o montante de 1 274 578,50€, aliás, em conformidade com o declarado nos autos, devidamente assinados pela Rohde Nielsen, procedendo, esta, à respetiva faturação e a APL, S.A. ao integral pagamento.

Face ao exposto, a APL, S.A. cumpriu integralmente o previsto no contrato, no protocolo e na respetiva adenda.

No âmbito do contrato 2009/022/INAG e só no ano de 2016 a Rohde Nielsen interpôs ação judicial contra a APL, S.A., com citação à data de 21 de setembro de 2016, reclamando o pagamento adicional da quantia de 675 421,50€ acrescida de juros de mora calculados desde 27 de novembro de 2009, consubstanciado na diferença de apuramento dos volumes dragados.

Foi apresentada contestação pela APL, S.A. em 10 de novembro de 2016 reiterando todos os factos acima descritos com especial ênfase para a identificação dos locais efetivamente dragados conforme descritos na 2ª adenda ao protocolo assinada entre a APL, S.A. e o INAG, assim como, o apuramento dos volumes dragados, com base nos levantamentos hidrográficos realizados pelo Instituto Hidrográfico.

2.6. Ação Administrativa Especial Processo n.º 123/15..1BELSB Autoras: Terminal Multiusos do Beato – Operações, S.A., Portmar – Agência de Navegação, Lda, Sogestão – Administração e Gerência, S.A. Multiterminal – Sociedade de Estiva e Tráfego S.A. e Mota-Engil Logística, SGPS, S.A. (“Agrupamento TML”), com citação à data de 23 de fevereiro de 2015.

Referência: Concurso público para atribuição em concessão de serviço público da atividade de movimentação de carga geral contentorizada e fracionada no terminal portuário atualmente identificado como “TML – Terminal Multipurpose de Lisboa” localizado em Stª. Apolónia

As autoras solicitam que sejam declaradas nulas ou anuladas as deliberações do Conselho de Administração da APL que aprovaram a proposta de realização no dia 21 de outubro de 2014 da sessão de abertura do invólucro fechado, a proposta de admissão da proposta, ambas apresentadas pelo “Agrupamento ETE/ETF” e proposta de realização do sorteio, a proposta contendo as regras do sorteio que culminaram na deliberação igualmente nula, ou anulável, de adjudicação provisória da proposta apresentada pelo “Agrupamento ETE/ETF”, e ainda que a APL

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "PP E" and "Rohde Nielsen".



seja condenada a adjudicar provisoriamente a proposta apresentada pelo designado “Agrupamento TML” com todas as consequências legais. Valor Pedido 4 500 000,00€.

Foi alegada pelas autoras a existência de supostas ilegalidades no seguinte:

- Sessão pública de abertura do invólucro entregue pelo “Agrupamento ETE/ETF”;
- Admissão da proposta do “Agrupamento ETE/ETF” por diversos motivos;
- Realização do ato público de sorteio;
- Das regras do sorteio.

Constitui regra fundamental de um concurso público que as propostas sejam escolhidas em função dos critérios de adjudicação fixados no programa do concurso e neste caso, os critérios de adjudicação foram estabelecidos de acordo com as indicações dadas pela tutela na sequência do Relatório Final sobre a “Revisão do Modelo Contratual e Mecanismos de Regulação do Setor Portuário” no qual se propõe o modelo de avaliação que foi adotado no presente concurso.

Refira-se que no concurso público anteriormente mencionado só se apresentaram dois concorrentes, o “Agrupamento ETE/ETF” e o “Agrupamento TML”, ambos os concorrentes são constituídos na maioria por empresas que já operam no Porto de Lisboa e as duas propostas apresentadas ficaram empatadas nos dois fatores que constituíam o critério de adjudicação, os valores máximos permitidos pelo programa de concurso.

Apesar de sucessivas reclamações e recursos hierárquicos, na tentativa de exclusão do outro concorrente, ambos os concorrentes foram admitidos, no cumprimento estrito dos princípios da concorrência, da igualdade e da imparcialidade, tendo-se seguido a realização do sorteio, método que o programa de concurso estabelecia para o caso de empate quando não existissem atributos que claramente permitissem indicar um vencedor.

No seguimento do ato de sorteio realizado, em que estiveram presentes o “Agrupamento TML” e o “Agrupamento ETE/ETF”, com a garantia de igualdade e imparcialidade entre os concorrentes, o vencedor foi efetivamente o “Agrupamento ETE/ETF”, procedendo-se á consequente adjudicação.

Em 27 de março de 2015 a APL, S.A. procedeu à contestação da ação administrativa especial ao abrigo do disposto nos artigos 81.º e seguintes do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

No ano 2016 não ocorreram desenvolvimentos referentes ao processo.

### **Nota 36 – Eventos Subsequentes**

Foi disponibilizado em finais de 2017 o relatório final do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, referente às anomalias detetadas nas colunas de “jet-grouting” da “Empreitada de Reabilitação do Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do tabaco – 2.ª fase”.

Face às conclusões constantes deste relatório, ainda no decurso do exercício de 2017, a APL, S.A. procedeu ao abate das colunas “jet-grouting” que foram identificadas como deterioradas na análise desenvolvida pelo LNEC, correspondendo a 64,5% do total das colunas construídas. O valor do abate

49  
PP  
E  
R



totalizou 3 206 124,26 euros (correspondente a 243 colunas), tendo sido igualmente regularizadas as amortizações acumuladas, contabilísticas e fiscais, no valor total de 151 076,56 euros (ver ponto 2.4 da Nota 35 – Outras Informações), de que resultou uma perda líquida de 3 109 047,70 euros.

No entanto, o valor deste abate é ligeiramente inferior ao valor de 3 114 940 euros que se encontrava reconhecido como imparidade nas presentes demonstrações financeiras, pelo que se confirma que não existia qualquer insuficiência associada à imparidade reconhecida em 31.12.2016.

APL  
P. R. E.



## Nota 37 – Instalações Portuárias de Serviço Público

## INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO CONCESSIONADAS PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CARGA

Instalação	Concessão pelo D. L.	Prazo da concessão	Início	Fim	Objecto principal da concessão	Bens Registrados	
						Natureza	Denominação
TERMINAL DE CONTENTORES DE ALCÁNTARA	287/84, de 23/8, precedido de concurso público	20 anos + 2 prorrog. de 5 anos cada + 1 prorrogação de 27 anos	05-05-1985	04-05-2015	Movimentação de contentores. Tráfego, estacionamento e expedição de contentores. Operações respeitantes às mercadorias (consolidação, desconsolidação, conferência, etc.)	Tangível	Vide nota 35
	188/2008			31-12-2042			
TERMINAL MULTIPURPOSE DE LISBOA	CCP, 298/93, de 28/8, 324/94, de 30/12, (Despacho SET, Proc. Nº - 01.13.04.34.01 de 08.08.2014)	6 anos + 4 prorrogações de 1 ano cada	09-04-2015	28-02-2021 (Contrato)	Movimentação de carga geral contentorizada e fraccionada.	Tangível	- Instalações eléctricas - Pavilhão para Alfândega - Rampas metálicas
TERMINAL DE GRANÉIS ALIMENTARES DO BEATO	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos (1)	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis de matérias primas alimentares	Intangível	- Prep. terrenos - Cabine fossa básica - Instalações Administrativas - Sistema eléctrico
TERMINAL DE GRANÉIS ALIMENTARES DA TRAFARIA	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos (1)	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis de matérias primas alimentares	Tangível	- Op. hidráulicas - cais - Cais rec. marítima
						Intangível	- Silos - Prep. terrenos - Edifícios: Administrativo, Fiscalização, Subestação, Portaria, controlo/comando - Cabine fossa básica - Oficina/armazem - Telheiro p/viaturas - Posto transformação
TERMINAL DE GRANÉIS ALIMENTARES DE PALENÇA	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Equip. Social, de 02.01.1996)	30 anos	01-07-1995	30-06-2025	Movimentação de granéis de matérias primas alimentares (nomeadamente cereais e oleaginosas e/ou quaisquer outras matérias primas similares cuja movimentação venha a integrar o objecto social da concessionária). (2)	Tangível	- Imóveis cais
						Intangível	- Torre de Ângulo - Torre de Pesagem - Silos e Torre Final - Pórticos Descarga - nova rede incêndios
TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS DO BARREIRO	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis líquidos e gasosos que sejam derivados do petróleo ou relacionados com a indústria química e alimentar.	Tangível	- Cais e acesso
TERMINAL DO BARREIRO	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis sólidos, líquidos e carga geral convencional, essencialmente produtos destinados ou provenientes das indústrias química e agro-alimentar.	Intangível	- Projector iluminação - Muro de suporte - Pavimentação terrapleno - Ampliação Terrapleno de ponte cais - Instalações Inspeção Sanitária - Rampa em betão - Zona de lavagem
TERMINAL DO SEIXAL	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos	30-06-1995	29-06-2025 (3)	Movimentação de granéis sólidos e carga geral relacionada com a indústria siderúrgica, designadamente, matérias-primas, produtos acabados e derivados.	Informação não enviada pelo Concessionário.	
TERMINAL DE CONTENTORES DE SANTA APOLÓNIA	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	20 anos	01-03-2001 (4)	28-02-2021	- Movimentação de contentores; - Movimentação de carga geral não contentorizada, que constitua complemento de carregamento dos navios	Intangível	- Pórtico de Cais - Trabalhos remodelação nos balneários - Obras no Edifício Administrativo - Portão Oficina
TERMINAL MULTIUSOS DO POÇO DO BISPO	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	20 anos	04-12-2000	03-12-2020	- Movimentação de granéis; - Movimentação de carga geral fraccionada e unitizada; - Movimentação de veículos e contentores, por meios verticais ou horizontais desde que tal utilização seja limitada e que o terminal não perca as suas características operacionais de terminal multiusos.	Intangível	- Edifícios e construções - reparação - Grua terrestre Liebherr LHM 250 - Vedações
TERMINAL MULTIUSOS DO BEATO	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	20 anos	04-12-2000	03-12-2020	- Movimentação de granéis; - Movimentação de carga geral fraccionada e unitizada; - Movimentação de veículos e contentores, por meios verticais ou horizontais desde que tal utilização seja limitada e que o terminal não perca as suas características operacionais de terminal multiusos	Intangível	- Quadro eléctrico - Quadro eléctrico para ligar contentores - Boca de Incêndio - Guindastes Electricos de Via - Tegão Móvel de recepção

PP  
Alm  
e



<sup>(1)</sup> Foi decretada a dissolução e liquidação da Silopor, pelo D.L. nº 188/2001, tendo sido nomeada uma comissão liquidatária para assegurar a continuidade da atividade, até à data da sua extinção. Foi também decretado que os silos seriam objeto de concessão em regime de serviço público. Pela Portaria nº 407-A/2007 foi aprovado o programa do concurso e o caderno de encargos para a concessão da atividade da Silopor. O concurso foi lançado (Anuncio de 12-04-07 publicado no DR 2ª Serie de 23-04-07) tendo no entanto sido declarado extinto através do despacho Nº12435/2014 (Publicado no DR 2ª serie de 09-10-14).

<sup>(2)</sup> Em 16/08/2007, a APL autorizou que a Tagol (atual Sovena) alterasse o objeto social aditando-lhe a produção de biocombustíveis a partir de óleos e gorduras vegetais extraídas de sementes oleaginosas e que utilizasse as instalações e o equipamento da concessão para a movimentação de biocombustíveis.

<sup>(3)</sup> O terminal tem estado sem atividade desde 01-05-2001, data em que a S.N. - Empresa de Serviços, S.A. encerrou a atividade industrial com a desativação do alto forno.

<sup>(4)</sup> Em conformidade com Artº. 28º, nº 2 do contrato, na sequência da sentença do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa que declarou que o prazo de 20 anos da concessão se iniciou no dia 01.03.2001.

#### INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO CONCESSIONADAS PARA REPARAÇÃO NAVAL

Instalação	Concessão pelo D. L.	Prazo da concessão	Início	Fim	Objecto principal da concessão	Bens Registrados	
						Natureza	Denominação
Instalações portuárias da Rocha Conde de Óbidos	D.L. 468/71, de 5 de novembro, precedida de concurso público	10 anos (com possível prorrogação por períodos de 5 anos)	19-11-1999	18-11-2021	Atividade de reparação naval e serviços complementares da mesma	Intangível	Pavimentação das infraestruturas exteriores

#### INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO CONCESSIONADAS PARA CRUZEIROS E MOVIMENTAÇÃO PASSAGEIROS

Instalação	Concessão pelo D. L.	Prazo da concessão	Início	Fim	Objecto principal da concessão	Bens a Registrar	
						Natureza	Denominação
Instalações portuárias de Santa Apolónia	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	35 anos	17-07-2014	26-08-2049	Exploração em regime exclusivo no Terminal de Cruzeiros de Lisboa do serviço público portuário de apoio à navegação marítima	Intangível	Nova Gare Marítima projeto e obra (após conclusão da obra de construção)

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "CP" and "Algo".



## 11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2016 a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., obteve um resultado líquido positivo de 4 815 421,01 euros.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que:

- O montante de 481 542,10 euros, correspondente a 10,00% dos resultados líquidos apurados, seja transferido para reserva legal;
- O montante de 996 275,67 euros seja transferido para reservas não distribuíveis – concessões;
- O montante de 3 337 603,24 euros seja transferido para resultados transitados.

O Conselho de Administração,

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Ricardo Medeiros dos Santos  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal

Carlos Maio Correia  
Vogal



## SIGLAS UTILIZADAS E GLOSSÁRIO

### Siglas

ADSE - Proteção Social aos trabalhadores em Funções Públicas (antiga "Assistência na Doença aos Servidores do Estado")

AGEPOR – Associação dos Agentes de Navegação de Portugal

APAJ - Associação Portuguesa de Gestores e Liquidatários Judiciais e Administradores da Insolvência

APL,S.A. – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

APP – Associação dos Portos de Portugal

BCE – Banco Central Europeu

CA – Conselho de Administração

CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCP - Código dos Contratos Públicos

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e serviços Marítimos

DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças

DL – Decreto-Lei

DUKC – Dynamic Under Keel Clearance

EBIT - Earning Before Interest and Taxes (corresponde a Resultados antes de Juros e Impostos)

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (corresponde aos Resultados Operacionais antes de depreciações e amortizações)

EFFISEC – Efficient Integrated Security Check Points

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EIDH – Edifício Infante D. Henrique

EPAP – Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias

GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos

GT – Gross Tonnage (tonelagem arqueação bruta)

IGF – Inspeção Geral de Finanças

IMT, IP – Instituto da Mobilidade e dos Transportes

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPTM, IP – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

ISO - International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)

ISPS - International Ship and Port Security Code (Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias)

JUP – Janela Única Portuária

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LOE – Lei de Orçamento de Estado

MIELE - Multimodal Interoperability E-services for Logistic and Environment

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

OSC – Obras Sociais e Culturais

PDM – Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

POET – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo

RAL – Regulamento de Aquisição e Locação de Bens e Serviços

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

ROC – Revisores Oficiais de Contas

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.



SEE – Setor Empresarial do Estado

SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SUPPORT – Security Upgrade for Ports. (Melhoria da Segurança nos Portos)

TCL – Terminal de Cruzeiros de Lisboa

TCSA – Terminal de Contentores de Santa Apolónia (SOTAGUS)

TEU – Twenty feet Equivalent Unit (unidade equivalente a um contentor de 20 pés)

TUP – Tarifa de Uso Portuário

VAB – Valor Acrescentado Bruto

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'Romeo', and 'Uy'.*

**Glossário** -----

Arqueação Bruta ou Gross Tonnage (GT) – é a soma de todos os espaços vazios do navio.

Carga fracionada – carga geral que se apresenta avulsa, acondicionada ou não, mas não agrupada em meios normalizados (ex. como contentores, paletes...).

Carga a granel – mercadorias que pelas suas características e, quando em grandes quantidades, não se transportas acondicionadas.

Carga ro-ro (Roll-on Roll-off) – mercadoria que é movimentada pelos próprios meios (Ex: automóveis ou camiões) que pode ser embarcada/desembarcada sem necessidade de guas.

Navio em *Interporting* ou *turnaround* parcial – situação em que o navio de cruzeiro durante o itinerário, permite o embarque e/ou desembarque de passageiros em portos secundários.

Navio em *Turnaround* – situação em que o navio de cruzeiro inicia e termina operação num determinado porto e que implica o desembarque de todos os passageiros da viagem anterior e embarque de novos passageiros.

Quilha do navio - peça disposta em todo o comprimento do casco no plano diametral e na parte mais baixa do navio. Constitui a "espinha dorsal" e é a parte mais importante do navio, qualquer que seja o seu tipo.

Sistema DUKC – sistema de avaliação dinâmica do resguardo sob a quilha dos navios.

Tara – peso de uma unidade de transporte (ex. contentores) antes de ser carregada qualquer carga.

Twenty-feet Equivalent Unit (TEU) – Unidade estatística baseada num contentor ISO com 20 pés de comprimento (6,10 m) que serve de medida normalizada.



**ANEXOS**

**Declaração de Conformidade**

**Certificação Legal de Contas**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Relatório de Governo Societário 2016**

PP  
UP  
CQ  
R. Romm